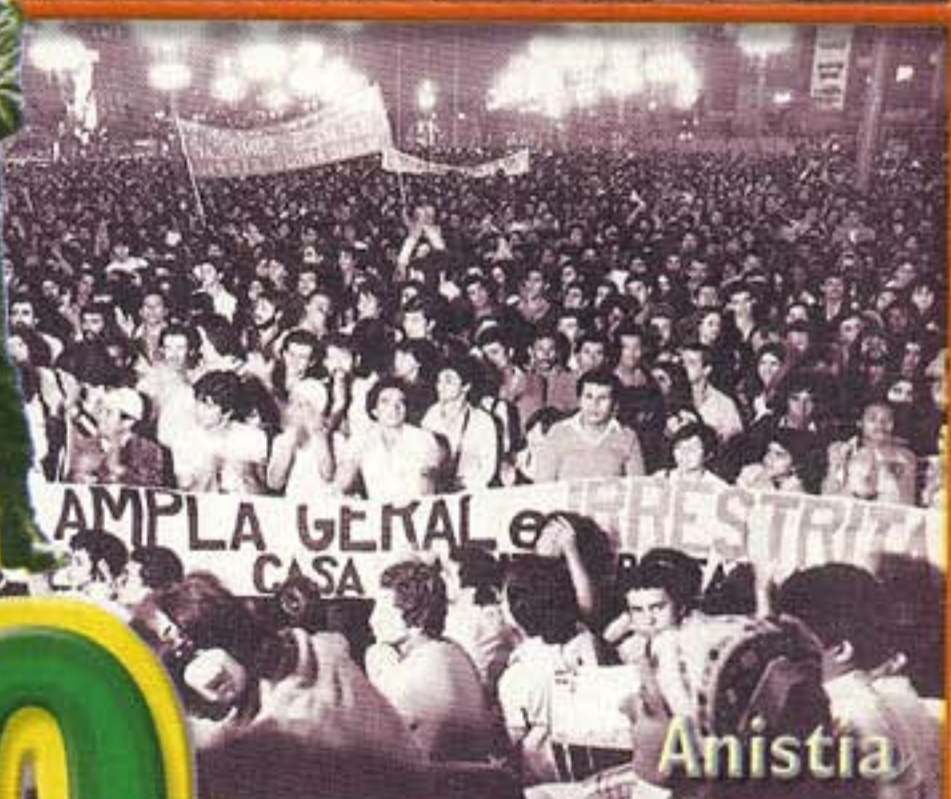


# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

MAIO ■ JUNHO ■ JULHO/2000 N°57 R\$ 8,00

Passeata dos 100 mil



Araguaia

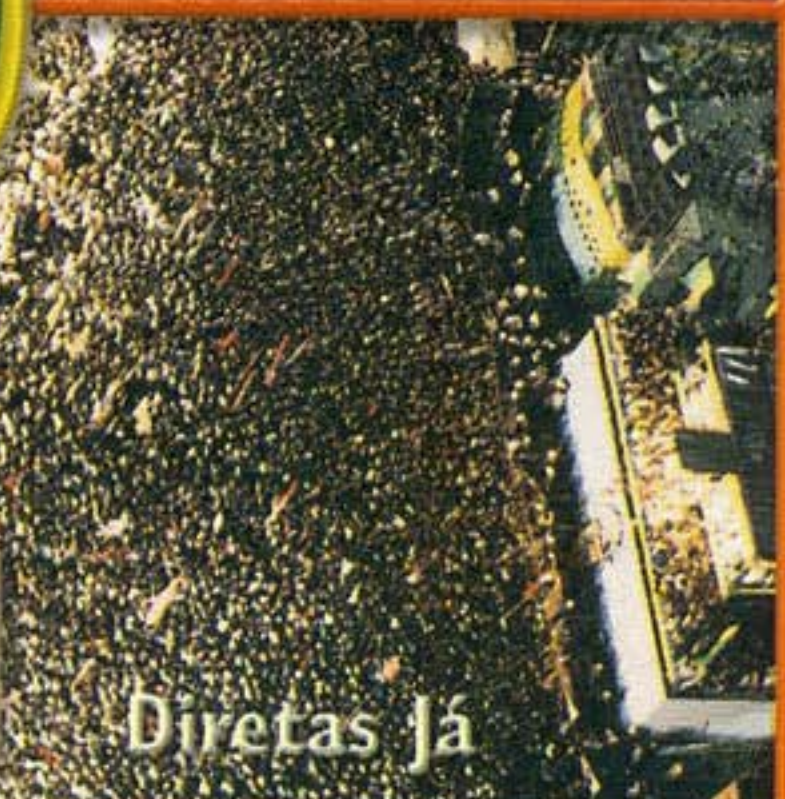
Anistia

# 500 ANOS DE LUTA

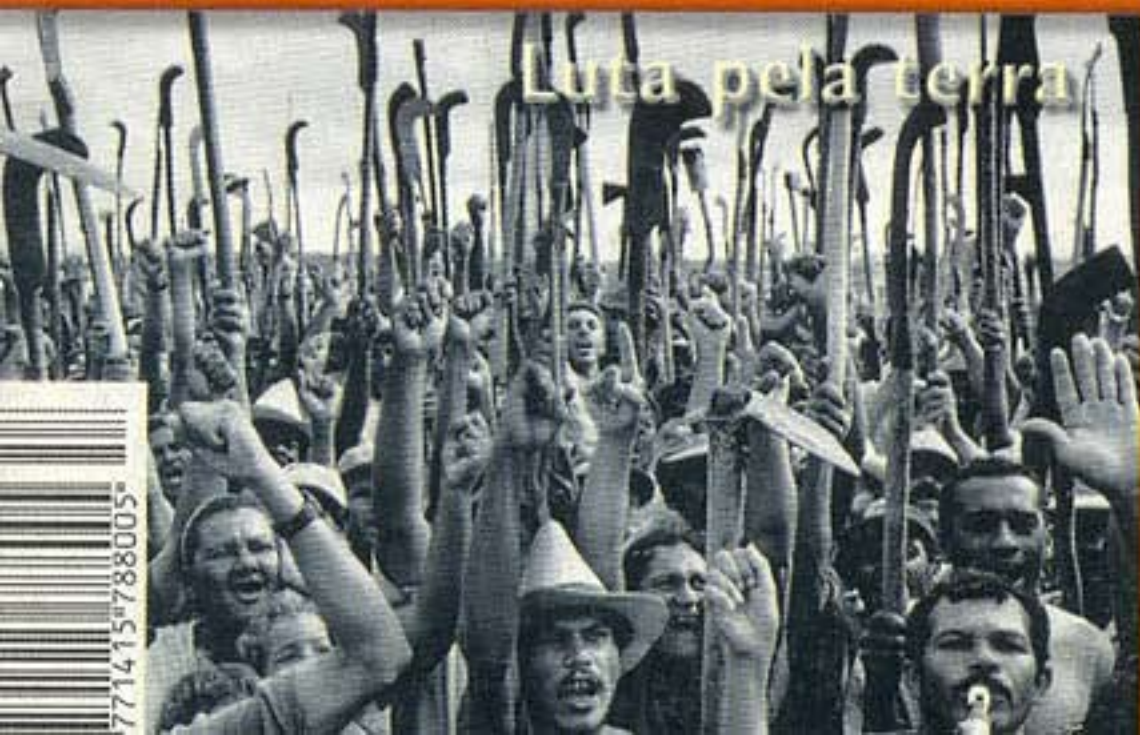


Greves no ABC

Na construção de um povo,  
uma cultura e uma nação novos



Diretas Já



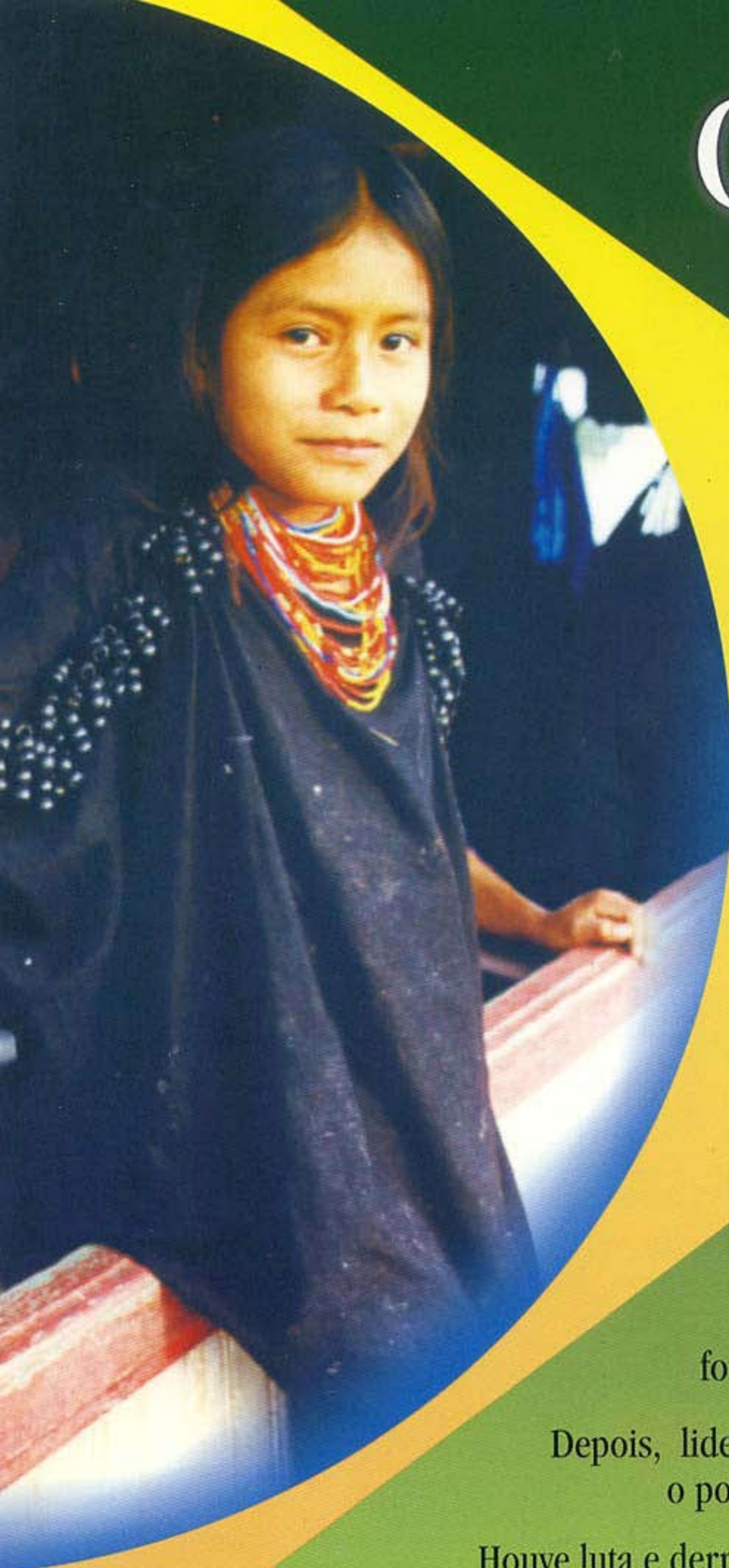
Luta pela terra



Impeachment



# o Acre é 100



Os últimos 100 anos de Brasil  
foram enriquecidos pela gloriosa  
conquista de uma vasta floresta  
amazônica que pertencia à Bolívia

Há um século, a bravura de índios  
e seringueiros nordestinos resultou na  
formação do Estado Independente do Acre

Depois, liderado por Plácido de Castro,  
o povo fez a Revolução Acreana.

Houve luta e derramamento de sangue  
para que essa terra e seu povo pertencessem  
ao Brasil.

[www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)



ACRE  
governo da floresta

## Escalada autoritária

AO CONTRÁRIO do que o governo apregoa, a comemoração dos 500 anos do Brasil ocorrida em Porto Seguro, no dia 22 de abril, *não foi* uma festa do povo brasileiro. Patrocinado pelo governo, aquele acontecimento repetiu, em palco e momento privilegiados, e sob os olhos do mundo, o reiterado fiasco da relação colonizada e subalterna dos setores conservadores da classe dominante brasileira com os centros de comando estrangeiros. O homenageado em Porto Seguro foi, como sempre, o colonizador, ali presente na figura do presidente português Jorge Sampaio, enquanto o povo foi posto para fora pelo forte aparato policial militar, sob as ordens do general Alberto Cardoso, subordinado direto de Fernando Henrique Cardoso, mobilizado para manter longe – a pelo menos 60 quilômetros de distância – índios, negros, sem-terra, trabalhadores, opositores, democratas, forças sociais e políticas que, por representar o povo brasileiro, não eram bem vindas ao regabofe que consumiu mais de 11 vezes todo o dinheiro que o governo vai gastar, este ano, com os índios – 66,7 milhões de reais, enquanto o orçamento da Funai é de 5,8 milhões.

A ação repressiva promovida pelo governo em Porto Seguro foi duramente criticada no ato de Ouro Preto no dia 29 de abril. Ao comemorar o 1º de Maio e o dia da Inconfidência na praça Tiradentes, populares, representantes de todos os segmentos da oposição, personalidades, partidos, entidades estudantis, sindicais e nações indígenas, compararam Fernando Henrique ao traidor Silvério dos Reis – e ressaltaram a necessidade do país mudar de rumo.

Outra reação indignada foi a da Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia, que enquadrou em seu Código de Ética Profissional os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, atuais presidente da República e ministro da Cultura, acusados de “comportamento eticamente questionável”, e de ignorar “que não só o povo não foi convidado, como deveria ter sido o dono da festa”.

O aparato repressivo mobilizado em Porto Seguro rememorou outro, ocorrido há exatos 20 anos, quando – em seus estertores – a ditadura militar enviou soldados da polícia militar, do DEOPS, do DOI-Codi, e helicópteros do Exército, para cercar São Bernardo do Campo e impedir a grande manifestação contra a ditadura militar que foi o ponto alto da greve de 1980. Como ocorreu ali, Porto Seguro foi sitiada, e o acesso à cidade foi impedido com a detenção de ônibus e automóveis e a repressão, com o uso de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, contra as tentativas de alcançar a pé o centro histórico de Porto Seguro; 141 pessoas foram presas, e 65 feridas nos confrontos.

Repetindo práticas da ditadura militar de 1964, os acontecimentos de Porto Seguro assinalam a escalada antidemocrática e repressiva do governo atual. Nas semanas seguintes àquela comemoração de dignatários, o governo prosseguiu a agressão contra o movimento social usando força policial, ameaças jurídicas e censura à imprensa. Manifestantes foram presos; lideranças do Movimento dos Sem Terra foram enquadradas na fascista Lei de Segurança Nacional, herança malsã de 1964 que o governo de FHC não se peja em usar; João Pedro Stédile, um dos líderes do MST, é proibido pela presidência da República de ser entrevistado em um programa de uma televisão estatal. Ao mesmo tempo, rearticulou o serviço de espionagem do governo ressuscitando o antigo e malsinado SNI.

# História do Brasil

**500 anos de luta – na construção de um povo, uma cultura e uma nação novos**

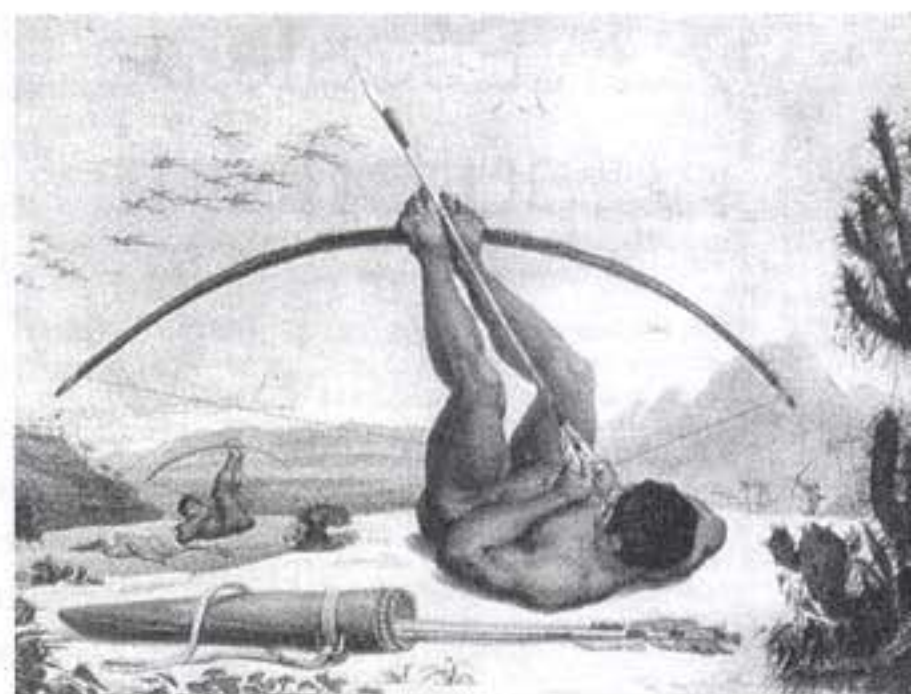
Documento do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil **pág. 6**

**Do escravo ao cidadão (visões do Brasil – sexta parte)**

*Florestan Fernandes e a “Escola de São Paulo”.*

José Carlos Ruy

**pág. 16**



*Caboclo, de Debret*



*Gilberto Freyre*

## Cultura

**100 anos de Gilberto Freyre – um homem que entendeu o Brasil**

*Gilberto Freyre – essencial e apaixonadamente brasileiro.*

Aldo Rebelo

**pág. 22**

**Nascimento, paixão e ressurreição de Casa-grande & senzala**

*Gilberto Freyre e a USP, da crítica à redescoberta.*

Clóvis Moura

**pág. 34**

## Internacional

**O capitalismo contemporâneo e o debate sobre a alternativa**

*A ação consciente e organizada dos povos, hoje, é capaz de destruir o imperialismo?*

Partido Comunista de Cuba

**pág. 44**

**O processo da revolução bolivariana na Venezuela**

*As conquistas e os desafios institucionais do novo regime venezuelano.*

Humberto Gómez Garcia

**pág. 53**



*Hugo Chávez*

## Enver Hoxha: destacado dirigente revolucionário

*Faz 15 anos que desapareceu o líder da revolução socialista na Albânia.*

João Amazonas

pág. 59

## Entrevista

### Conservar a esperança!

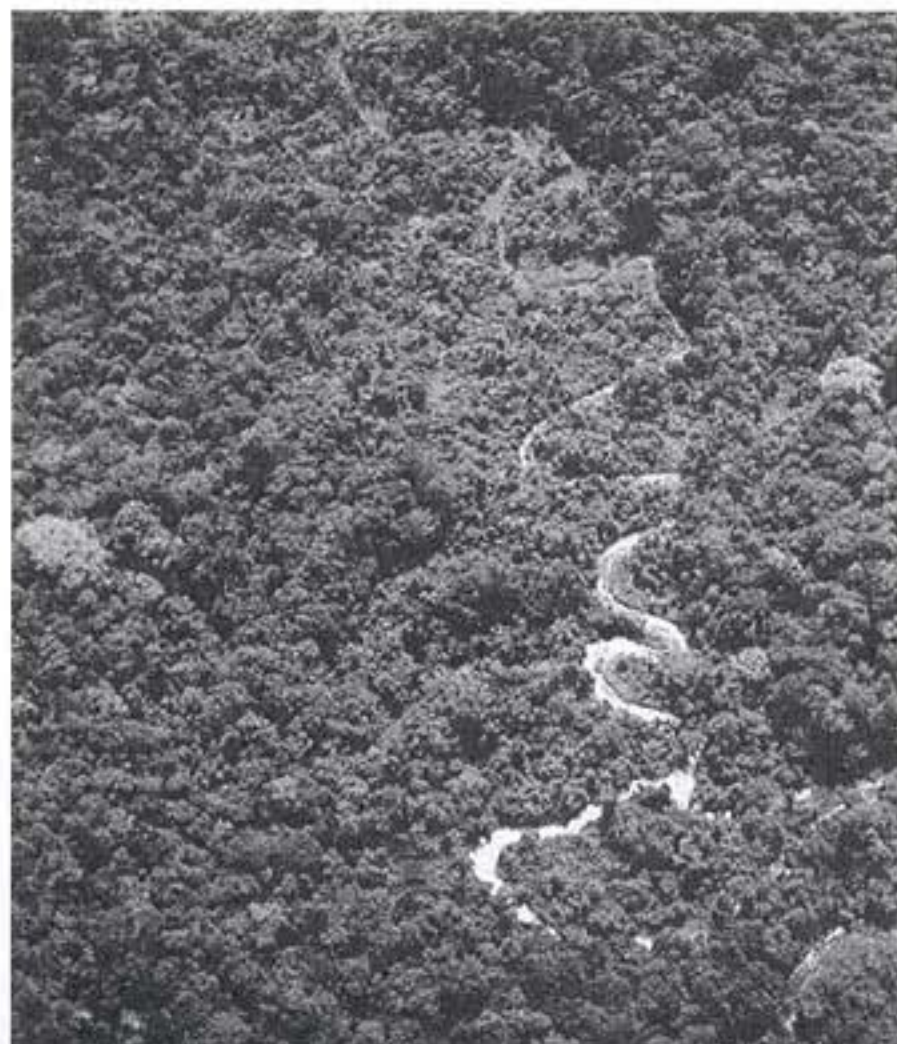
*Henri Alleg, veterano comunista e escritor francês, fala a Princípios.*

Por José Reinaldo Carvalho

pág. 62



Enver Hoxha



Floresta amazônica

## Questão Urbana

**O impacto das políticas neoliberais na organização das cidades**

*O dilema do planejamento urbano hoje.*

Inácio Arruda, Flávio Villaça

pág. 69

## Ecologia

**O Código das Biodiversidades – uma exigência da inteligência**

*O debate sobre o novo código no Congresso brasileiro.*

Aziz Ab'Saber

pág. 74

## Resenhas

*Nelson Mandela: longo caminho para a liberdade, de Nelson Mandela*

*Viúvas da seca, de Tarciana Portella (coord.)*

pág. 79

## Registro

pág. 81

## Cartas

pág. 82

Capa: Montagem de Flávio Nigro

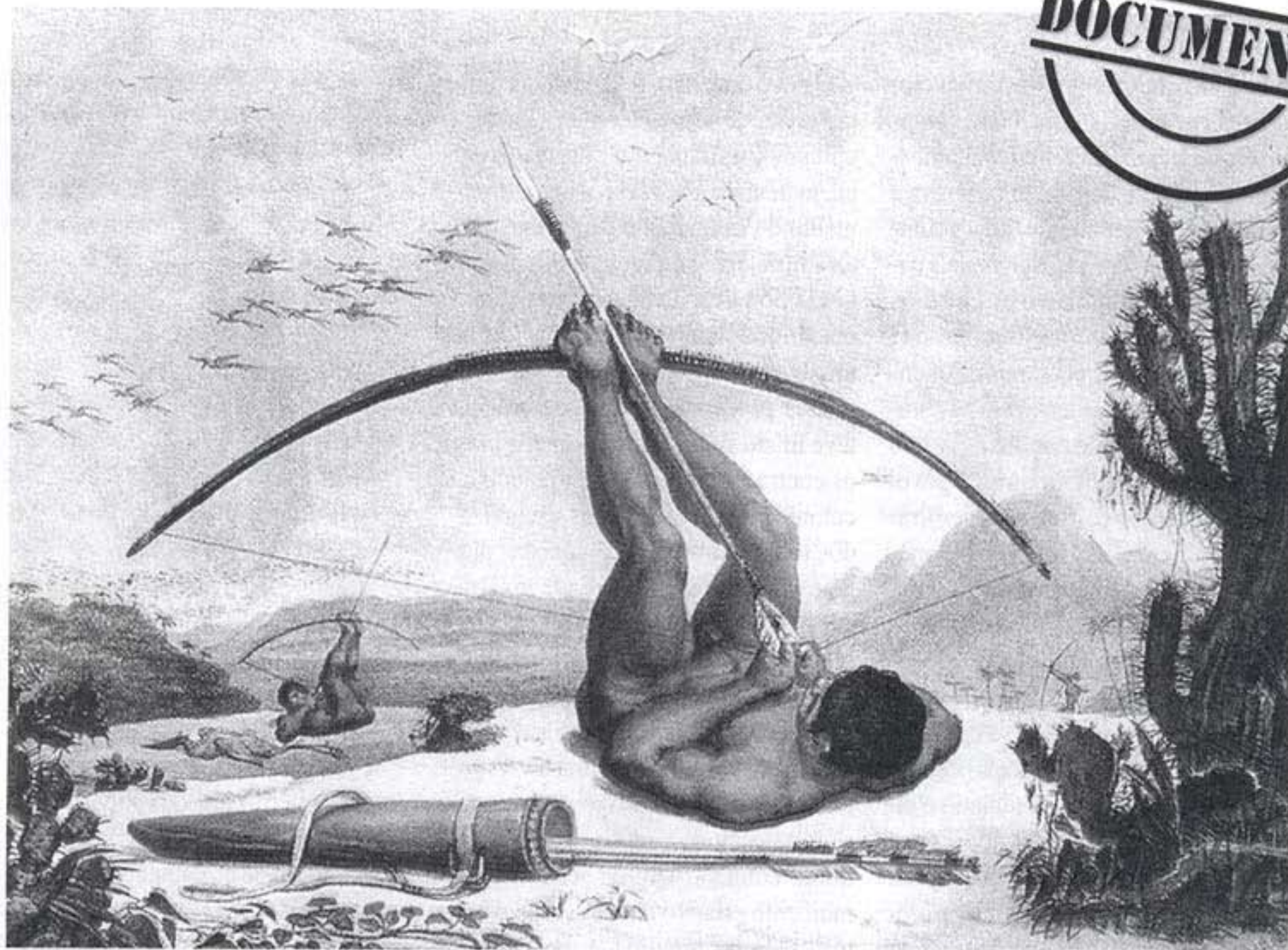
# 500 anos de luta

## Na construção de um povo, uma cultura e uma nação novos

DOCUMENTO DO COMITÊ CENTRAL  
DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



*Guerrilhas, de Rugendas*



Cabloco, de Debret

O dia 22 de abril de 2000 assinala os 500 anos do desembarque de navegadores portugueses no litoral da Bahia. O Partido Comunista do Brasil comemora esta data que marca o início da formação do Brasil e do povo brasileiro com a convicção de que este é um momento privilegiado para a reflexão sobre a nação e as dificuldades que a atual conjuntura mundial opõe à sua afirmação soberana.

NESTA OCASIÃO, o PCdoB homenageia o povo brasileiro e seus heróis, protagonistas da história e criadores da nacionalidade.

Nação nova, entre tantas outras de civilização e cultura milenares, a despeito de estruturas sociais e políticas arcaicas que persistem, o Brasil é resultado do convívio histórico de gerações sucessivas que forjaram uma cultura original, base de uma civilização flexível, criativa, aberta e assimilado-

ra, temperada pelos conflitos e lutas que pontuaram a trajetória de milhões de homens e mulheres que aqui viveram, trabalharam e agiram através dos séculos.

#### **O povo é o herói e o autor da nacionalidade**

O povo brasileiro é o autor e o herói dos avanços ocorridos em nosso país; ele resulta do amálgama de povos do Novo e do Velho mundos. O processo

histórico desta formação foi doloroso, brutal, marcado pela escravidão e pela violência, condicionado pelos interesses de uma elite colonizada. Mas o resultado é grandioso: um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade e assimilar as diferenças, que tem uma contribuição efetiva a oferecer à convivência entre os seres humanos.

Com o passar dos séculos, a mescla da base de cultura popular, de origem

índia e africana, fundiu-se com os elementos europeus dominantes, gerando a cultura brasileira, marcando nossa gente com costumes, fé religiosa e formas de expressão que, aqui refundidas, representam a imagem mais característica dos brasileiros entre os demais povos.

A história destes 500 anos desmente as teses falsas que atribuem aos brasileiros uma "índole pacífica". A luta pela liberdade, pelos direitos do povo, contra a opressão estrangeira e a tirania, foi a marca da resistência popular. O movimento da história resultou, ao longo dos séculos, do conflito entre o povo e a elite dominante, colocada quase sempre em campo oposto ao da nação. Em geral a elite se opôs aos movimentos de transformação que ferissem seus interesses, limitando o alcance das mudanças ocorridas, fator de atraso no desenvolvimento do país. É significativo, neste particular, a profunda opressão cultural que impôs ao povo brasileiro que, em 500 anos de história, viveu 308 anos sem ter tipografias, imprensa ou escola superior e 434 anos sem uma universidade digna desse nome.

O povo brasileiro defendeu-se, muitas vezes de armas na mão, contra a opressão, a tirania e a ameaça externa, marcando a história com o fio vermelho do sangue que derramou, desde a resistência indígena e dos africanos contra a escravização, até as lutas operárias e populares características de nosso tempo.

Esse processo conflitivo e cruento teve início com a resistência dos índios contra a escravização, no início da colonização. Os africanos escravizados foram também protagonistas pioneiros da luta pela liberdade no Brasil, deixando exemplos de heroísmo insuperável, como o quilombo de Palmares, ou a grande Revolta dos Malês, de 1835, em Salvador.

A idéia, vitoriosa, de uma nação autônoma e um povo livre germinou e se fortaleceu no conflito contra o domínio colonial. Um de seus marcos, momento criativo e de afirmação histórica da nacionalidade, ocorreu no século 17, com a expulsão dos holandeses que ocuparam o Nordeste, ocasião em que todo o povo se mobilizou e a elite agiu como uma liderança nacional autêntica. Todas as forças da



*Negro com máscara, de Ewbank*

Colônia - clero, camadas pobres, índios e até mesmo escravos e negros livres - uniram-se na campanha vitoriosa que derrotou, sem a ajuda de Portugal, a principal potência econômica, política e militar de então, a Holanda.

### Rupturas incompletas

O Brasil viveu, ao longo da história, momentos de ruptura institucional, ocasiões de efervescência revolucionária que mobilizaram o povo e as forças ligadas ao progresso. Entretanto, o rompimento com as forças do passado nunca foi completo. Foram rupturas que, ao colocar o país e o povo em uma situação nova, mais avançada, por outro lado mantinham vivas e atuantes as mesmas velhas forças que dominaram no passado que acabava de ser superado.

A Independência foi um movimento desse tipo. Figura, na versão oficial, como doação da Casa de Bragança. Mas a história ensina que, ao contrário, ela foi conquistada pelas jornadas populares do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Recife, e nos campos de batalha, na Bahia, Maranhão e Piauí, onde o co-



*O Quilombo de Palmares e sua paliçada*

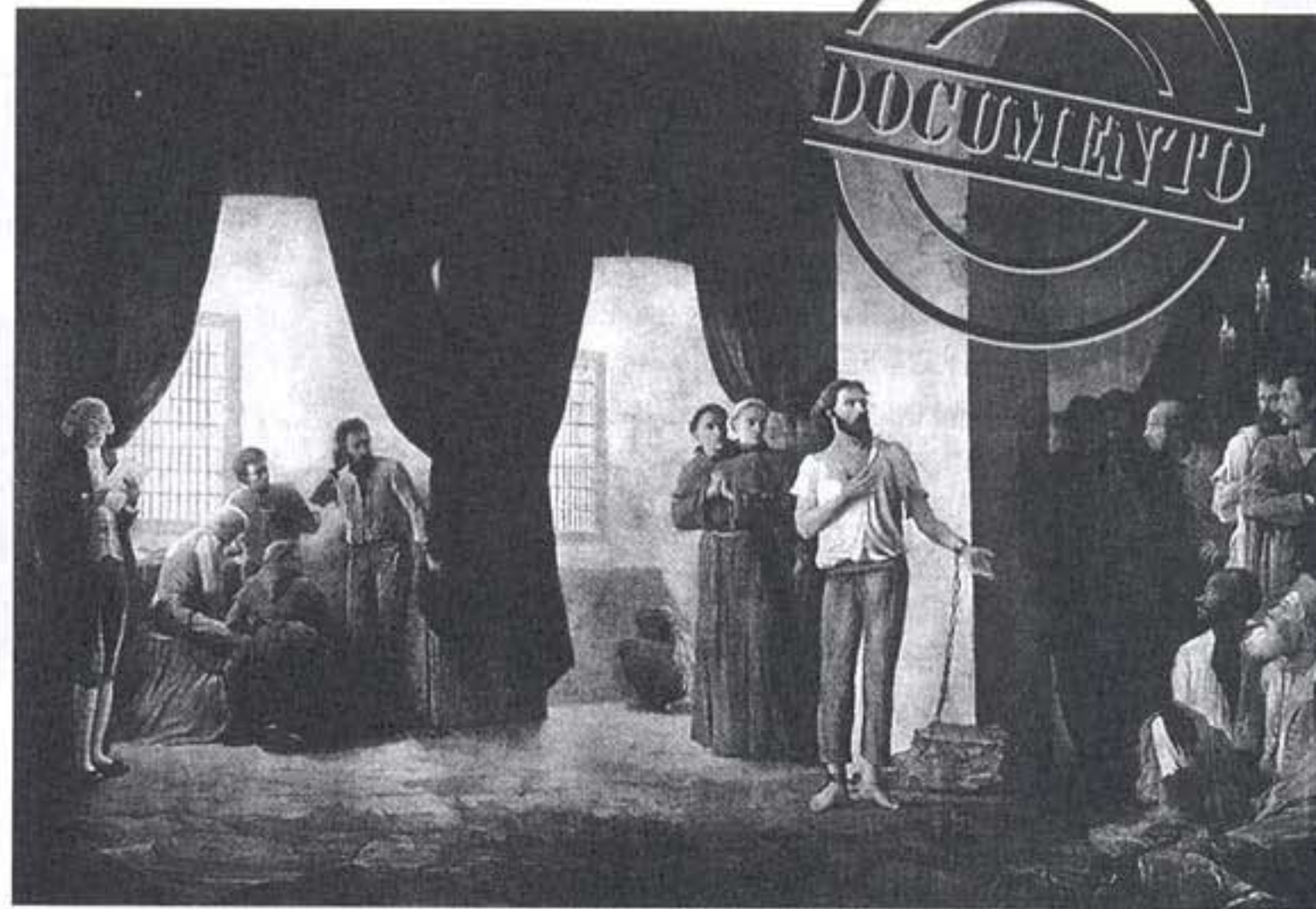


lonizador foi derrotado militarmente.

O rompimento com a opressão colonial tem raízes nas guerras do século XVII contra os holandeses; na Inconfidência Mineira de 1789, que projeta o perfil heróico do alferes Tiradentes; na Conjuração Baiana de 1798, ainda mais avançada, com bases populares e plataforma abolicionista. E deságua num primeiro ciclo revolucionário, de 1817 a 1850, quando o país vive uma vaga de revoluções como, entre muitas outras, a República de 1817; a Confederação do Equador, de Frei Caneca, e a Revolução Praieira, com centro em Pernambuco; as insurreições de escravos; a Guerra de Independência e a República Bahiense, no Recôncavo Baiano; a gigantesca epopéia popular da Cabanagem, na Amazônia; a Balaiada dos escravos e pobres livres do Maranhão e Piauí; a Revolução republicana dos Farrroupilhas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O processo da Independência do Brasil é fruto dessas e outras jornadas rebeldes. Passa pelo episódio do 7 de Setembro de 1822, mas vem de muito antes e vai até muito depois.

A conquista da autonomia política não significou, porém, a derrota dos



*Julgamento da Inconfidência, de Eduardo de Sá*

setores agro-mercantis, aliados internos da exploração estrangeira, formados durante o período colonial e que lograram dominar o processo da Independência, continuando vivos e atuantes à frente da política, da economia e da sociedade. O projeto autonomista e avançado de José Bonifácio foi deixado de lado, superado pelo programa dos latifundiários, dos traficantes de escravos e dos interesses dinásticos da Casa de Bragança. Assim, o ciclo rebelde do século XIX não alcan-

ça a vitória, e a reação colonial e monárquica afogou em sangue, uma a uma, as revoluções localizadas que, embora com causas e objetivos comuns, não conseguiram se articular num movimento único. O Brasil que emerge dessa derrota é uma monarquia escravista e um baluarte reacionário.

O predomínio conservador não eliminou o anseio pela liberdade e pela democracia, que logo assumiu claramente a luta pela abolição, pela divisão das terras, pela autonomia do país e pela república. A abolição resultou de um vasto movimento de massas, que incluiu os escravos rebelados contra aquele estatuto iníquo, os setores médios das cidades, a intelectualidade avançada e os primeiros elementos da classe operária, luta onde se destacam Joaquim Nabuco e Luís Gama. Foi uma conquista que eliminou o escravismo, criando condições propícias para a transição para o modo de produção capitalista no país.

A obra renovadora da abolição foi completada pela instauração da República, apontando para um desenvolvimento democrático e autônomo. Ela correspondeu a um anseio nacional antigo, mas foi conquistada sob hege-



ARRAIAL DOS CANUDOS

Aldeia de Canudos em desenho da época

monia de políticos moderados, ligados à elite modernizante, que preferiram mobilizar o Exército para expulsar o imperador, deixando de lado o povo e seus líderes, como Silva Jardim, Lopes Trovão, Raul Pompéia e tantos outros tribunos democráticos, afastados do movimento de 15 de novembro. Derrotada a monarquia, a República ficou, depois de muita luta, sob o domínio das forças conservadoras. Sua história foi marcada pelo conflito entre o mesmo programa arcaico das oligarquias, do colonialismo, da subordinação do Brasil aos interesses estrangeiros, e o programa republicano consequente e radical, voltado ao atendimento das demandas do país e às necessidades dos brasileiros, encarando o poder do Estado como instrumento para promover a democracia, a integração nacional, o desenvolvimento, a distribuição de terras e a afirmação da independência nacional.

Outro momento marcante da história foi o movimento de 1930, que derrotou a República Velha das oligarquias. Foi o fecho de um processo contraditório que se manifestou já nos primeiros governos republicanos, quando o projeto de modernização foi derrotado, conflito cujo desenvolvimen-



Guerrilheiros da Coluna Prestes em Foz do Iguaçu, 1925

to levou, na década de 1920, ao primeiro sinal forte da necessidade de democratização do Brasil e da conquista de sua independência completa: o Levante do Forte de Copacabana, de 1922, início do movimento tenentista e marco da efervescência política dos anos 20, cujo ponto alto foi a heróica Coluna Prestes/Miguel Costa, que percorreu o interior do país resistindo às forças oligárquicas que dominavam o governo federal.

A luta pelas transformações já tinha a forma aguda da moderna luta de classes, opondo de um lado os setores mais avançados do proletariado, dos trabalhadores rurais, do povo, de facções

democráticas, progressistas e nacionalistas da elite, à aliança dos proprietários (latifundiários, industriais, banqueiros, altos funcionários da administração pública civil e militar) e seus aliados externos.

O ano de 1922 sinaliza o início do rompimento com o passado no campo da política, com a fundação do Partido Comunista do Brasil, emblema da consciência de classe revolucionária do proletariado brasileiro, que se pôs em pé com um programa de transformação radical, a substituição do capitalismo pelo socialismo.

Eram sinais das mudanças que ocorriam nas camadas mais profun-



Marcha dos Dezoito do Forte, em 5 de julho de 1922



Comício comunista em 1929

das da formação social brasileira, um movimento que levou, em 1930, ao início de uma nova fase na história do país. Nele, a tradição brasileira de transformações incompletas manifestou-se outra vez. As forças dissidentes das classes dominantes, no comando daquele movimento, atendendo a seu próprio interesse de classe, afastaram os trabalhadores e o povo do movimento transformador. O proletariado avançava em todo o mundo, inspirado pela Revolução Russa de 1917 e pela construção do primeiro Estado socialista, exemplo que acentuava o temor que a elite tinha dos trabalhadores. Era mais aconselhável e prudente, pensavam os novos governantes, apoiar-se na força militar e policial do que mobilizar as massas num movimento que poderia tornar-se incontrolável. Por isso, disse um líder liberal de então, “façamos a revolução antes que o povo a faça”.

A despeito de seus limites, o movimento de 1930 introduziu o Brasil no século XX, dando impulso decisivo para a consolidação do capitalismo no

país. O governo então instaurado reconheceu direitos sociais que operários e sindicatos exigiam há muito tempo; abriu caminho à industrialização e à modernização econômica e social do Brasil, rompendo, mesmo que moderadamente, com as imposições estrangeiras e com as exigências dos aliados internos do imperialismo.

Apesar das medidas de caráter democrático-buguês que adotou, o novo governo, dirigido por setores da burguesia e facções dissidentes da oligarquia agrária, mantém o monopólio da posse da terra e não impede a penetração do imperialismo no país, sem conseguir equacionar em profundidade os principais problemas que afligiam o povo. Cresciam também a ameaça fascista e contra a democracia, contra as quais surgiu, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora, uma frente única que congregou amplas forças sociais na luta contra a ameaça fascista. A ação anti-democrática do governo levou à implantação da Lei de Segurança Nacional contra o movimento democrático e progressista e, em 1937, à ins-

tauração do Estado Novo. Após o início da II Guerra Mundial, e principalmente depois da agressão hitlerista à União Soviética, forças populares e patrióticas iniciaram grandes ações de massa contra o fascismo e em defesa da democracia, forçando a entrada do Brasil na guerra contra o nazi fascismo e ao fim do Estado Novo, em 1945.

Abria-se nova etapa, democrática, na vida brasileira, na qual – apesar das conquistas alcançadas, registradas principalmente na Constituição de 1946 – os setores mais reacionários das classes dominantes continuaram ativos, tendo forte presença nas Forças Armadas. A conquista de liberdades democráticas, mesmo limitadas, levou ao crescimento da influência das forças progressistas. Sua principal expressão foi a atuação do Partido Comunista do Brasil, que elegeu uma notável bancada naquela Constituinte, obteve cerca de 10% dos votos na eleição presidencial de 1945, e em 1947 elegeu inúmeros vereadores em grandes cidades brasileiras.

A vida brasileira foi marcada, naque-

les anos, por grandes campanhas de massa, dirigidas pelos comunistas, cujo alvo eram o imperialismo norte-americano e a reação interna: a luta pela saída dos militares norte-americanos de bases no Nordeste, a campanha *O Petróleo É Nosso*, a luta pela reforma agrária e pela consolidação da democracia, os movimentos contra a carestia e por melhores condições de vida para os trabalhadores. A consciência nacional elevou-se e cresceu a compreensão de que o imperialismo norte-americano tornara-se o principal inimigo da nação.

Esse movimento democrático e antiimperialista intensifica-se no início dos anos 60, sendo o maior movimento de massas até então realizado no Brasil. Foi contra ele que a facção mais reacionária e conservadora das classes dominantes, aliada aos interesses estrangeiros e por eles apoiada, implantou a ditadura militar de 1964, aprofundando a subordinação do Brasil aos interesses do imperialismo, particularmente norte-americano, e eliminando arbitra-



Comício pela Anistia, em São Paulo

Foto: Jorge Araújo

riamente aquelas limitadas conquistas sociais e democráticas alcançadas. A ditadura sanguinária de 1964 durou 21 anos. Foi derrotada pelo movimento democrático de massas, a resistência armada do Araguaia, a luta pela Anistia política, pela Constituinte, o movimento estudantil, as greves operárias em 1978/1980, e pelas multidões que, em 1984, exigiram Diretas-Já. Apesar das manipulações espúrias que evitaram a eleição presidencial pelo voto popular, o colégio eleitoral foi, afinal, palco da queda daqueles que se opunham às mudanças, com a derrota do candidato dos generais e a vitória de Tancredo Neves na última eleição presidencial indireta, em janeiro de 1985.

Desde há muito, os brasileiros encontram-se numa encruzilhada histórica, cuja irresolução causa a deterioração política e institucional, resultado da falta de sintonia entre os anseios e demandas do povo e do país com as imposições de governos subordinados às orientações do imperialismo e de suas agências. A ruptura neoliberal, de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, representa o abandono do esforço, contraditório mas persistente, de busca de um modelo nacional de desenvolvimento representado pela tradição iniciada em 1930.

Este é o significado da palavra de ordem de Fernando Henrique Cardoso, de "superar a Era Vargas". A crise do capitalismo de nosso tempo e a ruína da construção do socialismo na URSS e no Leste europeu aprofundaram a ofensiva contra os direitos dos povos e dos trabalhadores, traduzida agora no programa neoliberal. No Brasil, o pioneiro desse projeto foi expulso da Presidência da República, rejeitado pelos milhões de brasileiros que saíram às ruas no movimento *Fora Collor*. Mas, desde 1994, a frente conservadora se recompôs, e seu representante, Fernando Henrique Cardoso, impõe ao país o mesmo velho receituário da dependência e da subordinação externas.

mento *Fora Collor*. Mas, desde 1994, a frente conservadora se recompôs, e seu representante, Fernando Henrique Cardoso, impõe ao país o mesmo velho receituário da dependência e da subordinação externas.

### Quebrar os grilhões do atraso e da dependência para construir um novo país

Estes 500 anos têm sido uma época de revoluções mundiais, inicialmente com caráter burguês e mais tarde com feição proletária. Grandes nações, como a Inglaterra, Estados Unidos, França, Rússia,



Maurício Grabois



Osvaldão

China, México e Alemanha viveram transformações revolucionárias e avançaram graças a elas. Mesmo pequenas nações, como Cuba, Vietnã e Coréia do Norte, afrontaram as potências imperialistas e iniciaram mudanças profundas.

O Brasil nunca viveu uma revolução verdadeira – a mudança qualitativa das classes no poder, da economia, da sociedade e do aparelho estatal. Movimentos revolucionários não faltam na história brasileira, mas terminaram vencidos, afogados em sangue. As mudanças ocorridas, mesmo quando impulsionadas pela participação de amplas massas, assumindo formas radicais e violentas, permaneceram sob a

égide de facções conservadoras. Por isso terminaram truncadas, incompletas, limitadas a reformas de alcance restrito, corrompidas pela conciliação com as velhas forças reacionárias e pelo medo da força do povo. Em consequência, os fatores de atraso nunca foram erradicados em profundidade.

A luta do povo brasileiro contra as adversidades resultou nesta obra constituída pela integridade do território nacional, pela cultura e a civilização originais aqui formadas, pela independência do país, pela conquista de liberdades públicas e cívicas, embora tênues e sob ameaça, das quais merece orgulhar-se e que devem ser comemo-

radas como um saldo positivo e altaneiro deste meio milênio do início de sua formação.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – filho do povo trabalhador, protagonista e impulsionador das jornadas patrióticas, democráticas e sociais das últimas oito décadas reafirma, por ocasião dos 500 anos, que o Brasil precisa quebrar os grilhões do atraso e da dependência. Essa é uma necessidade histórica, um imperativo da crise estrutural que a sociedade brasileira atravessa. Esta tarefa cabe às grandes massas



Foto: Gil Passarelli

Manifestação pelas Diretas-Já na Praça da Sé, em São Paulo



Fora Collor

do povo brasileiro. Exige, contudo, uma direção segura e determinada, e o PCdoB dará o melhor de si para forjá-la.

Na alvorada do século 21, o conteúdo da revolução brasileira só pode ser a superação do capitalismo e a construção de um novo poder político e de uma nova formação econômico-social, socialista. À luz das experiências, conquistas e derrotas do século 20, o Partido Comunista do Brasil defende um socialismo renovado, com feições brasileiras, que aprende com a experiência mundial do proletariado mas não copia modelos importados. E, em meio à resistência antineoliberal em curso, busca os caminhos adequados para a transformação revolucionária da sociedade.

Ao longo destes 500 anos, em geral as classes dominantes do país se submeteram às metrópoles em troca da associação minoritária na pilhagem colonial e imperialista. Hoje, face à ofensiva mundial do neoliberalismo capitaneado pelos Estados Unidos, esta elite antinacional verga outra vez sua espinha e aplica com zelo o receituário imposto pelas autoridades e agências do imperialismo, vendendo a pátria e extorquindo o povo na nova Derrama que

leva as riquezas brasileiras para os cofres da agiotagem financeira globalizada.

Cabe às classes trabalhadoras e aos setores progressistas e democráticos resgatar a bandeira da nação, abandonada pela elite antinacional, para que ela tremule cada vez mais alto na trincheira da resistência antineoliberal, da união de todas as forças avançadas no Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. Nesta contenda de dimensão histórica, ampara-

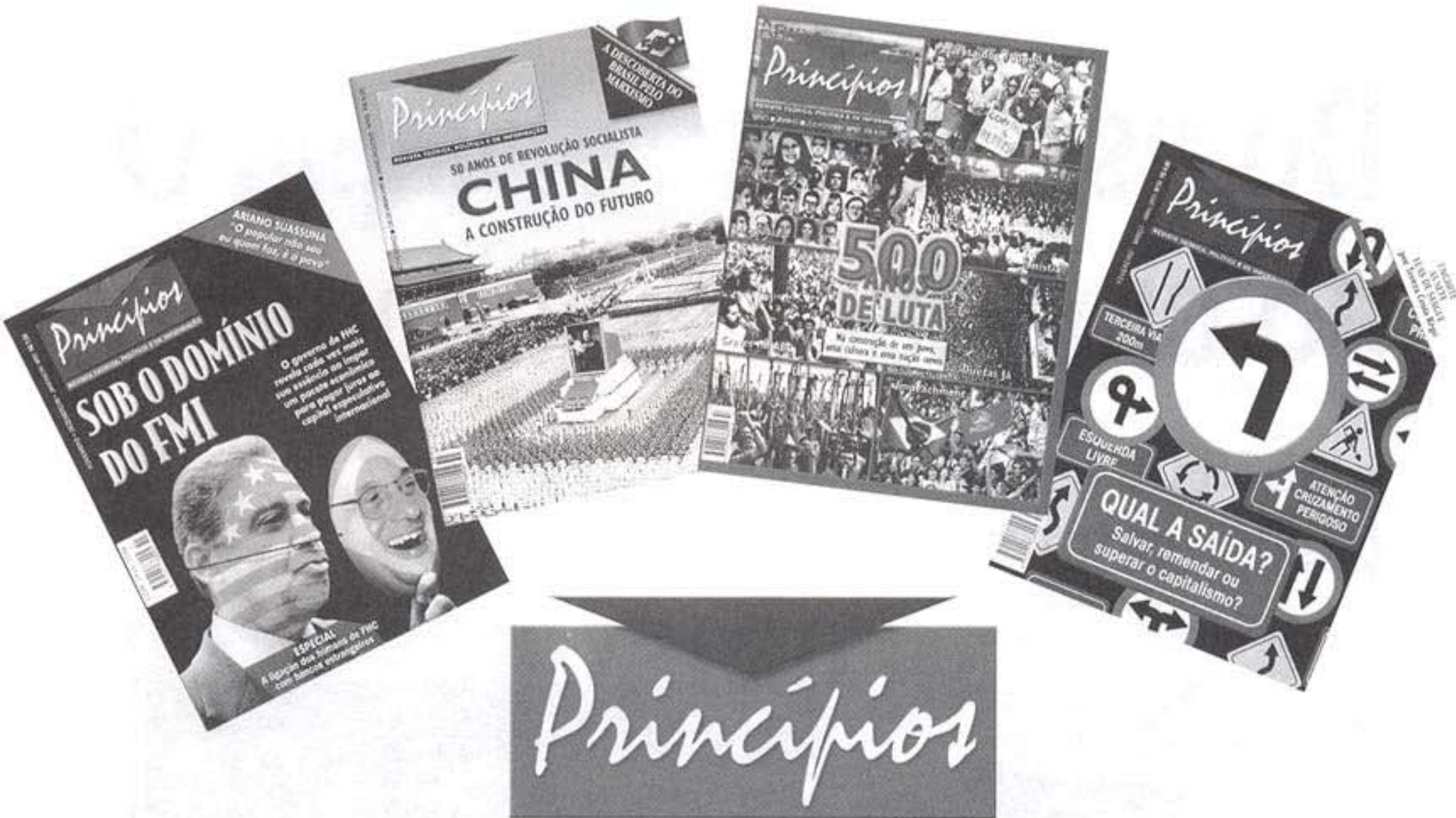
nos o legado de Aimberê e Zumbi dos Palmares, Tiradentes e Lucas Dantas, Frei Caneca e Pedro Ivo, Maria Quitéria e Anita Garibaldi, dos grevistas de 1917 e 1980, dos heróis da coluna Prestes/Miguel Costa, dos combatentes da Guerrilha do Araguaia e da resistência urbana contra a ditadura de 1964, de Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), Dinalva Oliveira Teixeira (Dina), Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luís Guilhardini e Ângelo Arroyo; de Carlos Marighela, Carlos Lamarca e Mário Alves; dos cara-pintadas de 1992; de toda a legião de homens e mulheres que lutaram por este povo e este país.

Eles nos deixaram um vasto território, uma grande nação e um esplêndido povo. Prosseguimos o seu combate; aprendemos com eles; concluiremos, sem falta, no século que vai raiando, a obra imensa da libertação do Brasil.

São Paulo, 22 de abril de 2000  
Comitê Central do Partido Comunista do Brasil



Fora FHC



## Assine *Princípios*

*A revista que há mais de 19 anos se mantém na defesa do Brasil e do socialismo.  
Combata você também esta onda excludente e injusta do neoliberalismo.  
Assine hoje mesmo e receba a revista em sua casa.*

- |                          |  |           |
|--------------------------|--|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Revista <i>Princípios</i> (4 edições)                    | R\$ 30,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) | R\$ 45,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura promocional (com o vídeo Outros 500)          | R\$ 40,00 |

Nome \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_  
 Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
 Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
 Fone \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_

*Edições anteriores disponíveis: 17, 18, 22 a 30, 35 a 46, 49 a 56*

### *Forma de pagamento:*

- Cheque nominal a Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ \_\_\_\_\_  
 Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)  
 Cartão Credicard ou Visa n.º \_\_\_\_\_ validade \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Rua Monsenhor Passalácqua, 158 – Bela Vista  
 CEP 01323-010 São Paulo/SP  
 Fone (11) 289-1331 e-mail [livraria@anitagaribaldi.com.br](mailto:livraria@anitagaribaldi.com.br)

# Do escravo ao cidadão

Visões do Brasil  
(sexta-parte)

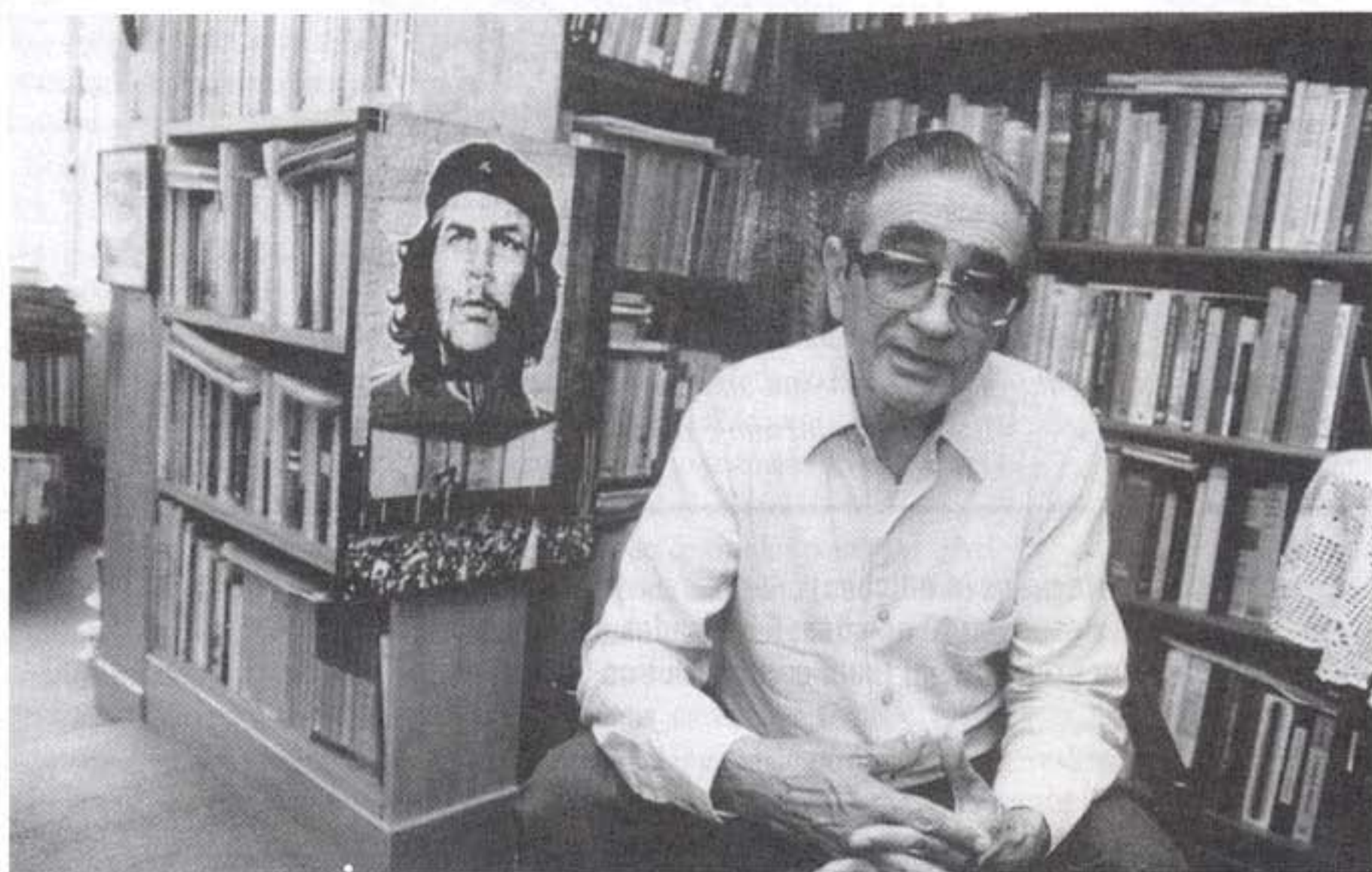


Foto: Luís Donato

Florestan Fernandes, em sua biblioteca

JOSÉ CARLOS RUY

*A “Escola de São Paulo” aprofundou o estudo de transição entre o escravismo e o capitalismo, e Florestan Fernandes foi seu representante mais destacado.*





No início da década de 1950, a Unesco e a Universidade de Colúmbia, dos EUA, patrocinaram uma série de pesquisas sobre relações raciais, efetuadas por estudiosos brasileiros, em Recife, na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo – onde antes da iniciativa da Unesco, a USP e a revista *Anhembi*, dirigida por Paulo Duarte, já haviam iniciado projeto semelhante, promovendo pesquisas no sul do Brasil, envolvendo vários pesquisadores da USP sob direção de Roger Bastide e Florestan Fernandes, destacando-se entre eles Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Renato Jardim Moreira, Maria Isaura Pereira de Queiróz. Quando Alfred Metraux veio a São Paulo buscar colaboração de especialistas brasileiros para o projeto da Unesco, “os dois planos foram fundidos e unificados” (Bastide/Fernandes: 1971; Azevedo: 1966).

ESTE EMPREENDIMENTO intelectual, da USP e da Unesco, está na origem do que, mais tarde, ficou conhecido nas ciências sociais brasileiras como *Escola de São Paulo*. Ele ajudou a consolidar aquele grupo de pesquisadores paulistas, levando-os à investigação de um amplo leque de temas ligados à questão da modernização capitalista do Brasil e da superação do atraso, fazendo com que, com o tempo, ganhassem a hegemonia nas ciências sociais em nosso país.

Este grupo de professores se distinguia de seus colegas das demais universidades e de centros de pesquisas (como o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros) pelos temas que estudavam, pela incorporação teórica da contribuição de correntes dominantes no pensamento social na Europa e nos EUA (a sociologia inspirada em Max Weber,

Émile Durkheim, Karl Mannheim, funcionalistas americanos como Robert Merton, só para citar alguns nomes), e por uma maior ligação com os centros de estudo no exterior, que, na USP, foi consequência da presença de professores estrangeiros, principalmente franceses, contratados na época da fundação da universidade, nos anos 30.

Além da ciência social européia e americana, os professores estrangeiros trouxeram também para a USP as práticas acadêmicas dos centros da Europa e EUA. Nesse sentido, os professores paulistas eram mais *cosmopolitas* do que seus colegas dos demais estados (Pécaut: 1990), e o pensamento social que então se firmava entre eles minimizava, de forma acentuada as preocupações nacionais e populares das demais instituições brasileiras, como o ISEB, em busca de

um universalismo expresso na inspiração teórica, nas práticas acadêmicas e na forma de tratar os temas investigados e encarar a relação do cientista social com o país e suas complexidades e, principalmente, com os grandes centros estrangeiros que inspiravam a renovação do pensamento social que a *Escola de São Paulo* promovia.

Este contexto em que o pensamento paulista, uspiano, se formou, condicionou a temática por ele abrangida e seus desdobramentos. Por influência francesa, principalmente, a atividade científica foi rigorosamente separada da militância política, sendo a ciência social proclamada como *neutra* perante a luta social e política. Seus temas privilegiaram a investigação da transição, no Brasil, do atraso e do arcaico, para o moderno; atrasado e arcaico era o velho Brasil agrário, escravista, colonial e oligárquico; moderno, era o Brasil capitalista, burguês, que se firmava principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, moderno era o Brasil das classes sociais, que superava a velha estrutura das *castas* e dos *estamentos*; onde o patrimonialismo da colônia e do império era derrotado pela *ordem social competitiva*; onde a herança ibérica, fator de atraso, era suplantada pelo individualismo anglo-saxão, fator de progresso. Eram radicalmente contra o getulismo, encarando-o como populista e demagógico, da mesma forma como a elite paulista, para quem a intervenção estatal na economia, seja para fomentar o desenvolvimento, regular a ação do capital ou regulamentar as relações trabalhistas, eram interferências inaceitáveis na livre ação do mercado.

Também como a elite paulista, encaravam o nacional-populismo de Getúlio, e depois de João Goulart, como sinônimo de atraso. Se no Rio de Janeiro “o papel do intelectual implica uma intervenção direta no campo político e a

reivindicação de uma representatividade popular e nacional”, como diz Pécaut, em São Paulo ele remete “antes à inserção num meio específico de inter-reconhecimento e à referência a normas gerais do trabalho teórico. Em um caso, o intelectual realiza seu trabalho com a perspectiva de elaboração de um saber guiado pela ‘realidade brasileira’ e deriva muitas vezes, portanto, para a idéia de uma ‘ciência nacional’. No outro, exige o universalismo e situa-se deliberadamente no campo das ciências sociais internacionais” (Pécaut: 1990).

Nascia assim uma nova interpretação do Brasil, derivada da iniciativa da elite paulista que, desde a fundação da Escola Paulista de Sociologia e Política, e da USP, na década de 1930, buscava criar uma nova ideologia e uma nova elite, adequadas a seus interesses e à sua interpretação do mundo. Uma interpretação contraditória, inovadora sob muitos aspectos, elitista sob outros. Nas décadas seguintes, seus principais protagonistas, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, seguiram caminhos teóricos e intelectuais diferenciados e assumiram posições políticas opostas e, sob muitos aspectos, inconciliáveis.

A *Escola de São Paulo* não se limita, evidentemente, a estes autores mais notórios. Ela inclui também uma série de outros professores, com obras influentes e inovadoras em vários aspectos da história de nosso país. Cabe destacar, entre eles, nomes como Emilia Viotti

da Costa, historiadora marxista que, cassada pelo Ato Institucional nº 5, em 1969, foi para os EUA, onde leciona na Universidade de Yale, autora do clássico *Da senzala à colônia*, um notável estudo da transição do fim do escravismo na região cafeeira e da luta política e ideológica pela abolição. Ou Maria Silva de Carvalho Franco, cujo *Homens livres na ordem escravocrata* é um estudo pioneiro do povo pobre brasileiro sob o escravismo. Sob inspiração weberiana e caiopradiana, ela filia-se à linhagem que interpreta o passado escravista e colonial como capitalista, e vê a escravidão como uma instituição, e não um modo de produção, cujo sentido era dado pelas determinações do capitalismo que dominava a nível mundial (Franco: 1984). Outro influente historiador é Fernando Novaes, cujo *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* é um influente estudo, também inspirado em Caio Prado Jr, das décadas finais da colonização portuguesa no Brasil, do sentido da colonização e a determinação da dinâmica interna da vida econômica, política e social do Brasil colonial pelas injunções da conjuntura internacional. Cabe citar, ainda, autores como Juarez Brandão Lopes (estudioso da urbanização no Brasil), Francisco Weffort (que especializou-se no estudo do populismo e de organizações sindicais), Leôncio Martins Rodrigues (especialista em sindicalismo), o filósofo José Arthur Gianotti, os historia-

dores da literatura Antônio Cândido e Robert Schwarz, entre tantos outros, muitos dos quais participaram dos chamados Seminários Marx do final da década de 1950, e em 1969, da criação do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), formado por professores cassados pelo AI-5 e intelectuais de oposição à ditadura militar e que, nos anos 70 e 80, foi um influente centro de elaboração teórica e interpretação da realidade brasileira.

### Escravidão e cidadania

“Florestan Fernandes é o autor de uma nova interpretação do Brasil”, diz Octavio Ianni (Ianni: 1986). Ele é, sem dúvida, o principal nome da chamada *Escola de São Paulo* e, como intelectual, síntese das limitações e qualidades dessa corrente do pensamento social brasileiro.

Luminar da universidade brasileira cuja formação escolar teve início nos populares “cursos de madureza”, devido a sua origem muito humilde, Florestan conheceu de perto a realidade que muitos de seus alunos enxergavam apenas a partir de seus gabinetes. Falar do povo brasileiro, para Florestan, não era uma atitude intelectual, teórica, mas sim o relato de uma experiência pessoal que, mais tarde, definiu sua própria condição de cientista social. “Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado”, sem “as duras lições da vida”. “Iniciei a minha *aprendizagem* ‘sociológica’ aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto”, penetrando assim “no conhecimento do que é a *convivência humana* e a *sociedade*” (Ianni: 1986).

Muitas vezes olhado de forma oblíqua por setores “modernos” da esquerda, Florestan Fernandes foi um intelectual que, crítico do êxtase colonial que contamina parcelas extensas do pensamento brasileiro, formulou uma síntese original para explicar o Brasil,

## *Cosmopolita e universalista, a USP*

*ligou-se a temas e práticas acadêmicas,*

*contra as preocupações nacionais*

*e populares de outras instituições*

*brasileiras, como o ISEB, por exemplo*

sem abandonar suas convicções socialistas ou considerar o marxismo como “coisa do passado”, distinguindo-se ao contrário como crítico do pensamento de direita que, hoje, aparece com o rótulo de “neoliberal”. Como intelectual comprometido com as lutas de seu tempo, evoluiu, aliás, das posições reformistas dos anos 50 e 60 para a defesa da revolução proletária, e para a crítica radical da sociologia como “ciência da ordem” – posições avançadas e progressistas que, em 1969, provocaram sua aposentadoria compulsória pelo AI-5, afastando-o da USP.

Mestre de toda uma geração de cientistas sociais – entre eles o sociólogo e presidente Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Gabriel Cohn, Eunice R. Durham etc – procurando conciliar Karl Marx, Max Weber, e os funcionalistas americanos, ele inovou o conhecimento da escravidão e da abolição, e das transformações de classe que esses processos históricos significaram; sua interpretação da revolução burguesa no Brasil rompe com as visões clássicas, inspiradas nas revoluções americana e européias, e busca compreender como sua especificidade é condicionada pelas características da luta de classes em nosso país e das relações de nossa sociedade, e dos setores hegemônicos das classes dominantes, com a conjuntura internacional e seus agentes. Apontou assim para uma vertente analítica que rompeu com o rígido dependentismo anterior, em que a vida colonial era determinada, unilateralmente, pela dominação externa. Abriu caminho, assim, para uma compreensão mais complexa em que as pressões externas combinavam-se com a dinâmica interna na colônia, no contexto da luta de classes que tinha uma expressão interna à formação social brasileira, e outra externa, de-

## *Rompendo com suas posições reformistas iniciais, Florestan evolui para a compreensão da revolução proletária como saída para a crise brasileira*

corrente da articulação da colônia com a economia e a conjuntura mundiais.

No estudo da escravidão e da abolição, Florestan rompe já nos primeiros estudos com a tese das relações cordiais entre senhores e escravos. As interpretações tradicionais do escravismo descreviam um mundo idílico, mítico, onde as relações de classe entre os universos dos senhores e dos escravos teriam sido amenas, doces e cordiais.

O mito do escravismo patriarcal, à Gilberto Freyre, eludia o conflito e a contradição, afirmando a ação benevolente do patriarca, uma versão da história sem luta de classes, que encarava os conflitos como *contra-aculturativos* (Moura: 1988). Esse mito foi reduzido a pó com a ajuda de Florestan Fernandes que, nos estudos sobre a escravidão, mostrou como a cruza e a violência que regiam as relações sociais estavam presentes não só nas eventuais relações pessoais, cotidianas, entre senhores e escravos, mas fundamentalmente na força bruta necessária para dar coesão e estabilidade a todo a ordem social, assentada “sobre um vulcão”, na qual o escravo era simultaneamente “um inimigo doméstico e um inimigo público”. Na visão do passado escravista que Florestan ajudava a consolidar, a questão da violência e da opressão estava presente no próprio coração da ordem social. (Florestan: 1976), onde se mantém mesmo décadas depois do fim da escravidão. Foi a violência das relações entre aquelas duas classes antagônicas, contraditórias e opostas, que instituiu o “padrão muito característico do modo pelo

qual os grupos e classes dominantes, anos e séculos depois, lidam com a maioria do povo” (Ianni: 1986).

O trajeto que transformou o *escravo em cidadão* foi também o caminho percorrido pelo escravo para fora, para a margem, do sistema produtivo, expulso para as camadas mais humildes e subalternas da sociedade brasileira. De escravo a pária, seria mais correto dizer. O escravo, o africano, foi transformado em “negro”, e o racismo implícito do escravismo transformou-se em ideologia para explicar a degradação e miséria dos escravos como consequência de sua própria inferioridade racial. Para Florestan, a análise da situação deste segmento da população, o mais humilde e ultrajado, permite compreender a transformação vivida pela sociedade brasileira entre a desagregação do escravismo e a emergência e consolidação do modo de produção capitalista (que, *weberianamente*, chama de ordem social competitiva, ou sociedade de classes).

Assim, Florestan encaminha-se para compreender o “estilo especial de revolução burguesa” aqui ocorrido (Fernandes: 1975), seu caráter autocrático, elitista e antidemocrático. Ela desdobrou-se, para ele, em um vasto painel que vai da Independência, vista como “a primeira grande revolução social que se operou no Brasil”, até a emergência de um modelo “autocrático-burguês” cuja melhor expressão foi a ditadura militar iniciada em 1964, num quadro em que a revolução burguesa “frustrada”, de sociedades de desenvolvimento capitalista retardatário (como a Itália, por exem-

plo), transforma-se em “revolução dentro da ordem”, tão cara aos setores *esclarecidos* do conservadorismo brasileiro, concebida como solução “ao alcance das mãos dos poderosos, a ‘reforma dos que podem e dos que sabem!’” (Fernandes: 1986) e que degenera, no seu limite, numa “espécie de contra-revolução permanente” (Ianni: 1986).

Assinalando a necessidade de estudar a dinâmica interna da colônia, Florestan indicou como, na Independência, a manutenção de formas de produção e estruturas coloniais resultou da combinação dessa dinâmica interna com as imposições da dominação estrangeira – as pressões “de dentro”, dos grupos dominantes na economia e na sociedade, e “de fora”, a expansão dos países industriais e dos dinamismos do mercado mundial. Um quadro que permitiu, à elite escravista e latifundiária, subordinar o processo emancipacionista a seus interesses, e, a partir da década de 1850, à emergência e expansão do capitalismo dependente no Brasil (Fernandes: 1976). As classes dominantes na América Latina e os grupos externos, conclui, tem interesse na manutenção da dependência e do subdesenvolvimento, que “são um bom negócio para os dois lados” (Fernandes: 1973). O processo revolucionário da Independência foi assim solapado.

O estatuto colonial foi superado como estado jurídico-político, mas seu substrato material, social e moral, foi mantido, perpetuando-se e servindo de suporte à construção de uma sociedade nacional (Fernandes: 1975).

Outra etapa da revolução burguesa foi a Abolição, resultado da intensa luta anti-escravista das décadas anteriores e também do desenvolvimento capitalista crescente desde 1850. Neste particular, a influência weberiana levou Florestan a cancelar o equívoco que atribui um papel decisivo à elite paulista na Abolição: a implantação da lógica

capitalista teria transformado o fazendeiro em empresário, e o fim do escravismo teria sido imposto pela racionalidade capitalista que levou à transformação do escravo em trabalhador livre assalariado.

A nítida inspiração weberiana se revela, em Florestan, em categorias como estado patrimonial (usada para caracterizar o estado português da época dos descobrimentos), casta e estamento (para descrever a classe dos senhores de terras e escravos, o funcionalismo público, ou a classe dos escravos), a própria ordem social competitiva como sinônimo de capitalismo, (Florestan: 1976), ou quando fala em “móveis capitalistas do comportamento econômico”, “introduzidos no Brasil juntamente com a colonização”. A elas, somam-se várias categorias do marxismo (classe social, luta de classes, revolução, revolução burguesa, revolução proletária, socialismo, o estado como instrumento de dominação da burguesia, modo de produção, a denúncia da dominação imperialista como fator de freio do progresso nacional, etc). (Florestan: 1976a).

Fiel à influência de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, concordava com a impossibilidade da acumulação de capital durante o período colonial; ela ocorreu depois da Independência, quando os “móveis capitalistas” iniciais voltaram à tona e puderam expandir-se com relativa intensidade (Florestan: 1975) e “o modo de produção escravista” pode então preencher “as funções de fator de acumulação originária de capital” (Florestan: 1976).

Apesar disso, ele não se alinha entre aqueles que rotularam o passado como capitalista. Ao contrário, para ele, a produção colonial não era capitalista, mas “um sistema de produção colonial, estruturado e dinamicamente adaptado à natureza e às funções das colônias de exportação”, onde a escravidão colonial e mercantil era “pré-ca-

pitalista” (Florestan: 1973 e 1976).

Ao longo de sua carreira de professor, cientista social, escritor e militante socialista, Florestan evoluiu das posições reformistas iniciais para uma visão declaradamente revolucionária de nossa história. Inicialmente, contribuiu para a compreensão de que só se pode ter uma autêntica história do povo brasileiro partindo do relato do drama e dos impasses vividos aqui pelos indígenas; escravos e, depois da abolição, ex-escravos; mestiços; pelo drama cotidiano dos pobres em geral, do campo e da cidade, que ao longo dos séculos formaram a base da sociedade brasileira, sem direitos ou, como se diz hoje, cidadania. E que, no século XX, junta-se à história da classe operária, dos trabalhadores do campo, e dos demais trabalhadores assalariados.

Depois, estudando as relações de classe que determinaram e limitaram os momentos de ruptura de nossa história (a Independência, a Abolição, a República, a revolução de 1930, a ditadura militar de 1964, a Nova República de 1985), Florestan contribuiu para desvendar o segredo das nossas revoluções que não se completam, descrevendo como os setores das classes dominantes envolvidos na *modernização* tiveram papel acentuado na condução daqueles movimentos, na determinação de seus limites e na criação de situações institucionais novas favoráveis à defesa de seus interesses e de seu predomínio, criando a peculiar situação histórica de nações como a nossa em que o arcaico, o velho, nunca é plenamente superado, mas sobrevive ao lado do novo que emerge nas rupturas, constituindo assim o principal freio para a efetiva democratização e modernização destas sociedades.

Ajudou também a descobrir e esclarecer o papel da dominação estrangeira que, ao aliar-se com setores estratégicos das classes dominantes de países como o nosso, reforçam seu próprio domínio neocolonial e imperialista e reiteram o

domínio de oligarquias cujas raízes perdem-se no passado colonial. Destaca, assim, o caráter político e conservador da modernização feita sob influência e patrocínio dos EUA. Ela interessa para as elites conservadoras brasileiras pois “é a única alternativa, para as classes dominantes, para enfrentar a ‘subversão’ e o ‘comunismo’.” (Fernandes: 1973).

Embora nunca tenha abdicado daquela característica mistura de funcionalismo, weberianismo e marxismo que marca sua obra desde o início, ao longo dos anos Florestan acentuou a componente *marxista* de seu pensamento chegando a, num livro publicado em 1980, declarar seu desencanto com a sociologia e denunciar sua perversão pela profissionalização: “o sociólogo profissional converteu-se numa pessoa que luta mais para sobreviver e ganhar a vida – enfim, para preservar e reforçar a sua condiçãozinha de *classe média* – do que pela verdade inerente da natureza científica e, portanto, revolucionária da explicação sociológica” (Fernandes: 1980).


Avançando nessa linha, em 1985 faz análises premonitórias da atuação de intelectuais e políticos, “antigas vítimas da ditadura, lutadores de proa na década dos sessenta ou no início dos setenta e grandes esperanças do radicalismo democrático e do socialismo”, que se tornaram “campeões da *normalização institucional*”, e “quadros intelectuais da ‘recuperação econômica’”. De sacerdotes da burguesia, deram um salto notável que os revelou como cozeiros das aspirações socialistas e comunistas dos grupos mais organizados do proletariado e do radicalismo larvar das massas destituídas” (artigos publicados na *Folha de S. Paulo*, 11 de março de 1985 e 27 de abril de 1986, citados in Ianni: 1986).

Entre a *dominação* e a *revolução*, a corrente principal da sociologia fugiu desta e tornou-se instrumento de de-

fesa da ordem. Um caminho inverso ao percorrido por Florestan Fernandes que evoluiu para a compreensão da revolução proletária como saída para os impasses atuais. Na frágil e limitada democracia, em sociedades como a nossa, a revolução burguesa não se conclui pois as “classes burguesas não se propõe as tarefas históricas *construtivas* que estão na base das duas revoluções, a nacional e a democrática”, cabendo aos próprios trabalhadores a definição do “eixo de uma revolução burguesa que a própria burguesia não pode levar até o fundo, e até o fim”, sendo preciso “educar politicamente os proletários para distinguir a sua revolução da revolução burguesa, e para *querer algo coletivamente*: a transformação socialista da sociedade” (Fernandes: 1981).

Ao longo de sua carreira, e principalmente depois de ter sido afastado da universidade brasileira pela violência da ditadura militar de 1964, Florestan Fernandes uniu de forma crescente, e cada vez mais coerente, militância política e atividade científica, afastando-se da tradição de *neutralidade científica* que esteve na origem da formação da *Escola de São Paulo*, e da qual ele foi um dos principais protagonistas.

Seus dois alunos mais notáveis, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, seguiram trajetórias diferentes. Octávio Ianni, cujos primeiros trabalhos são (entre estes três autores) aqueles mais marcadamente marxistas, manteve-se também como um pensador radical, socialista, evoluindo para uma compreensão contraditória e complexa da realidade globalizada de nossos dias e dos dilemas que ela coloca para o socialismo e para a luta de classes. Fernando Henrique, ao contrário, acentuou cada vez mais a componente weberiana de seu pensamento e, unindo a militância intelectual à luta

política, evoluiu do campo democrático e progressista para uma posição acentuadamente conservadora, tornando-se – como presidente da República – um campeão do neoliberalismo e dos aspectos mais retrógrados da chamada globalização. A apresentação de sua trajetória e obras será o tema da continuação desta série. 

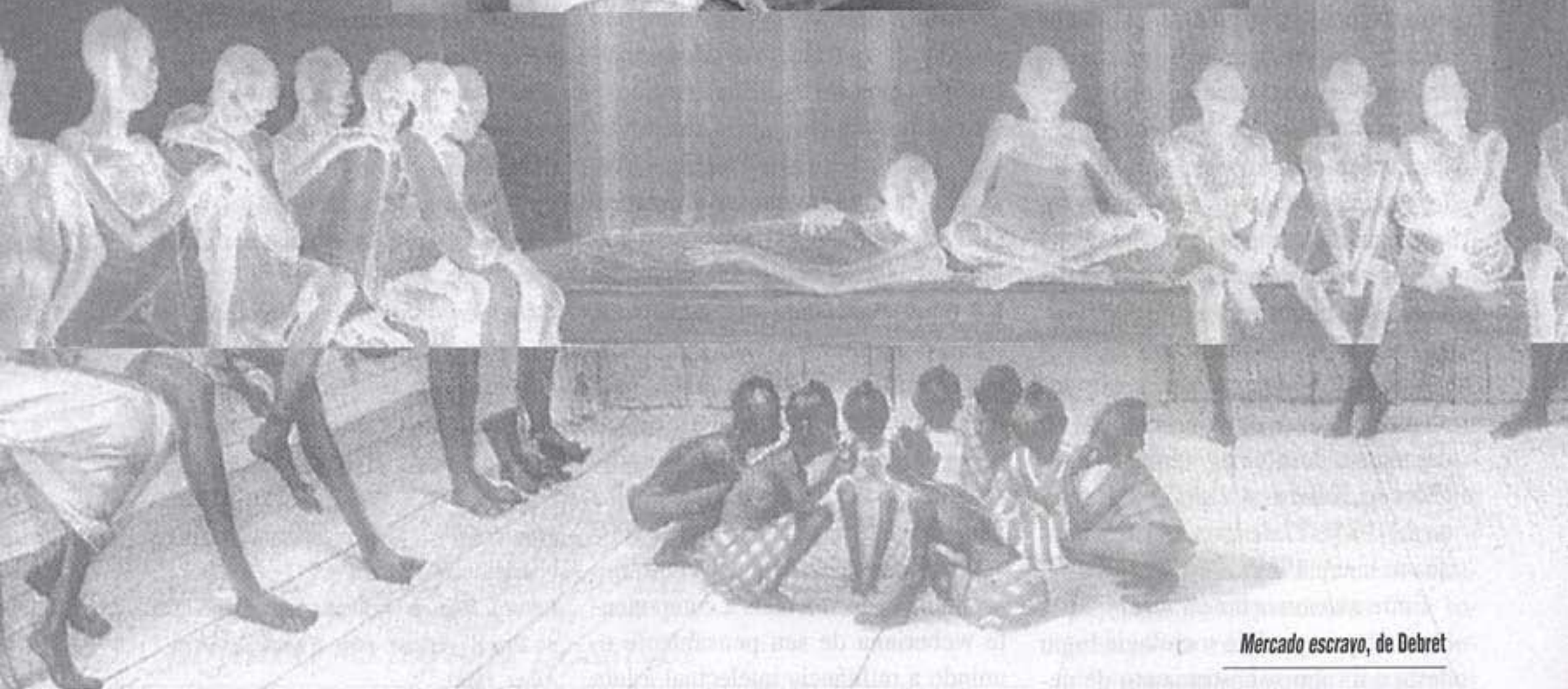
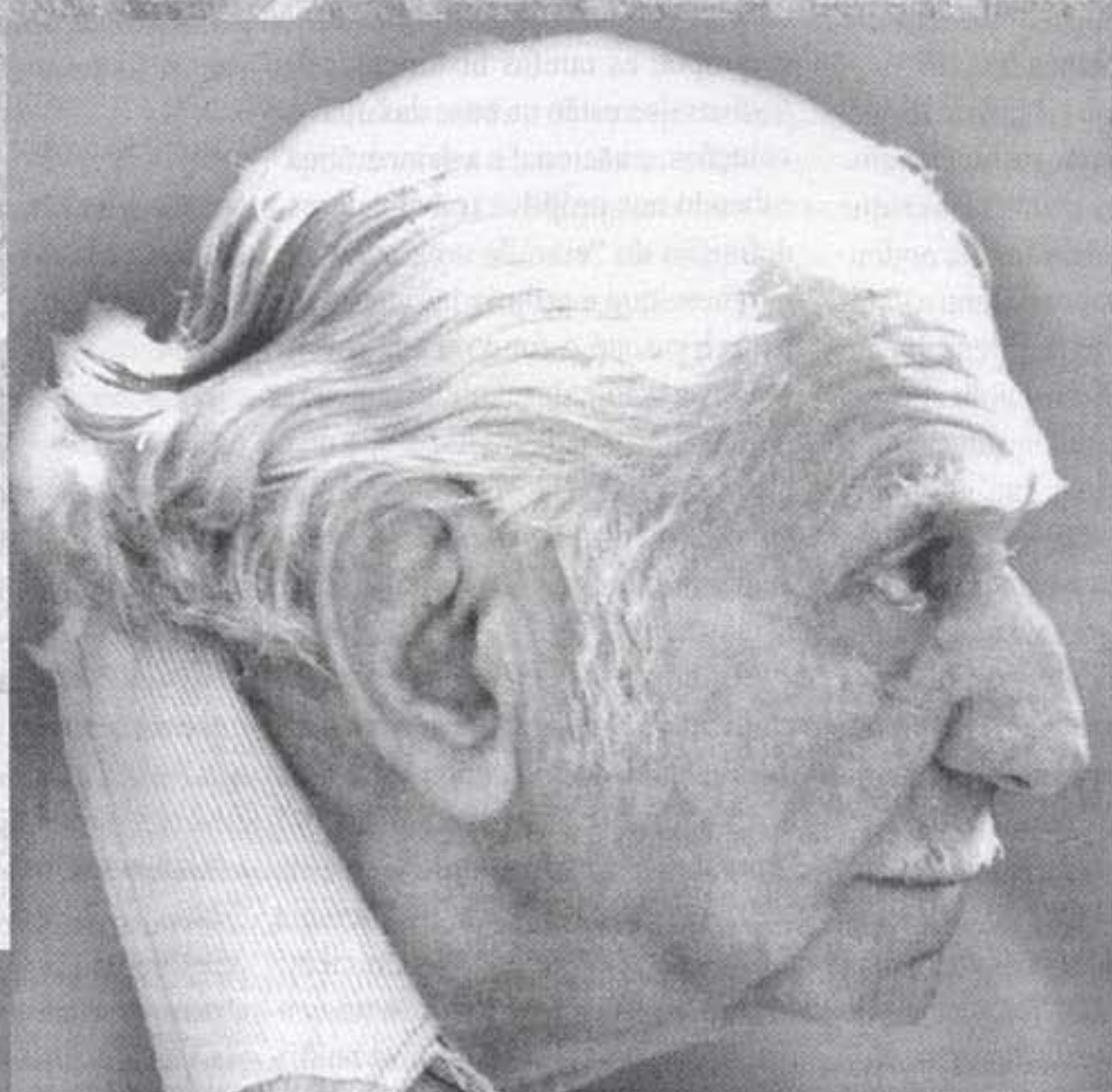
José Carlos Ruy é jornalista.

#### Bibliografia

- Azevedo, Thales de, *Cultura e situação racial no Brasil, RJ, Civilização Brasileira, 1966.*
- Fernandes, Florestan, & Bastide, Roger, *Branco e negro em São Paulo, SP, Cia Editora Nacional, 1971: (1a. Edição: 1955).*
- Fernandes, Florestan, “Padrões de dominação externa na América Latina”, in *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, RJ, Zahar, 1973.*
- Idem, *A revolução burguesa no Brasil, RJ, Zahar, 1975.*
- Idem, “A sociedade escravista no Brasil”, in *Circuito Fechado, SP, Hucitec, 1976.*
- Idem, *A natureza sociológica da sociologia, SP, Ática, 1980.*
- Idem, *O que é revolução, SP, Brasiliense, 1981.*
- Idem, *Nova República?, RJ, Zahar, 1986.*
- Franco, Maria Sylvia de Carvalho, “Organização social do trabalho no período colonial”, in *Pinheiro, Paulo Sérgio (org), Trabalho escravo, economia e sociedade, RJ, Paz e Terra, 1984.*
- Ianni, Octávio, “Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira”, in *Florestan Fernandes: Sociologia, antologia organizada por Octavio Ianni, SP, Ática coleção Grandes Cientistas Sociais, 1986.*
- Moura, Clóvis, *Sociologia do negro brasileiro, SP, Ática, 1988.*
- Pécaut, Daniel, *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação, SP, Ática, 1990.*

# 100 anos de Gilberto

## um homem que entendeu o Brasil



*Mercado escravo, de Debret*

# Freyre

ALDO REBELO

*Ele ajudou os brasileiros a deixar de se sentir um povo condenado ao subdesenvolvimento e à miséria, e a crer num futuro grandioso*

*"Meu pai sempre me dizia, meu filho tome cuidado  
Quando eu penso no futuro, não esqueço o meu passado"*  
(Paulinho da Viola)

Era o ano de 1933, da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha. O pintor fracassado iniciava sua escalada pelo estabelecimento da supremacia da raça ariana, destinada a limpar o mundo das impurezas do sangue e da alma. Os eslavos, por exemplo, eram duplamente contaminados na Rússia, pelo sangue e pelo bolchevismo contra o qual o Führer se tomara de ódio.



A DEPRESSÃO econômica mundial desdobrava-se em depressão do espírito diante do êxito inicial da empreitada nazista. A influência do III Reich não tardaria em espalhar modelos, cópias e versões em toda a extensão do planeta. Com mais ou menos sucesso o modelo alemão arregimentava simpatias para estigmatizar o ferrão ariano no resto e no rosto da humanidade, sustentando a superioridade de uma raça sobre outra.

O Brasil tateava em busca de suas identidades – de povo e de nação. O embaixador inglês chegou a registrar por esse tempo que tínhamos mais orgulho em ser reconhecidos como pernambucanos, mineiros ou gaúchos do que propriamente por brasileiros. Quem sabe esse regionalismo desprovido de nacionalidade apenas refletisse a dificuldade no reconhecimento da segunda identidade, a de povo, ou de povos, de que são compostas as nações.

Para alguns, éramos um caso quase perdido. Não tivéramos a fortuna da colonização inglesa, holandesa ou francesa. Descendíamos do pior europeu, o português, e do pior português, o degredado, criminoso, sifilítico. Escória da Europa e do seu próprio país. Escória da escória, portanto.

E como para demonstrar seu estágio de degradação na escala genética e moral, aqui o português misturou-se ao índio, etapa indefinida entre bicho e gente, a quem a Igreja muito demorou em reconhecer a existência de alma. Ao deformado português o índio acrescentara sua preguiça, aversão ao trabalho, indisciplina e outros trejeitos mórbidos.

A situação perdia-se de vez com a incorporação do africano, cuja inferioridade e inadaptabilidade para a civilização e o progresso, o antropólogo baiano Nina Rodrigues tentara provar “cientificamente”. O nosso caso era feio, na observação mordaz de Darcy Ribeiro. A apreciação negativa não

escapava ao senso comum, reduzia a estima individual e coletiva, embotava nossas esperanças de desenvolvimento material e espiritual.

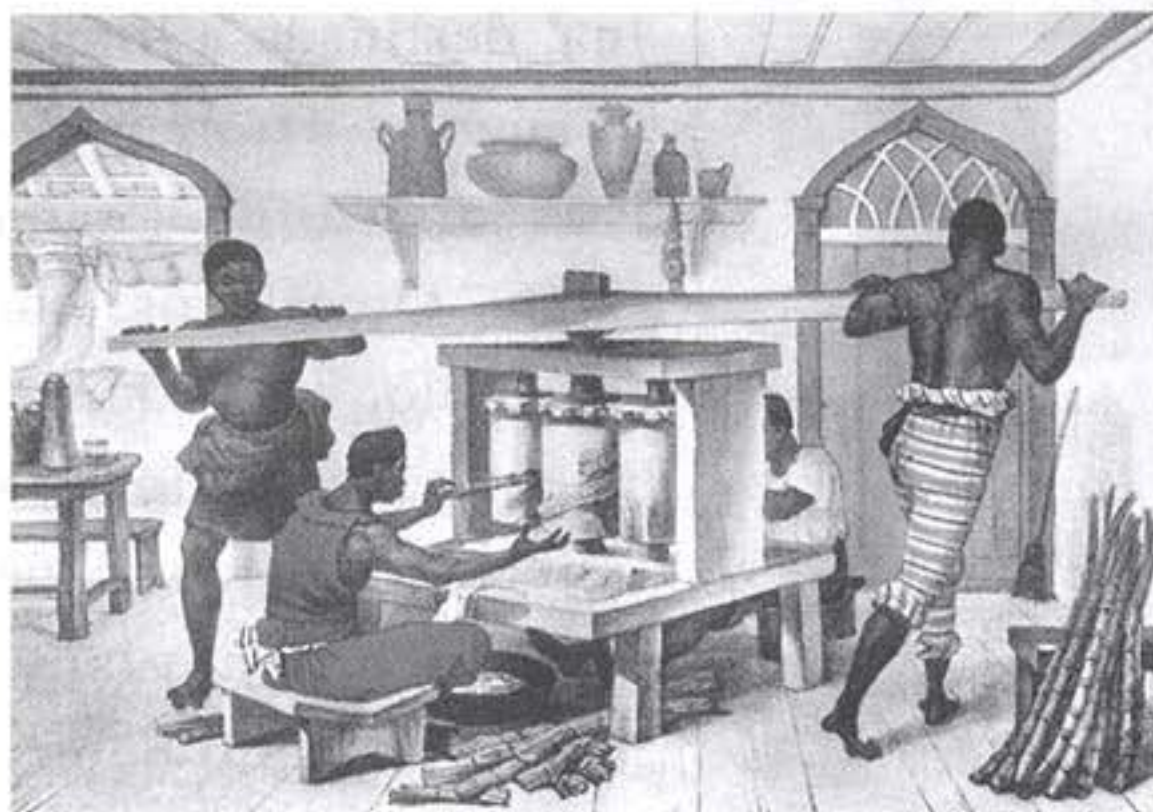
Joaquim Murtinho, o ministro da Fazenda do presidente Campos Sales, ao explicar sua política econômica, tão parecida com a atual e tão elogiada pelos governantes de hoje, não se escusou em dizer: “Não podemos tomar os Estados Unidos da América como tipo por não termos as aptidões superiores de sua raça, força que representa o papel principal no seu progresso industrial”.

Vale a pena transcrever o comentário de Gilberto Freyre em *Homens, engenharias e rumos sociais* a propósito da afirmação de Murtinho:

“Era o brasileiro a sentir-se incapaz de vir a afirmar-se nação moderna – tipo de nação, para Murtinho, idealmente caracterizado pelos Estados Unidos – pelo fato – pode-se sociologicamente caracterizar – de estar situado em espaço tropical e de ser de raça inferior à dos anglo-saxões. O trópicos e a raça considerados vilões.

Entretanto, quem recuasse dois séculos – a concepção de tempo tríplice que nos facilite tal mobilidade – se depararia com o Nordeste do Brasil – nisto continuando os bandeirantes ou os paulistas – desmentindo estes dois mitos. Primeiro, pelo fato de vir, desde o século XVI – o século em que o bandeirante começou a ser uma afirmação da capacidade do brasileiro para tornar-se nação – construindo, além de uma economia, uma civilização, que despertaria no mesmo século e no seguinte, cobiças de europeus nórdicos que tentariam incorporá-las aos seus impérios. Segundo, por ter a gente ela própria já biologicamente tríplice do nordeste – branca, ameríndia, negra – demonstrado ser gente, além de vigorosa, consciente de sua pré-brasileiridade, pela maneira com que repeliu franceses e holandeses. Pelo modo por que escreveu a sangue, nas batalhas dos montes Guararapes, o endereço certo do Brasil: uma nação só e não duas ou três. Uma nação e não outra e imensa Java com uma minoria de nórdicos dominando do alto, maltratando do alto, multidões de gentes tropicalmente morenas”. (1)

Murtinho expressava o pensamento vigente na república oligárquica dos fazendeiros de São Paulo, tal como hoje a depreciação do povo e do país espelha a mesma ilusão no capitalismo anglo-saxão na sua forma neoliberal. Para trás ficara a promessa de república mestiça e de esperança democratizadora encarnada por Floriano Peixoto, ele próprio caboclo nordestino, como



Pequena moenda portátil, de Debret



gostava de se reconhecer, e nesta condição exaltado por intelectuais republicanos e progressistas como Raul Pompéia e Artur Azevedo.

O desconforto com as cores do Brasil era tamanho que, a partir das doutrinas sobre a inferioridade biológica de negros e índios, esposadas por Nina Rodrigues, pelos influentes críticos Silvio Romero e José Veríssimo e pelo sociólogo Oliveira Viana, a elite do país acreditava que a mestiçagem condenava o Brasil ao fracasso.

A nenhum deles foi possível safar-se do pessimismo da encruzilhada de raças que nos fizera população mas nos negara fisionomia e identidade de povo. Os mais otimistas fundavam suas esperanças na possibilidade do embranquecimento, espécie de conspiração que levasse para a clandestinidade da pele o que já estava irremediavelmente presente no sangue.

*Casa-grande & senzala* saiu, em 1933, nesse ambiente de trevas que nublava a ciência social. A Revolução de 1930 empreendia uma etapa modernizadora do Brasil, abrindo caminho para novas idéias e debates sobre a formação e a identidade do povo brasileiro, mas ainda sobreviviam discursos conservadores, quase niilistas, que nos degradavam como nação. Fazia dois anos que Paulo Prado publicara *Retrato do Brasil*, uma visão pessimista, típica da oligarquia cafeeira paulista, na qual o autor sustenta a impagável tese de que o povo brasileiro é triste. Fazia um ano, ainda, que viera à luz outro tiro editorial desferido contra a auto-estima nacional, *Raça e assimilação*, de Oliveira Viana, em que defendia a impossibilidade da miscigenação e dizia acreditar na progressiva arianização do povo brasileiro.

E tal tendência estava em curso – por razões econômicas e sociais. De 1872 a 1940, segundo dados de José Honório Rodrigues, houve um embranquecimento da população. Os brancos catalogados pelo censo passaram de um para dois terços – em parte por causa da imigração, mas, principalmente, em virtude da sua taxa maior de sobrevivência, em contraste com o alto índice de mortalidade dos não-brancos pobres. (2)

Até mesmo o grande Euclides da Cunha soçobrou na armadilha da dualidade de julgamento ao deparar com o sertanejo, ora “um forte”, “herói nacional”, ora uma anomalia do cruzamento de raças, perdido entre a civilização e a barbárie.

Justo Euclides, que revelara o Brasil ao Brasil, ao publicar, em 1909, o épico *Os sertões*, e se deixara levar pelo erro de negar a importância e a qualidade da mestiçagem, erro cometido, segundo Gilberto Freyre, nas “páginas mais acres de pessimismo sobre os povos híbridos”. (3)

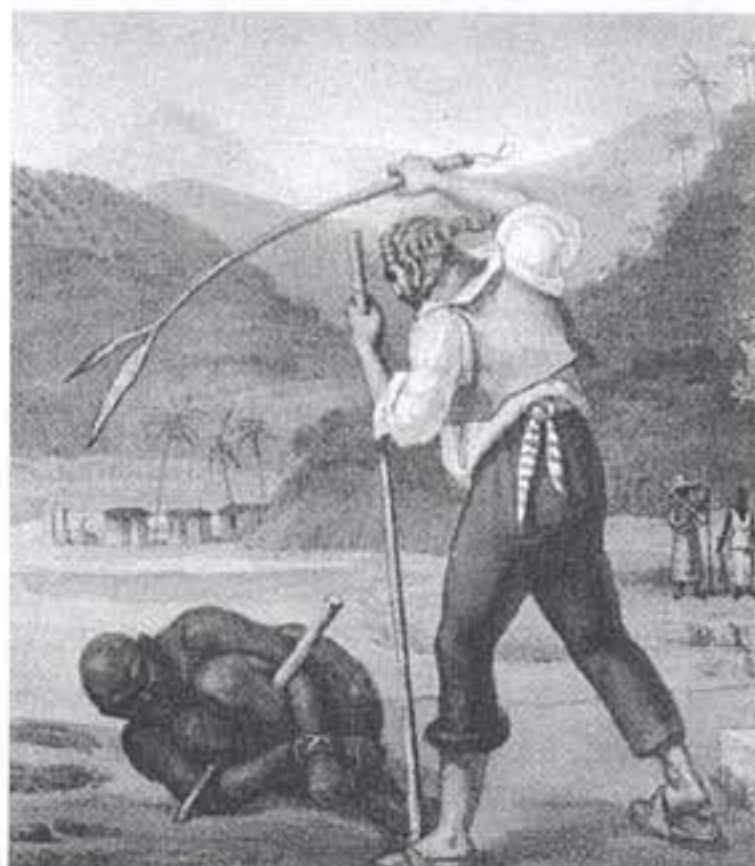
O escritor pernambucano rompeu com este mito e valorizou sobremaneira a importância do índio e do negro na formação do povo brasileiro. Anos mais tarde, um de seus maiores admiradores, que é também um dos mais audaciosos intérpretes do Brasil, Darcy Ribeiro, sentenciou: “Mestiço é que é bom” – até porque a mistura de raças é a mais eficaz arma de combate ao racismo.

Gilberto Freyre surge aí com a temeridade dos heróis e a pureza dos santos, justamente ele, antípoda de santo e de herói,

para tornar exaltação o que era lamento; em virtude, o defeito; em harmonia a deformidade; em promessa a negação; em orgulho a ser ostentado o que a vergonha ordenava ocultar. De uma massa de população majoritariamente mestiça Freyre erigiu um povo. O triste trópico, vira uma nação alegre e inventiva, e de ambos surge uma civilização arrojada, promessa, por si só, de dias melhores.

A leitura de *Casa-grande & senzala* não tem só o impacto de uma revelação científica. Envolve o Brasil como uma profecia, tal sua força de convencimento, hipnotiza pelo estilo a um só tempo simples e grandioso como um cenário amazônico.

Gilberto Freyre redescobre o português, esquadrinha as virtudes que fizeram dele o povo apto a empreender as grandes navegações e descobertas, capaz de recolher do conhecimento mais avançado da época a técnica necessária para desafiar o desconhecido. A ousadia e a tenacidade exigidas para a empreitada retiraram os lusitanos da própria alma provada na resistência ao domínio árabe e as pretensões dos vizinhos ao seu território. Porta da Europa para o Mediterrâneo e o Atlântico, estavam os portugueses amolecidos, para dizer com Gilberto Freyre, na sua cultura, hábitos e religião, pela convivência principalmente com os povos africanos e muçulmanos. Não detinham apenas os meios materiais para a tarefa, estavam espiritualmente preparados para ela. Os apelos do velho do restelo perderam-se nas águas silenciosas do Tejo quando nossos antepassados partiram para a grande aventura.



Surra, de Debret

“O certo – diz o sociólogo – é que os portugueses triunfaram onde outros povos falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de se retardarem como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses.” (4)

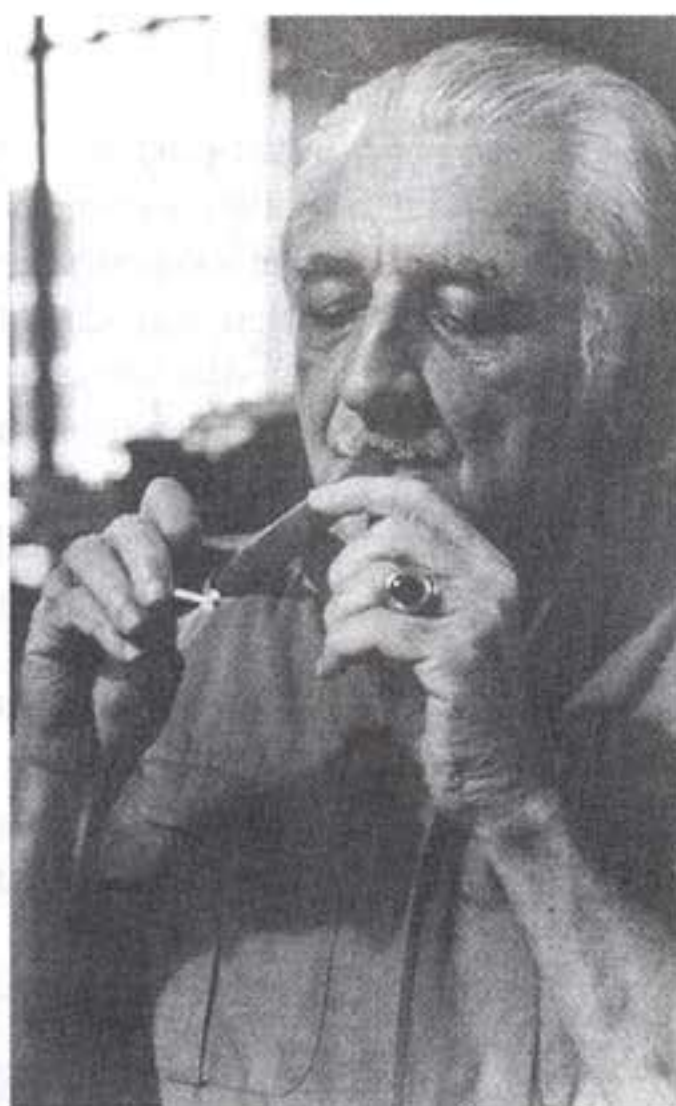
Ao celebrarmos os 500 anos deste grande país, bem maior e generoso que certas comemorações mais voltadas para os defeitos que para as qualidades, podemos nos valer de antigas respostas de Gilberto Freyre para falsas questões que teimam em parecer novas. Ainda há quem ache que melhor estaria o Brasil se tivesse sido colonizado pelos holandeses, por príncipes flamengos letrados e aristocráticos, em vez de portugueses analfabetos e promíscuos, por “Van isto um Van aquilo”, em vez de Joaquins e Manuéis. Ele respondeu:

“Provavelmente isto: em vez de um Brasil que, com todas essas suas dificuldades, os seus problemas, os seus fracassos, é um Brasil onde ser negro não é opróbrio, onde ser mulato não é vergonha, onde ser pobre não é desonra onde tocar viola de papo para o ar não é indignidade, seria uma Java americana, mais rica, mais progressista, mais produtora de café ou de cacau que o Brasil de hoje, porém dominada por alguns daqueles preconceitos que tantos dos norte-europeus mais pancaucásicos levaram para o Oriente...”

E continuava a defender a gênese lusitana:

“Pois é quase certo que aqui brancos e gente de cor não seriam – tivessem os holandeses se apoderado de parte do Brasil – com todos esses triunfos materiais, um só povo, porém dois: uns brancos, outros de cor; uma casta tida por abençoada por Deus, como ensinou Calvino, por ser rica, e os pobres, por serem pobres, havidos de acordo com o mesmo ensino, por subhomens, por subgente, por enfeitados do próprio Deus...” (5)

Apesar do elogio ao engenho e à arte portuguesas, não é o colonizador branco e sim o negro que domina *Casa-grande & senzala*. Pelas mãos de Gilberto Freyre o escravo africano transforma-se no alicerce em que se fundamenta a sociedade



Gilberto Freyre

brasileira, artífice de nossa civilização. Na construção material da Colônia e depois da monarquia, na miscigenação da população que aqui vai se formando, Freyre vai revelando página por página, não só em *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos*, e em outros ensaios, a presença africana não apenas no sangue, na cor da pele, no vocabulário, na pronúncia que abrasileirou o português, na música, no futebol, na cultura em geral, na expressão estética, no predomínio das formas e das cores, na psicologia, na beleza e graça da mulher brasileira, mesmo as mais louras de olhos verdes e azuis que não deixam de demonstrar na leveza e na feminilidade a influência da mulher africana entre nós.

Não haveria – esta é a conclusão a que chegamos após a leitura de Gilberto

Freyre – esta expressão de brasileiro, singular, própria, distinta da de outros povos que conhecemos, sem a profunda influência do negro na nossa formação. Influência que o africano impregnou quando espalhou seu sangue pelo de outras raças que aqui encontrou, e mais do que isso no que incorporou de técnica, de valores para fazer de nós brasileiros detentores de patrimônio genético e cultural mais humano porque resultado de maior combinação humanamente possível.

Ainda assim, tanto vigor metodológico e descritivo não impediu que críticos desavisados atribuíssem a Gilberto Freyre a construção de um paraíso racial fictício que ele jamais mencionou. Como empenhou-se em demonstrar o antropólogo Hermano Vianna, Freyre não usa a expressão democracia racial uma vez sequer em *Casa-grande & senzala*. Também não edulcorou a escravidão, ao contrário do que afirmam alguns de seus críticos. *Casa Grande & Senzala*, aliás, começa com uma descrição de barbaridades cometidas pelos senhores contra os escravos, como “queimar vivas, em fomalhas de engenho, escravas prenhes, as crianças estourando ao calor das chamas”. (6)

Cenas da violência escravista que bem poderiam constar da descrição de “Tanto horror perante os céus” que Castro Alves faz nos versos de *Navio negreiro*.

É do índio que Gilberto Freyre retira outra pilastra fundamental para erguer o edifício da formação do povo brasileiro. A mulher índia surge de sua obra como uma espécie de mãe e madrinha do Brasil. Não apenas a que pariu, conforme aprova recente pesquisa divulgada por geneticistas da Universidade Federal de Minas Gerais, mas a que criou,

educou, transmitiu valores e crenças, deixou sua marca em traços permanentes da personalidade, dos hábitos, da psicologia, da culinária e das formas próprias que têm os brasileiros de expressar sua religiosidade.

O hábito do banho diário, a rede, uma certa predileção popular pela cor vermelha, tão visível no interior do nordeste nas festas de cavalhada e pastoril. A valorização do remédio caseiro, das plantas, das rezas, a aversão dos brasileiros a rigidez e, portanto as ditaduras. São essas remotas avós indígenas, para usar a expressão de Freyre, responsáveis, pelo menos em parte, por uma certa intuição libertária do caráter do brasileiro.

Gilberto Freyre não foi navegador. Antes foi cartógrafo. Os caminhos que traçou permite-nos ir onde ele não alcançou, não quis, ou não desejou chegar. Identificou nossa árvore genealógica de povo, não apenas genética mas cultural, comportamental, psicológica, desvendando os pontos incógnitos de nossa trajetória de forma a fazer-nos compreender o estágio atual de nossa existência.

Em terra tão ingrata com seus antepassados, tão avara na celebração de seus heróis, Freyre nos convoca a cultivá-los e respeitá-los na contingência histórica de seus feitos.

Ele reverencia, em particular, os que lutaram contra os holandeses, nas memoráveis batalhas de Guararapes, e celebra, em suas palavras, os heróis do povo, “os brancos, mestiços, negros, índios na resistência afinal triunfante sobre os intrusos”. E presta comovente homenagem a um dos revolucionários brasileiros mais destemidos e mais esquecidos, Frei Caneca, a quem chama de “intelectual mártir, pensador mártir, homem de letras mártir, da causa brasileira da independência e da liberdade.” (7)

O europeu povoa seu imaginário, suas capitais e aldeias desses símbolos, nenhum deles mais digno ou merecedor de culto que os nossos. Quando a pátria se via ameaçada, mesmo socialistas e revolucionários tiravam da penumbra da história os heróis populares, e também senhores feudais e generais monarquistas para encher de brio a alma de seus povos, do que são exemplos um Skandberg nas ruas de Tirana, um Kutuzov reclamado pelos soviéticos em plena campanha de resistência contra a invasão alemã na segunda guerra mundial.

Gilberto Freyre nos libera para a celebração dos precursores e construtores da pátria. Negros como Zumbi e Henrique Dias e os guerrilheiros dos Palmares e da Revolta dos Malês, índios como Ajuricaba,

Sepé Tiaraju, Filipe Camarão e Maria Arcoverde, caboclos como Floriano Peixoto, mulatos como Machado de Assis e Lima Barreto, brancos como Tiradentes, José Bonifácio e Bárbara de Alencar encontram lugar no Panteão senão dos espaços públicos esquecidos pelos governos, pelo menos da alma de brasileiros amantes de sua terra e de sua história.

É justo que os Estados Unidos reservem seu mais elevado pedestal para George Washington, um fazendeirão caipira e semiletrado como já descreveu um historiador norte-americano, mas patriarca de sua independência. Espantoso é que por aqui José Bonifácio, estadista, cientista, militar, polígrafo, a quem Gilberto Freyre chega a atribuir virtudes superiores ao gênio do libertador Simon Bolívar, não receba, senão de forma tímida e por vezes envergonhada, o reconhecimento de artífice e patriarca de nossa Independência.

Recordemos pela atualidade e vigor dos pronunciamentos duas breves passagens dos libertadores. A primeira, de José Bonifácio na *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura*:

“E vós, traficantes de carne humana, vós senhores injustos e cruéis, ouvi com rubor e arrependimento, se não tendes pátria, a voz imperiosa da consciência, e os altos brados da impaciente humanidade; aliás, mais cedo talvez do que pensais, tereis de sofrer terrivelmente da vossa voluntária cegueira e ambição; pois o castigo da Divindade, se é tardio às vezes, decerto nunca falta. E qual de vós quererá ser tão obstinado e ignorante, que não sinta que o cativo perpétuo é, não somente contrário à religião e à sã política, mas também contrário aos vossos futuros interesses, e à vossa segurança e tranqüilidade pessoal?

Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa pátria, sabeis que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional, e segurará e defenderá a sua liberal Constituição; nunca aperfeiçoará as raças existentes, e nunca formará, como imperiosamente o deve, um exército brioso e uma marinha florescente.

Sem liberdade individual não pode haver civilização nem sólida riqueza; não pode haver moralidade, e justiça; e sem estas filhas do céu, não há nem pode haver brio, força e poder entre as nações”. (8)



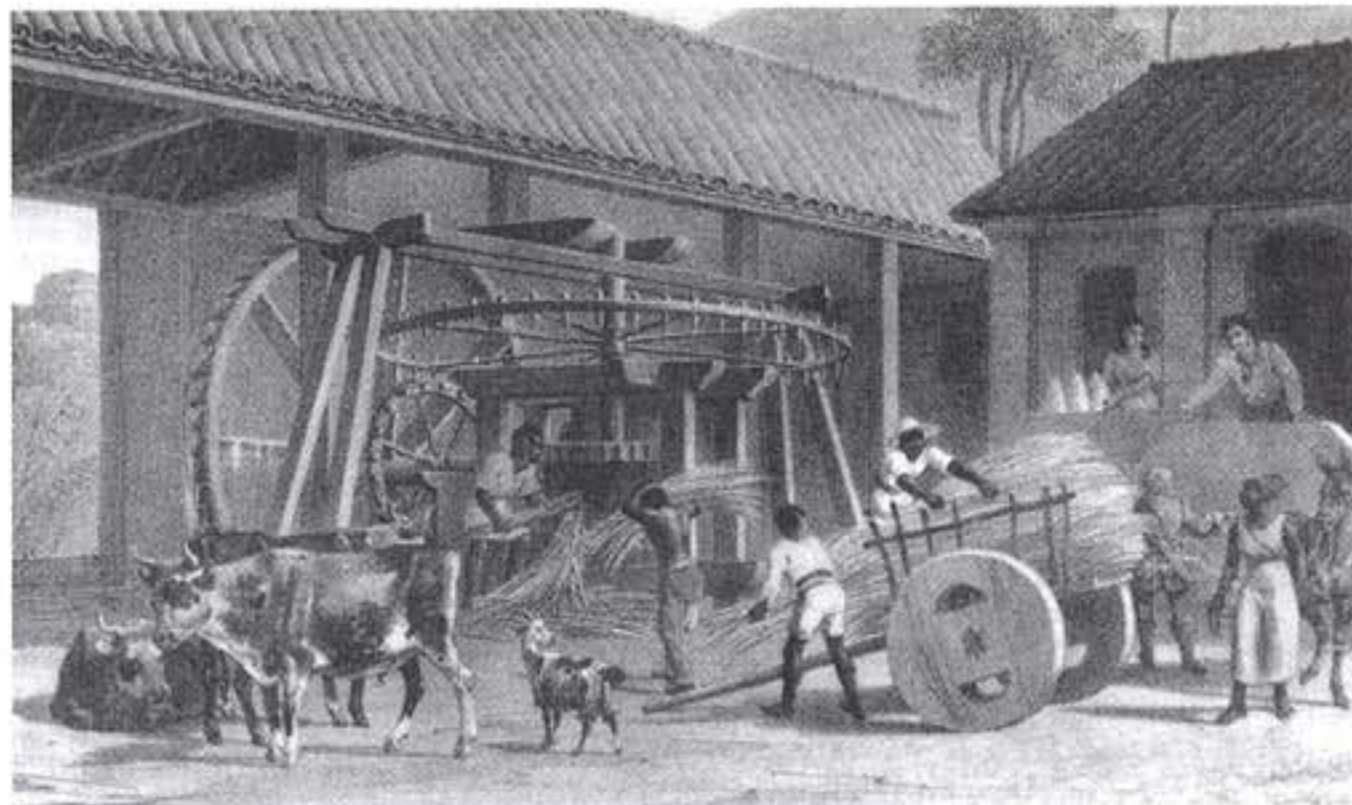
Castigo para “os fujões”

São palavras do patriarca que ditas hoje soariam como brado contra o abandono de milhões de brasileiros à miséria em meio à opulência de tão poucos.

Ouçamos agora o grande patriota venezuelano antecipando no discurso pronunciado por ocasião da instalação do congresso de Angostura em 1819, as reflexões que o próprio Gilberto Freyre percorreria mais de um século depois:

“Tenhamos presente que nosso povo não é o europeu, nem o americano do norte, é antes um composto de África e América do que uma emanção da Europa, pois que a Espanha mesma deixa de ser Europa pelo seu sangue africano, pelas suas instituições e por seu caráter. É impossível caracterizar com propriedade a que família humana pertencemos. A maior parte do indígena se aniquilou, o europeu mesclou-se com o americano e com o africano e este mesclou-se com o índio e com o europeu. Nascidos todos do seio de uma mesma mãe, nossos pais, diferentes em origem e em sangue, são estrangeiros, e todos diferem visivelmente na epiderme; esta dessemelhança traz uma ligação da maior importância.” (9)

A eloquência de Bolívar era, em Gilberto Freyre, um traço literário. Tinha orgulho de ser apenas um escritor, foi um mestre da língua, reconhecido como talentoso artesão de frases plásticas como uma paisagem nordestina. Dele disse o poeta e primo João Cabral de Melo Neto, no poema que lhe dedicou pelos 40 anos de *Casa-grande & senzala*: “Ninguém escreveu em português / no brasileiro de sua língua: esse à-vontade que é o da rede, / dos alpendres, da alma mestiça, / medindo sua prosa de sesta, / ou prosa de quem se espreguiça.”



Moinho de açúcar, de Rugendas

Um dos maiores críticos literários do país, Otto Maria Carpeaux, austríaco refugiado do nazismo que se exilou no Brasil, conta que em 1940 estava deprimido, “sem vontade de viver e sem esperança”, quando iluminou-se com a leitura de *Sobrados e mocambos*, onde uma passagem memorável demonstra o estilo impecável de Freyre. Ao mostrar os estragos da febre amarela no Rio, no começo do século XIX, o escritor relata:

“Houve mesmo nativistas que se regozijavam com a ação violentamente antieuropeia da febre amarela. Febre terrível que, poupando o nativo, não perdoava o estrangeiro. Principalmente o louro, de olhos azuis, sardas pelo rosto. Mas o estrangeiro louro insistiu em firmar-se em terra tão sua inimiga com um heroísmo que ainda não foi celebrado. Só visitando hoje alguns dos velhos cemitérios protestantes no Brasil – o do Recife ou o do Salvador ou o do Rio de Janeiro – que datam dos princípios do século IX, e vendo quanta vítima da febre amarela apodrece por esses chãos úmidos e cheios de tapuru, debaixo de palmeiras gordas, tropicalmente triunfantes sobre o invasor nórdico, faz alguém idéia exata da tenacidade com que o inglês, para conquistar o mercado brasileiro e firmar nova zona de influência para o seu imperialismo, se expôs a morrer de febre tão má nesta parte dos trópicos.”

A imagem gloriosa das “palmeiras gordas, tropicalmente triunfantes sobre o invasor nórdico”, fascinou o crítico erudito, cuja abonação era um selo de qualidade. (10) A prosa elegante de Freyre, admirador de Marcel Proust, influenciaria diretamente alguns dos luminares da literatura brasileira, como os poetas Jorge de Lima e Manuel Bandeira. O romancista José Lins do Rego admitiu que, nos primeiros

escritos, copiava-o sem cerimônia. “Escrevo sobre ele quase falo de mim mesmo, tanto me sinto obra sua, tanta influência exerceu sobre a minha pobre natureza, tão sujeita aos ventos e aos tormentos das tempestades”.

Em *Açúcar*, livro por muitos censurado como mundano e vulgar para um sociólogo, Freyre é capaz de oferecer aos seus leitores, entre receitas de bolos e doces do Nordeste, uma das mais significativas páginas de nossa história dos costumes. Conta o mestre pernambucano:

“No século XVIII o mestre régio Vilhena se levantava na própria Bahia contra os quitutes africanos que se

vendiam em tabuleiros pelas ruas da boa cidade de Tomé de Sousa. Para o seu paladar clássico de professor de grego eram umas comidas repugnantes. Mas apesar de todos os brados dos Vilhenas contra os manjares vindos da África; contra os temperos, os quiabos, as ervas dos negros; apesar do fato de muito mazombo mandar vir de Portugal cozinheiro para lhe preparar a comida à portuguesa – os quitutes africanos foram ganhando, não tanto a sobremesa, como a mesa, das casas-grandes e dos sobrados patriarcais, principalmente na Bahia. Até que no século XIX o caruru, o vatapá, o acarajé já se podiam considerar pratos nacionais.

Os princípios desse século foram aliás de reação contra tudo que fosse português: contra o caldo verde, contra a farinha de trigo, o queijo-do-reino, o vinho do Porto. Em Pernambuco, o padre João Ribeiro – uma das figuras mais doces que já passaram pela história do Brasil – fazia questão de levantar seus brindes com aguardente de cana, em vez de vinho do Porto. Era a exaltação patriótica e romântica da cana-de-açúcar. Outros patriotas pernambucanos de 1817 substituíram o pão pela farinha de mandioca. Sob tais estímulos patrióticos, era natural que se desenvolvesse entre nós o gosto pelos quitutes indígenas e africanos”. (11)

Quando milhões de brasileiros se dispõem a reagir ao processo de aviltamento e de deterioração por que passa a língua portuguesa, é animador reparar na importância e na atenção que Gilberto Freyre concedia ao idioma. Não somente no aspecto literário, mas na língua viva, construída pelo povo, às vezes em desacordo com a afetação purista dos buldogues da lingüística, a partir mesmo da colonização:

“Dessa primeira dualidade de línguas, a dos senhores e a dos nativos, uma de luxo, oficial, outra popular, para o gasto – dualidade que durou seguramente século e meio e que prolongou-se depois, com outro caráter, no antagonismo entre a fala dos brancos das casas-grandes e a dos negros das senzalas – ficou-nos um vício, em nosso idioma, que só hoje, e através dos romancistas e poetas mais novos, vai sendo corrigido e atenuado: o vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada. Entre o português dos bacharéis, dos padres e dos doutores, quase sempre propensos ao purismo, ao precisismo e ao classicismo, e o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo” – lemos em *Casa-grande & senzala*. (12)

Porque conhecia e valorizava a língua portuguesa, Gilberto Freyre dava-se o direito de ousar quando escrevia, arriscando-se a singularidades ortográficas e sintáticas: preferia, por exemplo, conforme a natureza africana das palavras,

*mucambo a mocambo, muleque a moleque* – em um estilo que ele próprio chamava de “gilbertiano”. Ainda que sem revolucionar o português, à maneira de um Guimarães Rosa, renovou-o com a grandeza do seu talento e a originalidade da sua criação, fazendo a nossa língua mais exuberante, mais rica e mais bela.

Mas talvez o maior triunfo e o dom da plena atualidade de Gilberto Freyre e de sua obra estejam em constituir-se em muralha às pretensões totalitárias da hegemonia ideológica, militar, econômica, comercial, cultural, de padrões e modelos institucionais que se espalham sobre o planeta. Nas descobertas e redescobertas da brasilidade, da construção única que resultou no povo e na nação brasileira, das potencialidades de realização e afirmação de nossa gente, dos caminhos e destinos próprios que podemos trilhar, daí ressurge o Gilberto Freyre pleno, contemporâneo das difíceis escolhas defrontadas pelo Brasil.

Nestes tempos difíceis de ameaças à soberania da nação e de pressão sobre nossa identidade nacional e cultural, suas páginas como que encantadas em sociologia, história, literatura, psicologia social, desencantam-se em exército combatente marchando para o duelo de vida e de morte em defesa do orgulho nacional, da esperança e dos sonhos do Brasil e do seu povo.

Pernambucano e nordestino, seu regionalismo não se afirmava como negação da nacionalidade. Ao contrário, ser pernambucano e nordestino era para ele apenas uma forma própria de sentir-se mais brasileiro. É curioso observar o paralelo que faz entre a chamada civilização do açúcar e a civilização grega, não só pela percepção entre os traços comuns das duas sociedades mas pelo que deixa escapar de crítica ao patriarcalismo açucareiro nordestino. Mas deixemos com Gilberto Freyre:

“Mas foi justamente essa civilização nordestina do açúcar – talvez a mais patológica, socialmente falando, de quantas floresceram no Brasil – que enriqueceu de elementos mais característicos a cultura brasileira.

O que nos faz pensar nas ostras que dão pérolas.

Levantando-se a vista dos pobres canaviais do Nordeste patriarcal para as oliveiras de certa terra clássica do Sul da Europa, há de ver-se que também a civilização grega foi uma civilização mórbida segundo os padrões de saúde social em vigor entre os modernos. Civilização escravocrática. Civilização pagã. Civilização monossexual. E, entretanto, estranhamente criadora de valores, pelo menos políticos, intelectuais e estéticos. Muito mais criadora desses valores do que as civilizações mais saudáveis que ainda se utilizam da herança grega. Junto dela, com efeito, a bem equilibrada civilização dos modernos escandinavos

empalidece e se apresenta tão estéril e tristonha como se não tivesse senão mãos e pés de gigante.

Abaixo da grega, outras civilizações parece que têm reproduzido, em termos maciços, o caso estranho dos gênios individuais, tanto deles como as ostras: doentes é que dão pérolas.

A antiga civilização do açúcar no Nordeste, de uma patologia social tão numerosa, dá-nos essa mesma impressão em confronto com as demais civilizações brasileiras – a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café. Civilizações mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição da riqueza e dos bens. Mas nenhuma mais criadora do que ela, de valores políticos, estéticos, intelectuais.” (13)

Com toda essa proeminência, Gilberto Freyre não estava – nem poderia estar, como ativista político – a salvo de erros, imune ao equívoco. A ditadura portuguesa de Antônio de Oliveira Salazar parecia-lhe, “depois de vigorosamente desbastada de seus medievalismos mais hirtos e de seu policialismo mais cru”, a solução para “algumas das atuais democracias apenas políticas do Ocidente se alargarem em democracias econômicas, sociais, culturais, com pequeno sacrifício de alguns de seus adiantamentos políticos sob forma de ritos ou expressões eleitorais”. (14)

Mais por seus defeitos que por suas virtudes, para usar uma expressão que lhe era cara, Gilberto Freyre não compreendeu a luta patriótica dos jacobinos na consolidação da República, nem a função renovadora da Revolução de 30. Tropeçou, também, ao ignorar a natureza antidemocrática e antipopular do regime ditatorial que se instalou no Brasil em 1964. Aristocrata, livre pensador, daqueles que forjam teorias às vezes apartadas da história, iludiu-se com o regime de força que, doutrinariamente, achava capaz de resolver os problemas sociais. Politicamente tinha simpatias pela figura do déspota esclarecido. No ensaio *Literatura e Parlamento: o caso brasileiro*, admite que os “estados nacionais precisam de ser principalmente conduzidos por executivos capazes de, em momentos críticos, agir de modo imediato e decisivo”. (15)

Passados 21 anos, mudaria de opinião: “Não sou antimilitarista, mas devo dizer que nunca me enganei com esse surto militar iniciado em 1964, o que me levou a recusar convites do general Castelo Branco para ocupar um ministério ou a embaixada em Paris. Os militares se deram aos tecnocratas, que comprometeram os valores éticos do Brasil.” (16)

Darcy Ribeiro soube separar o joio do trigo quando observou, a propósito de *Casa-grande & senzala*: “Sempre me

intrigou, e me intriga ainda, que Gilberto Freyre sendo tão tacanhamente reacionário no plano político – em declaração recente chega a dizer que a censura da imprensa é, em geral, benéfica e que nos Estados Unidos a censura é mais rigorosa do que em qualquer outro país do mundo – tenha podido escrever esse livro tão generoso, tolerante, forte e belo.” (17)

Em seu ensaio *Modernidade e modernismos nas artes*, seu conservadorismo não degenera em antimarxismo vulgar, como deixa entrever os trechos que se seguem:

“(…) e tendo sido o cubismo ‘uma reação dialética aos neoimpressionistas’, como o marxismo fora uma reação dialética aos hegelianistas, não encontrou outro meio de afirmação senão a violência. Ambos foram movimentos fanáticos e sectários violentíssimos. Mas sem esse fanatismo, sem esse sectarismo, sem essa violência, sua revolução teria se limitado a tempestades em copos de águas parlamentares ou em vasilhas de lavar pincéis. Pela violência modernista, marxistas e cubistas abriram caminhos para a modernidade em que começamos a viver hoje, tanto nas artes plásticas como na engenharia social ou na arte política. Sem o cubismo, talvez ainda estivéssemos na fase de arranha-céus em estilo gótico ou em estilo mourisco, como os da fase paleotécnica de Nova Iorque; ou na pintura puramente anedótica, costumista, sentimental ou “naturalista” do século XIX. Sem o marxismo talvez continuássemos a pretender resolver os problemas de engenharia social com a democracia liberal ou com o parlamentarismo do século XIX; os problemas da miséria, com a filantropia apenas sentimental”.

E prossegue nesse tom:

“(…) sem a teoria e a experiência marxistas não haveria a atual democracia social: nem a cooperativista nem a experimentalmente socialista nem a planificista. São todos tipos pós-marxistas de democracia que, em vários países, já se apresentam com resultados capazes de nos fazer acreditar no êxito de avanços verdadeiramente revolucionários no sentido de uma nova e complexa organização das relações entre os homens”. (18)

Recomenda lembrar aqui a enorme admiração que Marx e Engels dedicam a Balzac, apesar dos pendores monarquistas e conservadores do grande escritor francês. O próprio Karl Marx, tão logo concluisse *O Capital*, pretendia dedicar um ensaio à *Comédia humana* – soberbo painel sócio-literário da França na primeira metade do século XIX. Marx leu Balzac como um fino historiador de costumes. O autor do *Manifesto Comunista* também cobriu de elogios os escritores realistas ingleses – Charles Dickens, Charlotte Brontë, entre outros –, “cujas pági-

nas evidenciadoras e eloqüentes revelaram ao mundo mais verdades políticas e sociais que todos os políticos profissionais, publicistas e moralistas juntos”. (19)

Alheios a esta chave de análise sugerida por Marx, alguns críticos afunilam a obra de Gilberto Freyre num suposto saudosismo do mundo patriarcal. Tratemos de separar a crítica justa do conservadorismo político do autor de *Nordeste* da ação sectária e, pior, interesseira de muitos dos seus desafetos de ontem e de hoje. Crítica tão sectária que ele foi banido da biblioteca de certas correntes de pensamento. Sentiu-se tão desconfortável com esta censura intelectual que, em 1961, ele se recusou a participar da banca que examinaria a tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso.

A crítica é intolerante, em primeiro lugar porque Gilberto Freyre descortina uma paisagem antropológica da vida brasileira, não está voltado para as transformações mas para as permanências. Preocupou-se em descobrir como os elementos do passado têm capacidade de conservação durante o processo de transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas. A simpatia pelo mundo patriarcal exige uma leitura crítica de sua obra, o que levará quem o fizer a perceber, ao lado de passagens simplórias e mesmo simpáticas ao patriarcalismo, denúncias contundentes dos seus efeitos sobre os escravos, os índios e a sociedade.

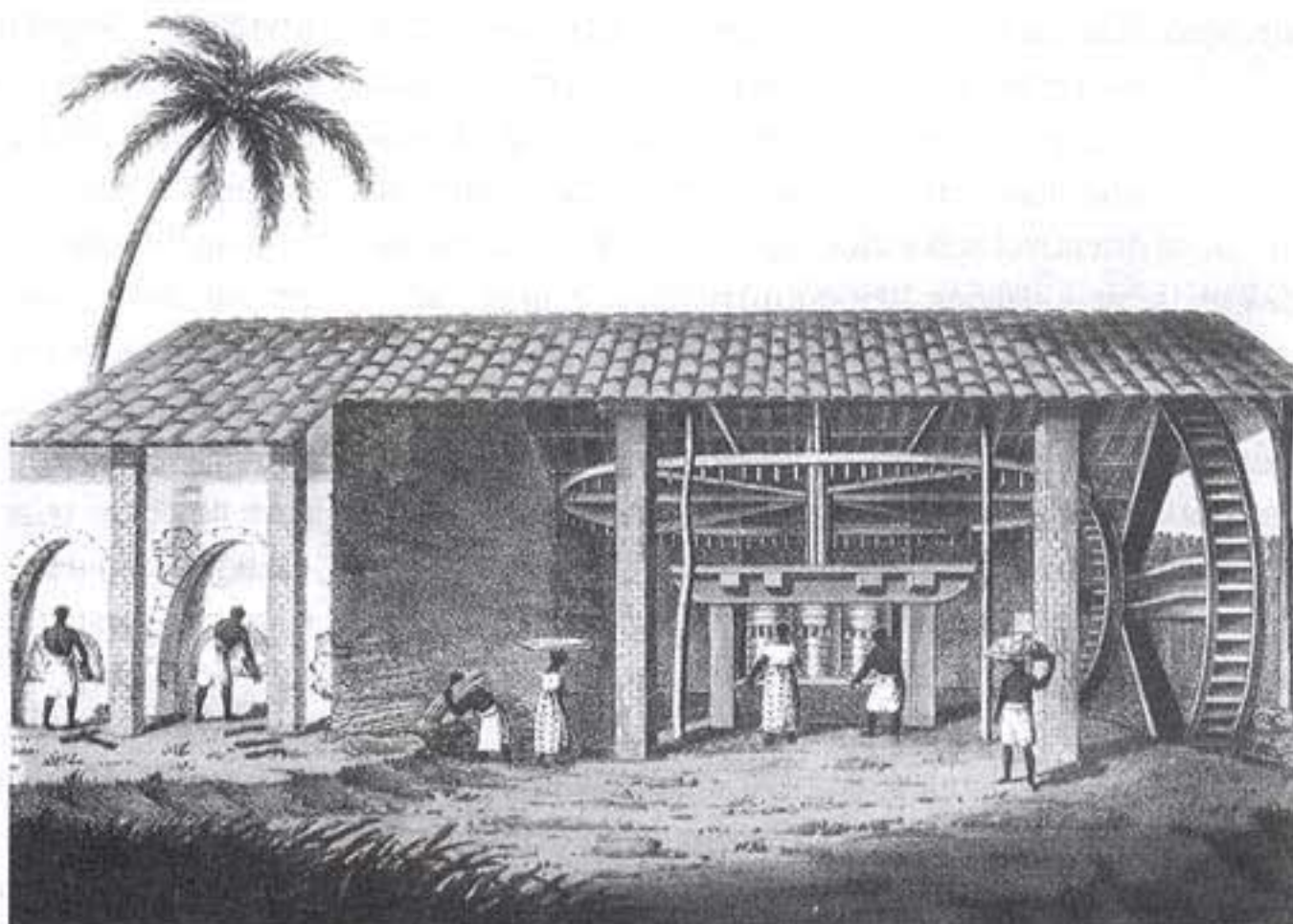
É possível falar do alto preço que custou aos primeiros esforços de construção do socialismo, o menosprezo a esses elementos de permanência e continuidade. Não seria exagerado afirmar que o desprezo pelos elementos culturais, religiosos e da tradição na formação da consciência dos povos das nações socialistas foi uma das bases do voluntarismo que contribuiu para o seu colapso. Voluntarismo que além do apoio na própria vontade sobrevalorizou fatores econômicos e materiais em prejuízo de valores subjetivos, ideológicos e culturais que, poderíamos dizer repetindo Gilberto Freyre, “deixariam os seus dirigentes desgarrados dos dirigidos; na situação de remadores que remassem no seco; sem água bastante para navegarem; com a chamada nau do Estado encalhada sobre a areia ou sobre as pedras”.

Conforta que esse mesmo erro ancorado em certo determinismo e voluntarismo conduz para o impasse

a arrogância neoliberal de imaginar poder reduzir a vida de povos e nações aos interesses puramente mercadológicos. A resistência dos povos, tanto as que geram esperança – a juventude sérvia sobre as pontes do Danúbio, desafiando as bombas da Otan – ou as que resultam do desespero – as lutas fratricidas entre povos subjugados, muitas vezes estimuladas pelo inimigo comum desses mesmos povos – somente demonstram em dupla face que o pensamento único é incapaz de conter toda a carga de emoções, sonhos e busca de afirmação da humanidade.

Gilberto Freyre também foi vítima deste preconceito reductor. Ao ser publicada, sua obra foi acusada de “negrófila”, pornográfica, anticlerical. A elite pernambucana chegou a programar atos públicos para queimar em fogueiras exemplares de *Casa-grande & senzala*. Conta o médico e escritor alagoano Dirceu Lindoso que ao informar a um amigo do pai, pelos idos dos anos 40, que pretendia estudar sociologia no Recife, este o admoestara dizendo que sociologia era carreira para comunistas como Gilberto Freyre.

Assis Chateaubriand chamava-o de comunista pelos jornais dos Diários Associados, e o acusava de escrever discursos bolcheviques para jornadas políticas de José Américo de Almeida. Com certeza, grandes nomes da oligarquia baiana já acreditavam nisso quando, em 1942, Gilberto Freyre engajou-se na campanha dos comunistas pela imediata entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Numa série de conferências em Salvador, onde era aclamado por um grupo liderado pelo escritor Jorge Amado, fazia elogios à participação da União Soviética no conflito. Jorge Amado, seu



Moinho de açúcar

colega na Constituinte de 1946, propôs o nome de Freyre para o Prêmio Nobel de Literatura.

Além de escritores, também políticos, cientistas sociais e críticos rigorosos atestaram a importância da obra do mestre de Apipucos. Antonio Candido, em prefácio de *Raízes do Brasil*, disse de Gilberto Freyre:

“O jovem leitor de hoje não poderá talvez compreender, sobretudo em face dos rumos tomados posteriormente pelo seu autor, a força revolucionária, o impacto libertador que teve este grande livro. Inclusive pelo volume de informação, resultante da técnica expositiva, a cujo bombardeio as noções iam brotando como numa improvisação de talento, que coordenava os dados conforme pontos de vista totalmente novos no Brasil de então. Sob este aspecto, *Casa-grande & senzala* é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Vianna, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940.”

Registre-se, aliás, que *Raízes do Brasil* foi escolhido por Gilberto Freyre para inaugurar a prestigiada coleção Documentos Brasileiros, da Editora José Olympio, que dirigiu até o número 31.

Crítico de boa cepa, o historiador marxista Nelson Werneck Sodré, incluiu Freyre como fonte fundamental para o estudo da sociedade brasileira, em seu livro clássico *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Com evidentes reservas, o historiador recomenda *Casa-grande & senzala* como “obra é de consulta, conquanto se ressinta de método histórico e abandone quase totalmente os aspectos econômicos”. (20)

Outro dos reparos mais renitentes é que a obra freyriana legitima a herança patrimonialista, tão anatemizada de responsável pelo nosso atraso político e econômico. Trata-se de crítica discutível sob vários aspectos. O Brasil, como todas as demais nações latino-americanas, é uma nação construída pelo Estado. Como nos lembra Raymundo Faoro em *Os donos do poder*, o capitalismo só floresceu plenamente na Europa e na Ásia em nações revolvidas pelo feudalismo. Em que pese, portanto, o fato de a estrutura patrimonialista do Estado português e brasileiro ter facilitado a expansão do capitalismo comercial, não conseguiu criar as condições ideais para o desenvolvimento pleno do capitalismo industrial na sua forma anglo-saxônica.

E aí surge a singularidade da visão aristocrática de Gilberto Freyre. Se por um lado esta o impediu de aproximar-se do socialismo e de formas mais avançadas de democracia com participação popular, ao mesmo tempo lhe permitiu o distanciamento daqueles que olham o capitalismo anglo-saxão

como única esperança de nossa redenção, e sua ausência no Brasil como um fato lamentável e uma deficiência estrutural, que nos deixou em desvantagem em relação aos europeus e norte-americanos. Ao distanciar-se deste modelo tornou-se Gilberto Freyre a um só tempo crítico da matriz socialista na sua forma institucional e econômica, mas também das sociedades geridas pelo mercado. Seu olhar para o hemisfério Norte não foi para lamentar porque somos diferentes e porque ainda não chegamos lá. Ao fazer o elogio do caráter mestiço brasileiro destruiu o complexo de inferioridade racial e mostrou que nisso estava nossa força. Talvez ainda reste por ser destruído o complexo da ausência de relações capitalistas em todos os domínios da vida material e espiritual do país.

Neste aspecto Freyre lembra Eduardo Prado de *A ilusão americana*, no que este tinha de aristocrata e de saudosista da etiqueta do antigo regime, tão enganado no seu combate à república, mas de tanta premonição na crítica que fez ao nascente imperialismo americano.

Bem vistas as coisas, as atuais tentativas de destruir a chamada herança patrimonialista, que em sua forma mais moderna teria dado em capitalismo de estado, não passa de uma grande farsa. Sob o pretexto de modernizar as relações econômicas, as reformas promovidas pelos atuais governantes apenas substituíram o capitalismo de estado, sucedâneo moderno do estado patrimonialista, por um capitalismo de rapinagem, no qual os críticos do suposto atraso apressam-se em transformar o patrimônio outrora público em dote pessoal ou de amigos, quando não de felizardos compradores estrangeiros.

Os ensaios de Gilberto Freyre nos servem ainda hoje de frondosa vassoura de piaçaba para tanger do nosso terreiro o lixo ideológico que na forma de multiculturalismo ensandece a cabeça dos que tentam aportar no Brasil com modelos norte-americanos de combate ao racismo.

“O multiculturalismo é um ‘apartheid’ de esquerda” disse em primoroso ensaio publicado em *O Estado de S. Paulo*, o antropólogo baiano Antônio Risério. (21) Gilberto Freyre surpreende o multiculturalismo na sua essência segregacionista. A presença deletéria do racismo no Brasil deve ter como principal arma de combate a valorização da miscigenação – sem torná-la valor absoluto ou obrigatório, o que consistiria em outra forma de racismo – e da insubstituível presença do negro na formação e na cultura do povo brasileiro.

Em 1944, Monteiro Lobato dispôs-se a antever: “O Brasil futuro não vai ser o que os velhos historiadores disseram e os de hoje ainda repetem. Vai ser o que Gilberto Freyre disser”. Ao que podemos juntar a previsão de Nelson Rodrigues: “Daqui a duzentos anos Gilberto Freyre estará cada vez mais



vivo, e sua figura terá a tensão, a densidade, a atualidade da presença física”.

Um dos melhores elogios lhe foi feito pelo educador Anísio Teixeira: “Em outra época, seria o pensador de sua geração; neste século XX, é o seu maior pensador”. Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista do Brasil, crítico literário reconhecido, foi um dos primeiros a saudar o atrevimento metodológico da obra de Gilberto Freyre: “É algo de explosivo, de insólito, de realmente novo a romper anos e anos de rotina e chão batido.”

Justo seria considerar a contribuição do mestre alagoano Gilberto Macedo, professor Titular do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Alagoas, em seu *Casa grande & senzala, obra didática?*, quando sugere o uso da obra de Gilberto Freyre para estudos universitários e interdisciplinares dos países latino-americanos e do Brasil. (22) Creio que uma Cátedra Gilberto Freyre, dirigida à iniciação sociológica em todos os graus do ensino em nosso país, seria não apenas uma justa homenagem, mas uma contribuição à formação multidisciplinar de nossos estudantes. Algum paralelo há entre a preocupação de Gilberto Macedo e aquela que levou o sábio e revolucionário alemão Engels e posteriormente o dirigente socialista russo Lênin a aconselhar a distribuição das obras dos materialistas franceses aos estudantes e ao povo como forma de elevar sua capacidade de compreender o mundo.

Essa, a estatura de Gilberto Freyre, de quem celebramos o centenário do nascimento. Escritor, sociólogo, historiador, antropólogo, etnólogo, jornalista, político, Gilberto Freyre era, sobretudo, brasileiro – essencialmente brasileiro, apaixonadamente brasileiro. Graças à contribuição de sua obra, deixamos de nos sentir uma nação condenada ao subdesenvolvimento e à miséria para crer no futuro grandioso a que nos destinamos. “É lamentável – deplorou Roland Barthes – não ter tido ainda a França um intérprete assim dos primeiros séculos da sua formação”. (23) Nós o tivemos. A ele, a nossa homenagem, o nosso respeito e a nossa gratidão por ter erguido obra que o faz um dos mais fecundos e argutos intérpretes do Brasil.

Aldo Rebelo é jornalista e deputado federal por São Paulo pelo PCdoB.  
Correio eletrônico: [dep.aldorebelo@camara.gov.br](mailto:dep.aldorebelo@camara.gov.br)

#### Notas

(1) Freyre, Gilberto, *Homens, engenharias e rumos sociais*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1987

(2) Rodrigues, José Honório, *Aspirações nacionais – Interpretação histórico-política*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, 4ª edição

(3) Gilberto Freyre, *Perfil de Euclides e outros perfis*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1987

(4) Freyre, Gilberto, *Casa-grande & senzala*, 22ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

(5) Freyre, Gilberto, O ânimo folclórico no comportamento e na cultura do brasileiro, inclusive na literatura, in Alhos & Bugalhos, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1978

(6) Vianna, Hermano, Equilíbrio de antagonismos, in *caderno Mais*, Folha de S.Paulo, 12/03/2000

(7) Freyre, Gilberto, O Recife: burgo animador e, por vezes, renovador de arte e de estudos brasileiros, in Alhos & Bugalhos, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1978

(8) Falcão, Edgard de Cerqueira (org.), *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, Santos, 1965

(9) Belloto, Manoel Lelo e Corrêa, Ana Maria Martinez, Bolívar, Política, S.Paulo, Editora Ática, 1983

(10) Carpeaux, Otto Maria, Uma elegia sobre a sociedade rural e patriarcal, in *O Estado de S.Paulo*, 12/03/2000

(11) Freyre, Gilberto, Açúcar (Algumas receitas de bolos e doces dos engenhos do Nordeste), Rio de Janeiro, edição do Instituto do Açúcar e do Alcool, 1969

(12) Freyre, Gilberto, *Casa-grande & senzala*, Rio de Janeiro, Editora Record, 36ª Edição, 1969

(13) Freyre, Gilberto, *Nordeste*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1989

(14) Lima, João Gabriel de, “O Baú do gênio de Apipucos”, in revista *Veja*, 15/9/1999.

(15) Freyre, Gilberto, Literatura e parlamento: o caso brasileiro, in Alhos & bugalhos, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1987

(16) Freitas Décio, “O Brasil de Gilberto Freyre”, in *caderno Cultura*, Zero Hora, 11/3/2000.

(17) Ribeiro, Darcy, *Ensaaios Insólitos*, Porto Alegre, L & PM Editores, 1979

(18) Freyre, Gilberto, Modernidade e modernismos nas artes, in *Vida, forma e cor*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1987

(19) Fedosseiev, P.N., e outros, *Karl Marx, Biografia*, Lisboa, Edições Avante, 1983

(20) Sodré, Nelson Werneck, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, São Paulo, Círculo do Livro, s/d

(21) Risério, Antonio, Historiador valoriza a mistura genética e cultural, in *O Estado de S.Paulo*, 12/03/2000

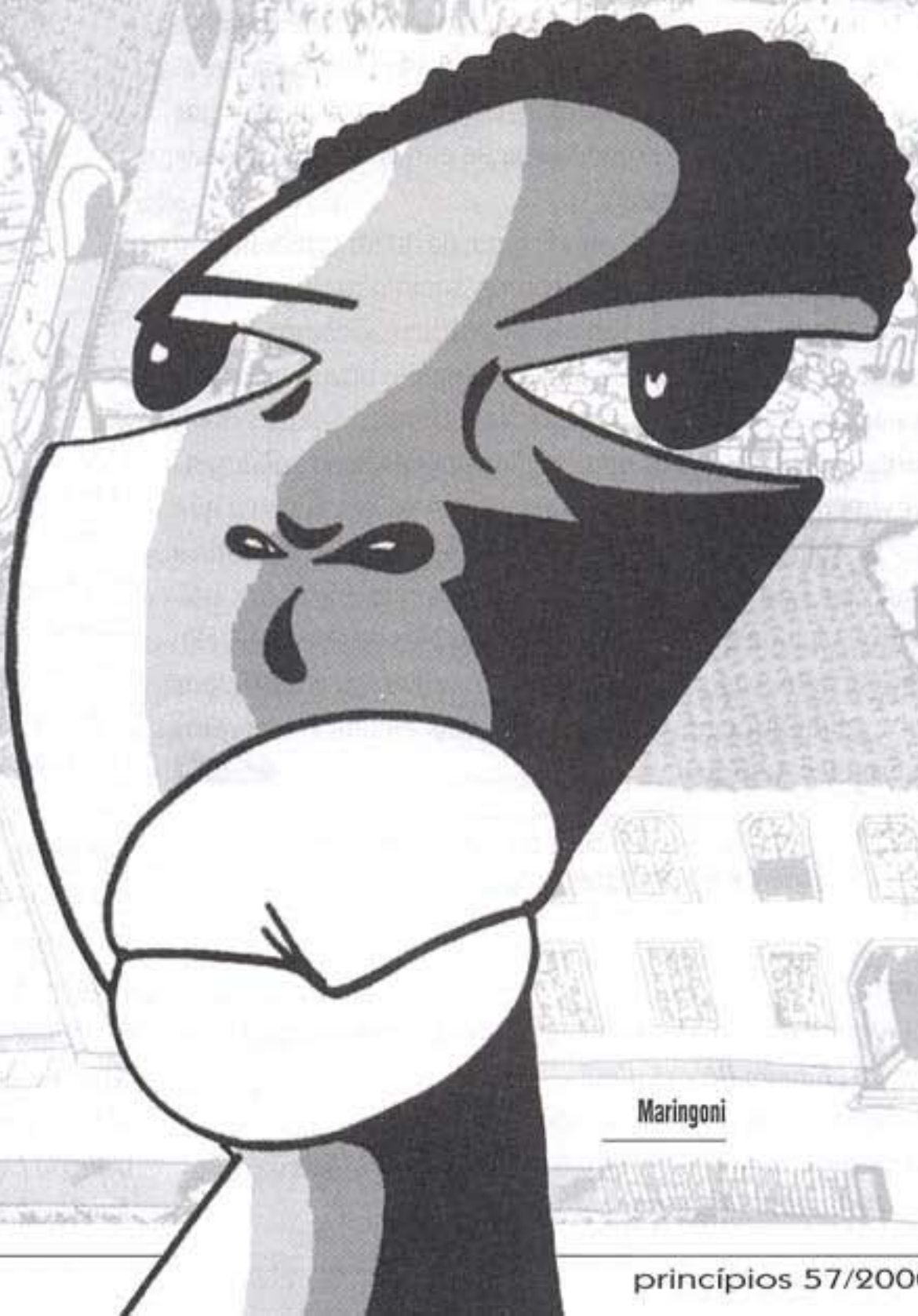
(22) Macedo, Gilberto, *CG & S, Obra Didática?*, Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1979

(23) “A consagradora opinião da crítica mundial sobre a obra de Gilberto Freyre”, in *Casa grande & senzala*, 22ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1983.

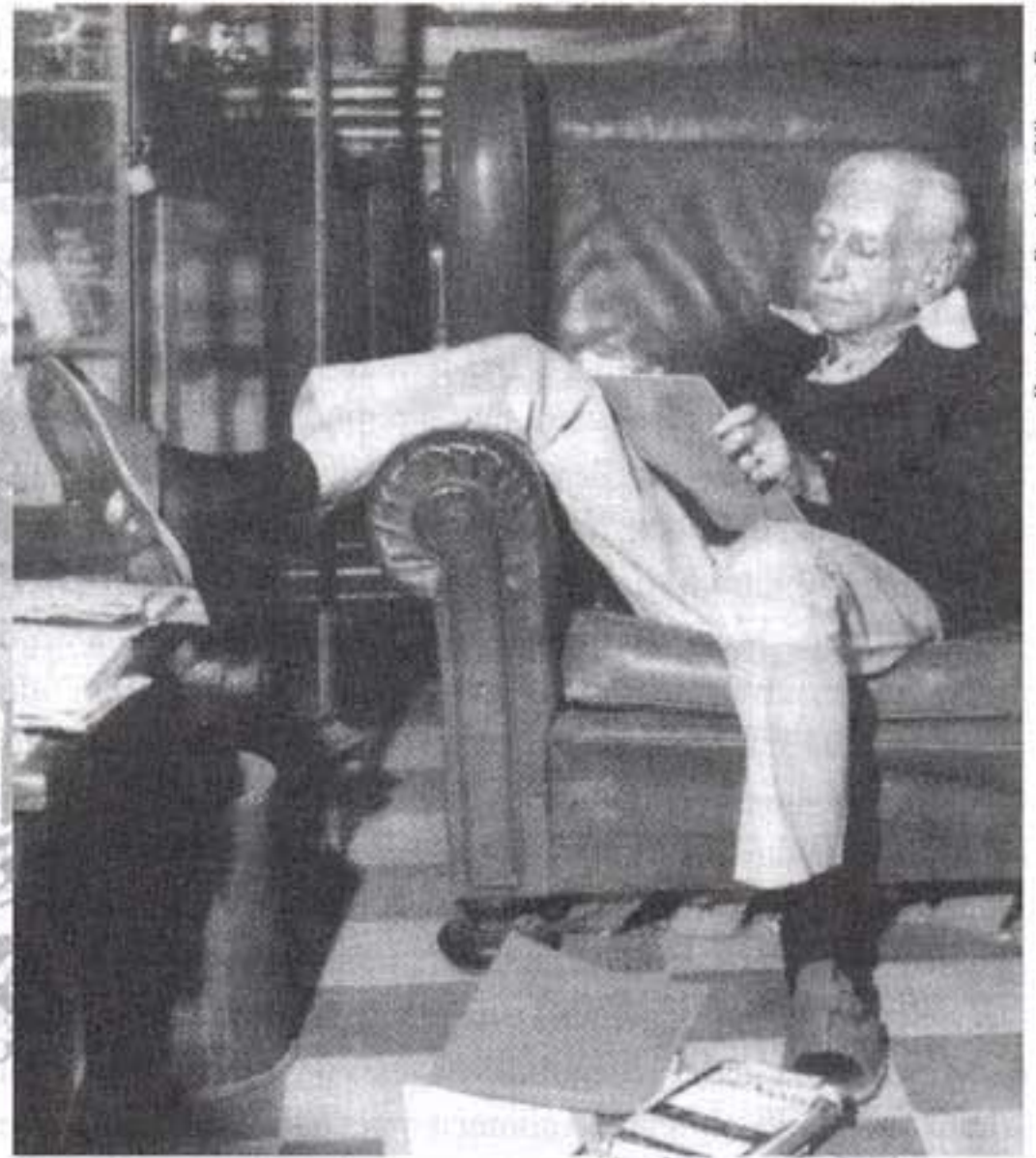
# Nascimento, paixão e ressurreição de *Casa-grande & senzala*

CLÓVIS MOURA

*Gilberto Freyre  
ressurge no bojo  
da contra-revolução  
ideológica que  
dá o marxismo  
como morto*



Maringoni



Gilberto Freyre em sua biblioteca, no Recife

Este ano de tantas comemorações simbólicas, imaginárias, ideológicas ou simplesmente biográficas esta sendo registrado o centenário do nascimento do sociólogo Gilberto Freyre, um dos mais importantes cientistas sociais do Brasil após 1930. Explica-se a sua importância no contexto em que a sua mais conhecida obra apareceu. *Casa-grande & senzala*, livro que na contradição em que se encontrava o Brasil da época – pós-movimento revolucionário de 30 – seria saudado como a mais importante contribuição do Brasil às ciências sociais no contexto do panorama científico nacional e mesmo internacional.

ESTE MOMENTO crítico da sociedade brasileira se traduziria, no seu nível cultural, em obras como *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Jr; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; e a própria obra de Gilberto Freyre. Todos procuravam uma tipologia que expressasse mesmo simbolicamente o **tipo nacional**. Essas preocupações surgiram num momento em que a sociedade civil brasileira, e especialmente o seu segmento político, depois de derrotar a chamada “república velha” ficava sem um pensamento orientador na área cultural capaz de capear essas mudanças e dar-lhes uma imagem moderna como convinha àquele momento. Esta procura de definir o **tipo nacional** já se manifestava como preocupação dos nossos pensadores sociais, todos, porém, procurando estabelecê-lo através da nossa etnicidade. O tipo nacional deveria surgir o mais próximo possível do branco europeu. Daí a preocupação em sermos branqueados. Em Nina Rodrigues esta tendência se acentua no final do século, dando-lhe uma conotação de preponderância, tendência que culminará com a obra de Oliveira Vianna. Essa preocupação de estabelecer o tipo de brasileiro decalcado do modelo europeu levou esses pensadores a uma atividade teórica muito intensa neste sentido. E não apenas uma atividade teórica, mas a uma prática científica, desejando que o tipo brasileiro fosse uma reprodução dos resultados da evolução do tipo racial. Procurou-se, a partir daí,

minimizar-se a participação das raças não-européias na formação da nação brasileira, centrando-se essa preocupação em diminuir ou mesmo negar a participação do negro na construção da nação. Esta prática científica, altamente prestigiada nos meios acadêmicos recomendava medidas eugênicas para selecionar a população brasileira de acordo com os padrões europeus brancos de beleza e inteligência. Este pensamento concentrou-se na Liga de Higiene Mental que publicava os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental e que circulou da década de 20 à de 30. Entre outras notícias de interesse eugênico, publicava, em 1933, a lei alemã de esterilização dos doentes mentais transmissores de taras com entusiástica introdução. A referida lei era assinada por Hitler, Frieck e Gunther, ministros respectivamente do Interior e da Justiça da Alemanha nazista, datada de 14 de julho de 1933.

É na convergência crítica da procura de um modelo que expressasse as condições simbólicas reais do homem brasileiro, que Gilberto Freyre começa a pensar os elementos teóricos e metodológicos que resultariam no livro. (1)

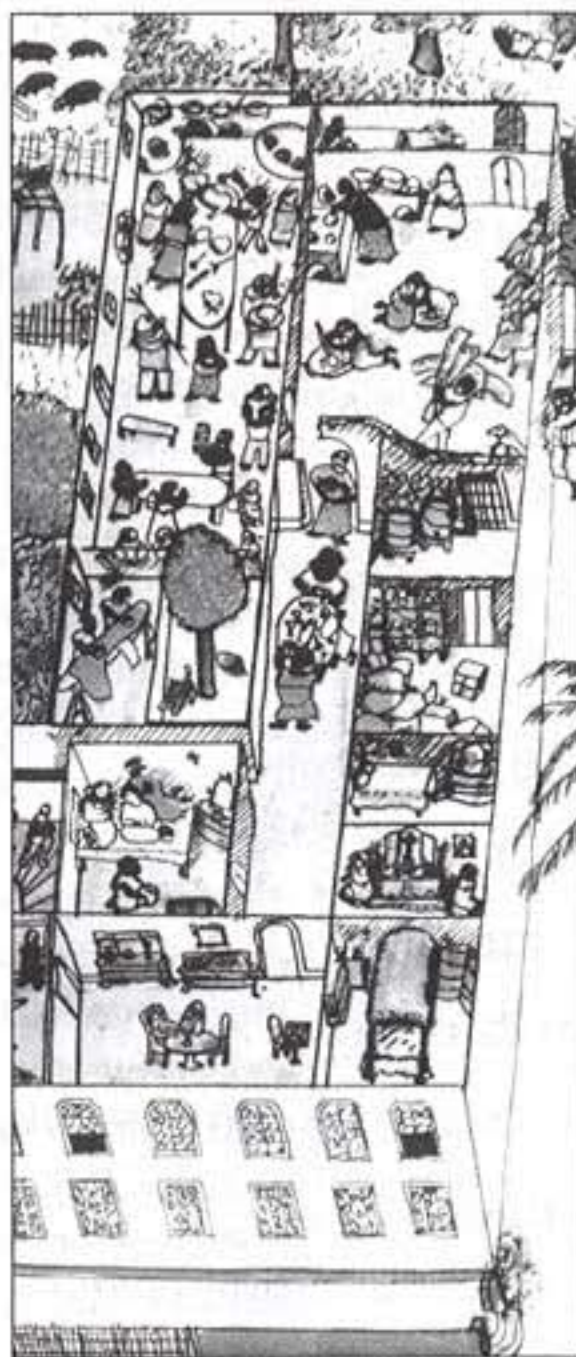
De um lado, os conceitos racistas já gastos, porém reavaliados teoricamente após a “revolução” de 30, e, de outro, uma intelectualidade completamente subordinada aos conceitos europeus, quer nas ciências sociais, recém-chegadas ao Brasil, quer nas ciências biomédicas, já com tradição, prestígio e conceito nos meios científicos da Europa passam a ser revistas por alguns pensadores. Este ideal de um tipo brasileiro que excluía o negro deste padrão foi o centro de preocupações de inúmeros pensadores sociais e sociólogos como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Viana. É neste período de elaboração do tipo brasileiro simbólico que Gilberto Freyre inicia a construção do seu livro mais conhecido. É justamente a **diferença** entre o tipo brasileiro idealizado pelas nossas elites intelectuais e a realidade étnica e física do homem brasileiro fator de sua reflexão e de preocupação. Diz ele:

“Era se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação. Vi

uma vez, depois de mais de três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do **São Paulo** ou do **Minas Gerais** pela neve mole do Brooklin. Deram-me a impressão de caricaturas de homens”. (2)

Como vemos, o tipo ideal construído pelas elites intelectuais brasileiras havia criado um padrão diferente da realidade social e cultural, que produzia e reproduzia uma população escura, sífilítica, mal alimentada, desdentada, doente, semi-analfabeta, produto de relações sociais arcaicas e racistas que não tinham capacidade de produzir a não ser essas “caricaturas de homens”. Este outro, real, concreto, atuante, dinâmico, mas sem as características do tipo ideal construído pelas elites, esta diferença entre o real e o idealizado chocou dramaticamente a costura do seu pensamento. Diferenças que não o levaram a refletir durante a sua viagem à África, a Salvador e outras partes do mundo não-branco, espantaram-no quando viu aqueles mulatos e cafuzos se contraporem à alvura da neve do Brooklin. Esta preocupação, em essência é que determinará os momentos de reflexão mais amplos da sua primeira obra, selecionou os autores nos quais se apoiou e as conclusões finais do livro.

Esta confissão mostra os dois elementos fundamentais para que Gilberto Freyre iniciasse a construção psicológica, teórica e política do livro: a) as responsabilidades que a sociedade brasileira estava transferindo à sua geração no sentido de ver resolvidos os problemas acumulados; e b) do ponto de vista pessoal a sua grande preocupação com o problema da miscigenação no Brasil. O livro foi elaborado, portanto, visando enfrentar esses dois níveis de preocupações, o que, em última análise, viria a exigir do seu autor uma definição política tanto em relação aos problemas acumulados por outras gerações, quanto ao problema da miscigenação que estava também na ordem-do-dia. Este problema no Brasil adquiriu formas dramáticas na época. Não devemos nos esquecer que a primeira edição de *Casa-grande & senzala* coincide com a chegada de Hitler ao poder na Alemanha. Daí talvez as preocupações de Gilberto Freyre com o problema da miscigenação.



As preferências racistas da nossa intelectualidade se aguçaram com o fato, o problema racial foi discutido em várias áreas, as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos foram comparadas e os seus sistemas classificatórios avaliados. Neste clima após revolução de 30, com euforias e decepções de ambas as partes é que o livro entra para pontuar a paisagem cultural brasileira. Uma grata surpresa especialmente para os literatos, que viram na obra mais uma nova forma de expressão, sem formalismos, quase coloquial do que o seu valor como obra de sociologia. Gilberto Freyre, um jovem com pouco mais de 30 anos, pernambucano, sem pertencer a nenhuma universidade ocupa o espaço vago, desocupado após a revolução como possível gênio das nossas ciências sociais que na época modorravam como Jeca Tatu à porta da cabana.

E *Casa-grande & senzala* venceu e até hoje permanece. Não se pode negar que é um clássico e assim permanecerá. Concordar com o livro e o seu pensamento é outra coisa. É verdade que a procura do homem brasileiro como representativo da nacionalidade tinha um objetivo etnocêntrico e racista subjacente. Procurava-se encontrar no brasileiro aquelas qualidades que o tipo europeu representava simbolicamente, era uma tentativa de aproximação com o ideal tipo europeu. Com isto estabelecia-se uma hierarquia étnica que colocava cada vez mais distante desse tipo as populações não-brancas de um modo geral, o mulato e o negro especialmente. Para esses teóricos o negro fora apenas um episódio, um desvio que dentro de 200 anos no máximo seria suplantado, desapareceria do nosso mapa etnológico e demográfico, ficando o Brasil com uma unidade antropológica uniforme, dentro de padrões quase equiparados ao modelo branco.

Esta produção na história, na sociologia, na biologia e mesmo na biotipologia procurava estabelecer este tipo abstrato do brasileiro, sem concretude, sem uma análise das diferenças regionais e especialmente raciais, para englobá-lo em um tipo branco futuro que surgiria através do “caldeamento” das três raças com a preponderância do branco que lhe daria a solução final.

É nesta situação de indefinições que surge *Casa-grande & senzala*. E é neste momento no qual os destinos da nação brasileira, o seu futuro dependiam deste “caldeamento” e da imigração do branco na nossa sociedade para “civilizar” o Brasil que Gilberto Freyre se sente interessado, como cientista social, em contribuir para a sua solução. E é a sua preocupação com a imagem que tem dos nossos mulatos e cafuzos nos Estados Unidos que o leva a começar a colher material para a sua obra mais significativa.

### O parêntesis Franz Boas

De todos os mestres europeus com os quais Gilberto Freyre teve contato, um é incontestavelmente aquele que, segundo ele, mais o influenciou e com o qual mais se identificou: o antropólogo de origem alemã, Franz Boas. Chega-se mesmo a apresentar Gilberto Freyre como o primeiro brasileiro que o citou, com isto demonstrando a sua atualização em face das conquistas da Antropologia Cultural dos Estados Unidos. Isto, porém, não é verdade. Quem primeiro citou Boas no Brasil foi Alberto Torres. Aliás, Alberto Torres, cujo pensamento tinha visíveis conotações autoritárias é uma exceção positiva em relação à posição do tipo brasileiro e à formação étnica do mesmo, incluindo na miscigenação o índio e o negro como fatores positivos. Diz ele no capítulo “Em prol das nossas raças”, inserido no livro *O problema nacional brasileiro*: “Recentes investigações, do mais ilustre, talvez, dos antropologistas americanos, o senhor Boas, demonstraram que os caracteres somáticos de uma raça alteram-se, notavelmente, de uma geração para outra, com a simples mudança para um novo meio”. (3)

Mas, isto no fundamental é irrelevante: o problema das precedências. O que interessa aqui é saber até que ponto a obra de Boas influenciou no pensamento de Gilberto Freyre e até que ponto ele foi a âncora do seu pensamento no particular da situação das relações raciais no Brasil. Pelas referências que Gilberto Freyre faz em relação a Boas (mais nos seus comentários do que no contexto do livro) ele teria, de qualquer forma, estabelecido uma abertura capaz de dar explicação para o problema racial no Brasil: a diferença entre raça e cultura. Boas (1858-1942) era da Westfalia e estudou física e geografia em Hildeberg e Bonn. Ali fez a sua dissertação de doutoramento. Seus primeiros artigos abordam problemas psicofísicos publicados em revistas de fisiologia.

Tinha uma formação acadêmica de naturalista. Com esta preparação teórica, ele inicia pesquisas de campo de vários tipos na área da etnologia, até ser admitido, reconhecido como etnólogo e antropólogo. Sua carreira é muito rápida e brilhante. Foi, segundo Lowie o primeiro antropólogo que combinou uma ampla experiência e o trabalho de campo com uma oportunidade sem rival para treinar pesquisadores”. Neste particular ele cita dezenas de pesquisadores que conseguiram os seus títulos através de Boas, entre os quais Kroeber, Sapir, Heskovits, Hersog e muitos outros. No entanto, na longa lista que Lowie faz não consta o nome de Gilberto Freyre. A lista é longa e diversificada. Mas não consta o seu nome. No entanto, ao que Freyre deixa transpirar

nas suas declarações e depoimentos, as relações entre os dois eram senão íntimas, maiores do que a de simples discípulos e mestres. (4)

Mas, vejamos a participação do pensamento de Boas na elaboração teórica de *Casa-grande & senzala*. Boas era um antropólogo difusionista, apoiado de modo significativo nos difusionistas alemães. E o que significava, em essência, o difusionismo? A negação do evolucionismo. Os fatos culturais, os objetos, as religiões, os mitos e as instituições não surgiam das necessidades e experiências sociais internas de grupos, classes ou comunidades mais amplas, mas da transmissão desses conhecimentos através da difusão dos mesmos que se deslocavam e eram incorporados a outros grupos. Desta forma o processo civilizatório transformava-se em um processo de difusão cruzado e permanente no qual todos padrões se incorporavam através desta forma. Isto significava, em primeiro lugar um combate às teorias evolucionistas, especialmente à obra de Morgan e por abrangência à teoria marxista da evolução.

Isto significa, por outro lado, que os difusionistas e Boas por extensão relativizam o valor das culturas, colocando-as como unidades autônomas dentro das suas estruturas e padrões, em comparação com outras. Com isto reconhece que não há culturas inferiores e superiores, mas todas se equivalem e tem o mesmo valor no seu processo evolutivo e estrutura interna. Desta forma, o processo de evolução social seria uma visão etnocêntrica de cada cultura ao se auto-analisar em relação às outras.

O antimarxismo dessa teoria vem travestido de requintes de erudição, mas, no fundamental funciona como um anteparo que procura neutralizar os esquemas marxistas de evolução social por um relativismo cultural sem dinâmica própria e sem objetividade, uma visão anti-histórica. Com isto, Boas e os seus seguidores praticamente excluíram as teorias evolucionistas e neoevolucionistas das universidades dos Estados Unidos. Somente um grande nome da antropologia continuou defendendo as suas posições evolucionistas: Leslie A. White. Sua obra foi, por isto mesmo, ridicularizada ou desacreditada nas elites universitárias americanas. O antievolucionismo de Boas teve, na obra de Gilberto Freyre um duplo papel: um positivo e outro negativo. O positivo foi deslocar o conceito de raça para o de cultura, o que o leva à conclusão de que não há raças superiores e raças inferiores. Ao tempo em que fazia esse deslocamento, substituía as situações sociais concretas, as barragens estabelecidas pela classe senhorial às populações negras-escravas por antagonismos culturais, os conflitos ou acomodações de traços e/ou padrões culturais que subs-

tituíram a luta de classes. A luta de classes que era o grande vetor que impulsionava a evolução do modo de produção escravista se diluía. E a luta de classes era substituída pela aculturação quando se queria ressaltar a harmonia, ou movimentos anti-aculturativos quando havia o conflito.

Esta visão relativista e anti-histórica em face do valor das culturas e por outro lado, o estudo dessas culturas no sentido de nivelá-las, levou esses cientistas sociais a transformarem a dinâmica social em diferenças culturais. Como diz L. A. Costa Pinto, substituiu-se o proletário pelo primitivo. O problema da mentalidade primitiva entrou em primeiro plano, subjetivizou-se o processo cultural e social. Boas refere-se desta maneira à interpretação marxista da história, chamado por ele de determinismo econômico:

“A teoria do determinismo econômico da cultura não é mais adequada do que o determinismo geográfico. É mais atraente porque a vida econômica é uma parte integral da cultura e intimamente relacionada com todas as suas fases, enquanto que as condições geográficas constituem sempre um elemento externo. No entanto, não há razão para chamar todas as outras fases da cultura uma superestrutura sobre uma base econômica, pois as condições econômicas atuam sempre sobre uma cultura preexistente e elas próprias de outros aspectos da cultura. (...) A teoria de que as forças econômicas precederam a qualquer outra manifestação da vida cultural e exerceram sua influência sobre um grupo sem nenhuma outra característica cultural é insustentável”. (5)

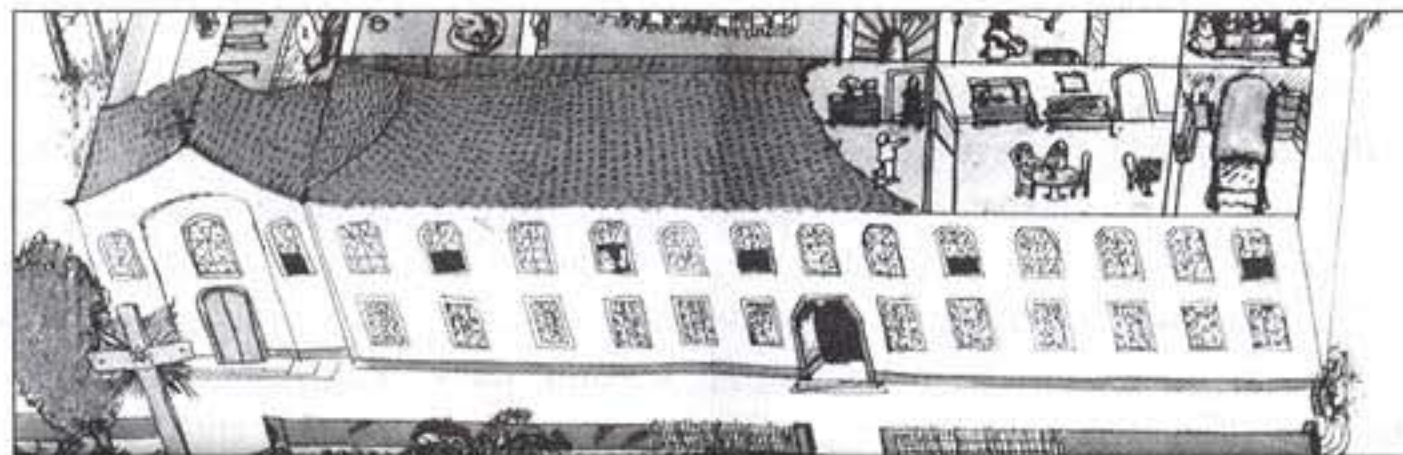
Como podemos ver as noções de Boas sobre o marxismo, que ele chama erradamente de determinismo econômico eram bem elementares. Atualmente a sua obra está passando por um exame crítico radical, questionando-se não apenas a sua parte teórica, mas as próprias técnicas de trabalho de campo por ele empregadas.

### A construção do livro

Com as preocupações iniciais, isto é, aquelas expectativas que a sociedade tinha em relação à sua geração para resolver os problemas acumulados pelas outras e com as preocupações iniciais com a miscigenação e, por outro lado, com a formação cultural basicamente ou influenciada por Boas, como foi que Gilberto Freyre conseguiu responder a essas preocupações?

O livro foi arquitetado através de um plano preciso. O autor acrescentou ao título *Casa-grande & senzala* o subtítulo, “Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”. Fez questão de restringir o seu uni-

verso de análise e não criar um projeto explicativo para a evolução da sociedade brasileira no seu conjunto e na sua dinâmica. Isto posto, Gilberto Freyre dividiu esse projeto em uma parte que aborda o papel do português e do índio no mesmo nível. Fica im-



plicito que a participação desses dois elementos referem-se ao seu papel na construção desse tipo de família. Na última parte do livro na qual aborda o problema do negro, a realidade a ser analisada e interpretada é outra; o seu título: “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”. Como se pode concluir sem muito esforço, o negro entra como um componente externo e através do texto da obra, desagregador na composição deste tipo de família patriarcal. O sexo passa a atuar como agente do processo não apenas da formação da família, mas, também, da ótica do analista. E a criança, a mulher, o senhor que são descritos na primeira fase como uma unidade hierarquicamente ordenada e os níveis de dominação e subordinação: homem/mulher, adulto/criança, senhora/escrava que era pacífico diferenciado é com a penetração do negro nesta unidade. A criança (o menino) se diferencia entre menino (branco) e moleque; o senhor passa a ser focalizado sem a dicotomia senhor/senhora para complicar-se entre senhor/senhora/mucama; as relações sexuais que eram regidas por normas quase geométricas se complicam e se diversificam. Em outras palavras: a formação da família brasileira fica mais complexa e complicada com a presença do negro no seu espaço. Os dois extensos capítulos que constituem o segundo volume do livro são para desenvolver este complicador étnico e racial que a família patriarcal sofreu. Gilberto Freyre preocupa-se com este elemento complicador através de vários argumentos, procurando retratá-lo através de elementos culturais e para isto procura demonstrar a transmissibilidade dos caracteres adquiridos (um argumento biológico) para mostrar a possibilidade dos negros adquirirem diferenças de seu caráter inicial ao serem transferidos de meio. Voltando à unidade social que Gilberto Freyre estuda – a família – tomemos este período de *Casa-grande & senzala*. “A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil. Dentro de tal ambiente, ao contato de forças dissolventes, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam”. (6)

Neste contexto familiar, o negro e por extensão o negro-escravo era negativo. Isto porque no nível da ordem priva-

da ele entrava como um desarticulador da normalidade doméstica de acordo com a família patriarcal. Desarticulava valores entre os meninos, entre senhora e senhor, entre senhor e mucama (escrava) e entre senhora e mucama. A constelação de relações internas se alterou. E as contradições internas se aguçaram em todos esses níveis. Isto porque Gilberto Freyre centrou a sua análise no nível da ordem privada. Na família patriarcal, não na **outra família** que não estava na casa-grande mas habitava as senzalas, os espaços que ela conquistava e com ponto terminal nos quilombos.

Por que os papéis sociais se complicaram com a chegada do negro escravo para ocupar os mesmos espaços da família patriarcal: o menino se diferenciou entre o menino branco que bate e o moleque caixa-de-pancada do branco; a senhora, e, de outro lado a mucama, criando tensões sociais e sexuais em relação ao senhor e aos filhos. Essas relações primárias que compõem a ordem privada não explicavam o conteúdo da família escravista porque ele absolutizou um tipo de família, a do senhor sem a análise dos outros tipos de família da época: a família de forros, homens pobres livres, a família escrava e a família quilombola.

Isto proporcionaria uma visão de **totalidade** que não se encontra em *Casa-grande & senzala*, mas o destaque do detalhe e a projeção desse detalhe como determinador do conjunto. Esta falta de visão da totalidade é que confere a *Casa-grande & senzala* um valor relativo, mutilado, incompleto da família, mesmo a patriarcal, por fazer uma análise baseada em detalhes e dar a esses detalhes funções sociais maiores. O uso do detalhe para explicar um fato geral é comum em *Casa-grande & senzala*. Mas porque Gilberto Freyre age desta forma? É que ele queria diluir as contradições fundamentais do modo de produção escravista e circunscrevê-los às contradições menores no seio da família.

A macrointerpretação sociológica levaria Gilberto Freyre à análise dos conflitos de várias maneiras significativas entre os senhores e escravos, entre quilombolas e capitães do mato, foragidos da justiça e milícias, finalmente o quadro altamente conflitante no processo de luta

de classes do qual Gilberto Freyre fugia deliberadamente. Por estas razões escreve Carlos Guilherme Mota:

“Na verdade, ficaram eliminadas, em seu discurso (de Gilberto Freyre), as contradições reais do processo histórico-social, as classes e os estamentos em seus dinamis-mos específicos e seus conflitos e desajustamentos no sistema social global. Do ponto de vista interpretativo-metodológico o encaminhamento é hábil, de vez que opera sistematicamente como pares antagônicos para (...) esva-ziar a contradição. Apesar de trabalhar em duas categori-as sociais bem definidas – os senhores e os escravos – não são as classes ou as raças que comandam o processo: a tarefa, com frequência, não se desenvolve no sentido de precisar, de definir contornos sociais, mas de imprecisá-los, de matizar a regra geral em tantos exemplos quantos sejam necessários, justamente para indefinir os contor-nos dos grupos sociais”. (7)

É esta falta de conexão da obra de Gilberto Freyre com o sentido da totalidade exigido para se conhecer o que foi o sistema escravista (modo de produção) no Brasil especial-

mente que o deixou, durante muito tempo, sendo mais considerado um literato do que um sociólogo, especial-mente depois que foram for-madas a Escola de Sociologia e Política em São Paulo e posteriormente a Faculdade de Filosofia da USP. A esco-la de sociologia foi formada explicitamente porque São Paulo precisava criar elites culturais que o desforrassem da derrota militar de 1932.

A obra de Gilberto Freyre passou a ser uma obra de “nortista” e o Nordeste contribuíra para a derrota de São Paulo. Acrescente-se a isto a origem do pensamento fran-cês desses núcleos de cultu-ra, ao contrário de Gilberto Freyre que era nitidamente americano para se poder explicar pelo menos um dos parâmetros que colocaram a obra freiriana no nível dos

ensaios impressionistas sobre a história social do Brasil.

Por outro lado, a indiferença desses pesquisadores paulistas pelo escravismo brasileiro, preocupados que estavam com o processo de industrialização da região e os seus problemas emergentes desqualificaram quase inteiramente *Casa-grande & senzala* e o seu nível foi reduzi-do pela então escola paulista. Somente na década de 40 ela começa a abordar o negro neste contexto de industria-lização e com novas técnicas de pesquisas e interpreta-ção. E a obra de Gilberto Freyre é praticamente des-qualificada por esses novos cientistas sociais. A chamada escola paulista cujo representante mais qualificado e fe-cundo foi Florestan Fernandes não está mais preocupada em rumores passados, mas nos desajustes que o processo de industrialização produziu nas estruturas sociais da po-pulação negra. E a obra de Gilberto Freyre fica numa pe-numbra nostálgica e literária.

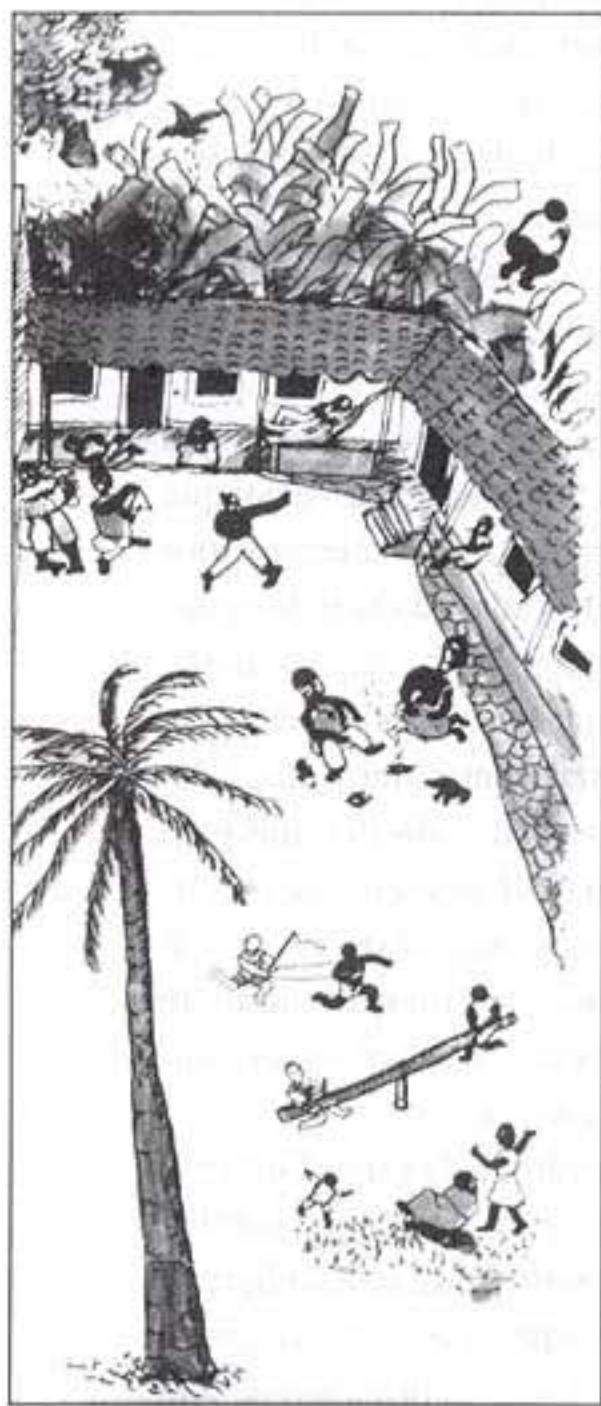
As preocupações de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Oracy Nogueira e outros centravam-se nos desajustes so-ciais e raciais que o processo de industrialização criou para o negro. Por outro lado, a adesão de Gilberto Freyre ao golpe militar de 1964 contribuiu ainda mais para se desco-brir o perfil conservador de *Casa-grande & senzala*.

O reconhecimento explícito deste fato é feito por Dante Moreira Leite quando afirma que

“hoje, com a independência dos povos africanos e com a luta dos negros norte-americanos pelos seus direitos civis, a posição de Gilberto Freyre parece inevitavelmente data-da e anacrônica. Finalmente, as posições políticas de Gil-berto Freyre – tanto no Brasil quanto em relação ao colonialismo português na África – contribuíram para identificá-lo com os grupos mais conservadores dos países de língua portuguesa e para afastá-lo dos intelectuais mais criadores. Disso que Gilberto Freyre é hoje, pelo menos no Brasil, um intelectual de direita, aceito pelos grupos no poder, mas não pelos jovens intelectuais”. (8)

A análise crítica e radical não era apenas o resultado de uma tese. Ela, ao contrário, representava o ponto-limite de todo um processo que se desenvolvia neste sentido. Em outros locais a análise de crítica radical da obra *Casa-grande & senzala* continuava, especialmente pelos pen-sadores sociais e cientistas sociais da USP ou por ela in-fluenciados. A sociologia freiriana passou a ser uma meia sociologia permeada de uma construção literária afirma-tiva e uma imaginação sutil e bem dosada no processo de elaboração da obra.

De ciência mesmo, nada ou quase nada. A penumbra do





esquecimento ou do semi-esquecimento cobriu o corpo morno e apagado de *Casa-grande & senzala*.

Enquanto isto a vida científica nos quadros das ciências humanas na USP, se movimentava numa substituição de poderes e de imposições teórico-ideológicas muito ativas. Isto do ponto de vista externo caracterizava-se por uma série de tendências dominantes que se sucedem em movimentos ondulatórios sucessivos à medida que as teorias culturais européias vão se substituindo. No pós-guerra o movimento predominante foi o de Marx/Sartre, um movimento marxiano/existencialista, a onda preponderante durante algum tempo foi a de Levi Strauss (não sei se nesta ordem), depois tivemos a onda de Marcuse, veio depois a onda da Escola de Frankfurt (Adorno, Benjamin) e, finalmente, se não esqueci algumas, a onda de Gramsci – todas porém permeadas de um neopositivismo subjacente e um weberianismo disfarçado ou confesso. Quanto a Gramsci, o seu pensamento vai se esvaziando especialmente após a débâcle da União Soviética e do campo chamado socialista.

Agora e possivelmente por isto mesmo uma nova onda surge ganhando corpo hegemônico na USP: o estudo das mentalidades.

Baseada nos Anales da França essa nova tendência privilegia a ordem privada, o detalhe e o corriqueiro, especialmente na família, dando-lhe uma conotação de escala para o conhecimento da ordem pública e com esta continuidade fragmentada por exclusão da ordem pública, ou seja a sociedade civil do processo de dinâmica social temos a configuração de uma ordem pública subordinada ao detalhe da ordem privada.

No caso da obra de Gilberto Freyre *Casa-grande & senzala* o público se limita ao privado: a família patriarcal. Com isto, as contradições emergentes fora da *Casa-grande & senzala* pouco afetam a ordem da família patriarcal, pois a ordenação do grupo familiar nada tinha a ver com a sociedade maior. Os valores e as normas eram estabelecidas pelo senhor de engenho.

### **A volta de *Casa-grande & senzala*: final feliz?**

É nesta conjuntura de crise mundial do pensamento social – cujo acontecimento emblemático foi a queda do muro de Berlim – que surge a necessidade de um encontro das teorias até então academicamente válidas com as posturas neoliberais dominantes. Com a vitória rápida e aparentemente inamovível do capitalismo tecnocrático internacional, a USP e outras universidades especialmente do chamado Terceiro Mundo tentam encontrar um pensamento hegemônico capaz de lhe dar o **ethos** teórico dominante de

acordo com os novos valores e conceitos emergentes. O neoliberalismo quer a redução das funções do Estado e as instituições públicas como os sindicatos que passam a ser vistos como simples órgãos de negociação, caso a caso, como se solucionassem questões de família. Os partidos políticos passam a ter funções técnicas e não mais ideológicas. Os problemas passam a ser resolvidos pelas associações de bairros, de famílias, grupos de saúde, segurança, lazer sem que o poder público necessite intervir. Fragmenta-se o máximo possível o papel do poder público e insinua-se a formação de pequenos grupos solidários, para fazer a coleta de lixo, suprir a falta de água, etc nos quais as relações primárias, coloquiais de quase compadrio vão assumindo o papel do Estado.

Esta nova realidade obriga os cientistas sociais acadêmicos a uma revisão nas suas posições teóricas. As contradições culturais e sociais que antes preocupavam esses cientistas teriam sido resolvidas pelo atual modelo hegemônico no mundo capitalista. A tranqüilidade remete-os, agora, para a análise dos problemas insignificantes, ou parciais, especialmente no seio da família, dos pequenos significados desses atos além das suas fronteiras reais, da fala, do olhar, da comida, da correspondência, do modo de andar e de vestir, finalmente dos pequenos universos. A ordem privada passa a reger universalmente a ordem pública; essa ordem é excluída e substituída pelo fantasma do mercado que regula e tudo ordena. Com isto, volta-se a rever os elementos teóricos a partir do micro, da família, dos pequenos grupos transformando-se o micro em macro, transfigurando o real valor desses grupos e projetando-os como, se não os únicos, mas os mais significativos no processo de dinâmica social.

É nesta conjuntura de perplexidade teórica que se reinicia a valorização das teorias do passado, ou, senão do passado, pelo menos não hegemônicas que a obra de Gilberto Freyre *Casa-grande & senzala* começa a ser revista, através da perspectiva de uma solução teórica para essa reformulação dos significados sociais dos fatos. A solução do impasse ou dilema foi prontamente resolvido: o pensamento de Gilberto Freyre vinha a calhar, valorizando o detalhe, a forma imprecisa, a ambigüidade na caracterização dos ambientes e nas análises dos mesmos. Por outro lado, havia necessidade de se dar a essa capitulação teórico-ideológica um requinte mais cosmopolita como o momento requeria, para não parecer nacionalismo. Novos leques teóricos com trânsito internacional deveriam ser analisados e pesados como elemento eleito para dar à crise teórico-ideológica uma aparência científica.

*Casa-grande & senzala* surge assim – além dos seus

inegáveis acertos intuitivos – como aquele livro que surpreenderia a intelectualidade acadêmica para prosseguir no seu itinerário na microinterpretação da sociedade brasileira. A posição do historiador Carlos Guilherme Mota é paulatinamente revista e os meios acadêmicos passam a revalorizar *Casa-grande & senzala* como obra genial.

Esta nova onda foi transformada em um projeto para ser executado por historiadores da USP com o título geral de “História da Vida Privada no Brasil” que, segundo o jornalista Fernando de Barros e Silva depois de citar Frei Vicente do Salvador afirma que “o trecho, que resume as dificuldades de se entender o que acontece com um conceito oriundo da Europa burguesa quando atravessa o Atlântico, consta como epígrafe da introdução do primeiro volume da ‘História da Vida Privada no Brasil’, assinada pelo coordenador do projeto o historiador Fernando Novais, professor aposentado do departamento de história da USP, amigo pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso há 40 anos”. Com todas as referências positivas de Fernando Novais, inclusive com obras relevantes para o entendimento do Brasil, é apresentada a última qualidade como a mais insinuante pelo jornalista: um áulico da corte.

É nesta atmosfera de perplexidade na área do saber universitário, especialmente do chamado Terceiro Mundo que se procura impor uma teoria capaz de substituir o marxismo o qual, para eles, estava soterrado nos escombros do Muro de Berlim. E foram buscar os métodos da chamada Nova História a qual substituíra com modificação os *Annales* de Marc Bloc e Bludel. Ela se apresentava como a teoria anódina, neutra, que negava as leis objetivas do desenvolvimento social. Na fase atual da Nova Escola, sob influência de Le Goff, Le Roy e outros a seleção de objetivos e a imposição de métodos absolutizou o cotidiano, a vida privada, estabelecendo uma fratura entre o privado e o público, como se os dois aspectos não constituíssem uma unidade dialética, não se entendendo um sem se compreender o outro. Escreve neste sentido Raul Carrion sobre o assunto:

“Em situação da classe trabalhadora na Inglaterra – editada em 1845 – Engels não só analisa o desenvolvimento do capitalismo e as conseqüências da industrialização, como faz um estudo detalhado e contextualizado sobre a vida e a luta cotidiana dos operários ingleses. (...) Sem dúvida, o estudo do cotidiano pode prestar importantes serviços ao historiador. Mas, para isso, é necessário o emprego de uma teoria que parta da compreensão de que a vida cotidiana está condicionada pela formação social

em que se dá e pela estrutura e pela dominação de classes existentes (...) Que perceba que em uma formação social coexistem várias cotidianidades, conforme as classes e os grupos sociais ou étnicos presentes”. (9)

Nesta reavaliação pela USP da obra de Gilberto Freyre cabe analisar com destaque pela importância de quem expõe o pensamento – Profª. Laura de Melo e Souza – quando diz: “Quando fui aluna do Fernando (Novais) lia-se Gilberto Freyre em seminários. Mas havia brigas, alguns eram contra. A minha geração é muitíssimo influenciada por Freyre. Mas houve um momento em que as posições políticas dele comprometeram a avaliação da sua obra. Os estudantes mais engajados politicamente o consideravam um reacionário abjeto. Era difícil vê-lo como um gênio, coisa que ele é”. (10)

Fernando Novais vai nesta direção e afirma que

“O escravismo lá (nos Estados Unidos), portanto, é fator de desagregação enquanto aqui é de união. Aliás, isto aqui só virou um país por causa da escravidão. É claro que lá há um choque da parte escravista com a não escravista, enquanto aqui o único choque que poderia haver era dos escravos contra os não-escravos. Aí sim, o país afundava. Para que não houvesse um choque vertical desses, a própria camada dominante toma a iniciativa de suprimir a escravidão. Não há problema nenhum. O ponto de partida é este”.

Com este esquema interpretativo da escravidão e da abolição, o professor Fernando Novais conclui, respondendo a questão inicial do entrevistador:

“Agora, o que isto tem a ver com a empregada doméstica? Tem tudo a ver. Nos Estados Unidos há uma espécie de exorcismo da escravidão, eles destroem a escravidão fisicamente. Destroem os Estados que querem se separar, arrasam com a economia desses Estados. O que eles queriam fazer? Mandar os negros de volta para África. É uma maneira de exorcizar a escravidão. Só não mandaram porque os negros se recusaram a ir”.

Aqui no Brasil, como o país não poderia fazer uma guerra consigo mesmo, houve um processo de assimilação, de introjeção. Está aí a herança colonial na instituição das empregadas domésticas. São essas questões que estabelecem as relações entre os movimentos de estruturas e as formas de sensibilidade, a mentalidade, as práticas sociais”. (11)

Estas afirmações não fazem justiça ao professor Fer-

nando Novais, autor de obras significativas para o conhecimento da história social do Brasil. Mas, a obra de Freyre foi desenterrada para servir de pensamento germinal de uma postura nova, capaz de se adequar à nova ordem mundial, do neoimperialismo tecnocrático no qual a luta de classes não têm mais sentido e com isto os novos teóricos devem enquadrar a dinâmica social nos quadros da ordem privada, da família, dos pequenos grupos, mas nunca procurar fazer uma análise da totalidade, de como a dinâmica social se processa através de contradições, quais são elas e o comportamento da sociedade brasileira nesta conjuntura. No caso particular do Brasil o fato foi facilitado por quase trinta anos de ditadura militar cujos efeitos ideológicos no seio do mundo uspiano ainda não foi exaustivamente analisado. (12)

Em última análise e concluindo este artigo sobre a obra de Gilberto Freyre, especialmente *Casa-grande & senzala*, a sua ressurreição surge no momento da contra-revolução ideológica, quando o marxismo foi considerado morto e enterrado e há a necessidade de substituí-lo por outra teoria mais “atual”. De um modo geral, a evolução das ideologias universitárias seguem o mesmo ritmo das ondulações políticas que afetam o Brasil. Do oportunismo mais visível às posições de sacrifício são fronteiras que os profissionais das universidades nas áreas de ciências humanas têm de enfrentar. É neste particular que a obra de Gilberto Freyre entra como uma cunha providencial para transformar o oportunismo em redescoberta de um gênio.

O estudo da família, da ordem privada, das mentalidades deverá ter longa vida nas universidades brasileiras. O neoliberalismo precisa dos seus porta-vozes na área das universidades. Mas não venham querer nos convencer que esses projetos polpudamente financiados podem substituir o marxismo na interpretação da totalidade e da dinâmica da sociedade brasileira.

Clóvis Moura é sociólogo e escritor, examinador de pós-graduação da USP, autor de vários livros como *Rebeliões da senzala*, *Dialética radical do Brasil negro*, e *A sociologia posta em questão*.

#### Notas

(1) Esta procura simbólica do tipo brasileiro produziu vasta literatura na época. Ainda no ciclo do modernismo temos Prado, Paulo: *Retrato do Brasil*, - ensaio sobre a tristeza brasileira, D.BP & C. São Paulo, 2ª ed. 1928 – Pereira, Batista: *O Brasil e a Raça*, São Paulo, s/e, 1928 – Brown, Isaac: *O Normotipo Brasileiro*, Ed. Guanabara, R. Janeiro, 1934 – Diniz, Almáchio: *História Racial do Brasil*, Ed.

*Cultura Moderna*, São Paulo, 1934 – Vianna, Oliveira, *Evolução do Povo Brasileiro*, Ed. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1956 (4ª edição, o texto é de 1922) – Roquette Pinto, E.: *Ensaio de Antropologia Brasileira*, Ed. Cia Editora Nacional, São Paulo, 1933 – Mello Franco A. A.: *Conceito de Civilização Brasileira*, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1936 e Bonfim, M.: *O Brasil Nação – Realidade da Soberania Nacional*, Ed. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1931 (2 vols). São alguns títulos que demonstram como o problema racial e a miscigenação por extensão preocupavam o pensamento brasileiro. Gilberto Freyre não esconde o fato e confessa a sua preocupação com o problema.

(2) Freyre, Gilberto: *Casa-grande & senzala*, 4ª edição definitiva, Ed. Liv. José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1943, 2 vols. 1º págs. 17/18.

(3) Torres, Alberto: *O Problema Nacional Brasileiro*, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1938, pág. 130.

(4) Lowie, Robert H.: *Historia de la etnologia*, ed. Fondo de Cultura Económica. México, 1946, págs. 159/191. Há todo um capítulo analisando a influencia de Boas no desenvolvimento da antropologia cultural e na formação de especialistas. O nome de Gilberto Freyre não é mencionado uma vez sequer.

(5) Boas, F.: *The mind of primitive man* – Tiramos a citação da tradução Argentina págs. 186-187. O tradutor da obra, Susana W. de Ferdkin deu-lhe o título não muito fiel ao original de “*Questiones fundamentales de Antropologia Cultural*”. Ed. Lautaro, 1947.

(6) Freyre, Gilberto, *Op. Cit.*, 2º vol. Pág. 501.

(7) Mota, Carlos Guilherme: *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974* – Editora Ática, São Paulo, 1977, pág. 67.

(8) Moreira Leite, Dante: *O Caráter Nacional Brasileiro*, 2ª edição, São Paulo, Ed. Pioneira 1969, pág. 271.

(9) Carrion, Raul: *A Escola dos Annales e a Nova História – in Princípios*, São Paulo, nº 42, págs. 68.

(10) Mello e Souza, Laura: *in A História de Uma Miragem*, entrevista concedida ao jornal *a Folha de São Paulo*, 25 de maio de 1997.

(11) Novais, Fernando: *Declarações na Mesma Entrevista de 25 de Maio de 1997*.

(12) Ver neste sentido ADUSP – “O Livro Negro da USP”, *passim*. Nesta publicação são registradas as formas de delação e de oportunismos durante a ditadura militar, momento em que o sistema acadêmico que se dizia científico apresentou-se como o ator de uma comédia de interesses, na qual aquele que sabia desempenhar melhor o seu papel de acordo com as ordens de plantão conseguia o primeiro lugar.

# O capitalismo contemporâneo e o debate sobre a alternativa

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

*O sistema capitalista pode até esboçar uma política “pós-neoliberal” para evitar a explosão das contradições. Mas, nas atuais condições, a menos que haja forte destruição das forças produtivas, não há esquema capaz de atender aos requisitos da reprodução ampliada do capital*

No transcurso da década de 90, dois elementos fundamentais condicionaram a elaboração teórica e o debate sobre a estratégia e a tática da esquerda: em primeiro lugar, o impacto político e ideológico da queda da União Soviética e outros estados socialistas da Europa – que ainda mantêm na ordem-do-dia a necessidade de se realizar um balanço integral da experiência histórica do socialismo – e, em segundo lugar, a subsequente avalanche universal de uma onda de mitos sobre a “capacidade regeneradora” do sistema capitalista, o “poderio indisputável” do imperialismo e a consumação de uma “mudança civilizadora” (tecnológica, econômica, social e política) que impossibilita a transformação revolucionária da sociedade.

NA CAUSA da queda da URSS, há dois temas que chamaram a atenção de todos os seres humanos com acesso aos meios de comunicação: um é o processo objetivo e inexorável, *a aceleração do movimento histórico – descoberto e analisado por Marx e Engels – em direção à universalização das relações humanas*, que no momento atual é chamado de “globalização” ou “mundialização”; categorias que – por erro, desconhecimento ou omissão – com frequência são identificadas como um movimento iniciado nos últimos trinta anos, enquanto que o outro, o neoliberalismo, é uma doutrina concebida para legitimar o individualismo e a desigualdade em uma etapa de crise do modo capitalista de produção, na qual os monopólios transnacionais e os Estados imperialistas com os quais estão fundidos são obrigados a recorrer a uma concentração extrema e acelerada da propriedade e da riqueza, independentemente dos custos sociais que isso possa provocar.

Existem duas vertentes principais de ideólogos do “capitalismo eterno”: *a que prognostica uma progressiva homogeneização econômica e social do mundo; e a que reconhece o alargamento da lacuna entre as potências imperialistas e os países subdesenvolvidos – junto com a polarização econômica, política e social que é produzida no interior de cada país*. Sem dúvida, ambas coincidem na necessidade de que todas as nações aceitem os “ditames” da “globalização”, no primeiro caso, porque eventualmente isso conduzirá à bonança geral e, no segundo, porque constitui a única fórmula de *tentar* “sair” da faixa da humanidade que será excluída do desenvolvimento e do bem-estar, ainda que reconheçam que muitos “ficarão pelo caminho”, apesar de terem levado ao pé da letra a receita da “globalização”.

## *O capitalismo se encontra numa etapa prolongada de crescimento ou está em meio a uma crise de seu modo de produção?*

À medida que as idéias dominantes são as idéias da classe dominante e como o movimento para a universalização política e econômica é produzido sob o tacão do capitalismo – ou seja, sob o controle e em função dos interesses dos monopólios transnacionais e dos governos das potências imperialistas –, com demasiada frequência se aceita que a forma capitalista em que atualmente é desenvolvido este processo é a única possível, mito reforçado pela maior parte da literatura disponível e pela saturação da propaganda imperialista.

Se os meios de difusão que nos bombardeiam de maneira sistemática são propriedade dos promotores e dos beneficiários da ideologia neoliberal, até que ponto nossa própria visão da metamorfose do mundo contemporâneo – deste mundo que é preciso conhecer para transformá-lo – está influenciada por pressupostos “científicos” sobre os quais se sustentam os dogmas neoliberais? Até que ponto confundimos e misturamos o caráter inexorável e civilizador do avanço da humanidade rumo à universalização, com a forma especificamente capitalista em que esse processo transcorre na atualidade? Até que ponto a abertura e a desregulamentação econômica unilateral dos países do chamado Terceiro Mundo são um resultado da tendência histórica natural e até que ponto são impostas pelos centros do poder imperialista que se beneficiam delas? Até que ponto partimos de premissas falsas em nossas análises e debates, sobre o “que se pode” e o “que não se pode” fazer num

mundo globalizado? Em que medida, pois, estes dogmas condicionam e limitam nossos debates sobre o programa, a estratégia e a tática da esquerda? Será que não ignoramos o fato de que a formação econômico-social capitalista já ultrapassou sua época de progresso e que atualmente se encontra numa fase decadente e vegetativa?

Um dos fundamentos da tese “capitalismo eterno” é que em virtude da chamada revolução científico-tecnológica, o modo de produção capitalista encontrou a fórmula para solucionar ou ao menos para disfarçar a perpetuação, a explosão de suas contradições antagônicas – entre elas a crise de superprodução – das quais se depreende que a transformação revolucionária da sociedade não somente seria impossível como também desnecessária. Outro ideograma em voga é que a ciência e a tecnologia adquiriram vida e racionalidade ou irracionalidade próprias, ou seja, que o desenvolvimento científico e tecnológico se converteu na mola propulsora da humanidade, cujos ditames são inapeláveis, tanto para os exploradores quanto para os explorados igualmente, do que resultam as mudanças sociais que invalidam toda a experiência histórica das lutas populares – tanto reivindicatórias quanto políticas – fato que nos faz ignorar que a inovação técnico-científica é regida pelas leis do capital e que – ao contrário da noção geralmente aceita – de que quanto mais acelerado e profundo é seu desenvolvimento, mais são aguçados os antagonismos do modo de produção capi-

talista, em particular a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o estancamento das relações de produção.

Muito mais perspicaz e pertinente do que falar de “solução” ou “conjuração” das contradições antagônicas do capital parece ser o questionamento acerca de *se o sistema atual da produção capitalista caminha rumo a um período relativamente extenso, durante o qual poderá atenuar (nunca solucionar) essas contradições ou se, pelo contrário, estas tendem a se agravar.* A importância e a atualidade da avaliação que realizamos sobre esse tema se baseia no que afirma Marx, “(em uma fase de) ... prosperidade geral, na qual as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem com toda a exuberância possível, não se pode sequer falar em uma verdadeira revolução. Tal revolução somente pode se dar nos períodos em que estes dois fatores, as modernas forças produtivas e as formas burguesas de produção incorrem em *contradição* mútua.” (1)

A partir desta afirmação depreende-se que, se o capitalismo, através do desenvolvimento científico e tecnológico, encontrou a forma de abrir uma nova e prolongada fase de progresso e expansão da *economia mundial, sem a necessidade de atravessar mais uma grande crise ou de recorrer a uma guerra devastadora*, a esquerda e os movimentos populares serão obrigados a adaptar sua estratégia e sua tática a essa realidade, não só mediante a elaboração de um programa mínimo para curto e médio prazos, mas também com uma projeção de muito maior alcance. Mas vejamos, qual foi a trajetória do sistema capitalista na segunda metade do século XX? O capitalismo contemporâneo se encontra no limiar de uma nova etapa prolongada de crescimento expansivo, ou está em meio a uma cri-

se integral, aguda e acelerada de seu modo de produção?

### Do “Estado de bem-estar” ao neoliberalismo: a decomposição do capitalismo contemporâneo

A tese de que a vitória ou a superioridade do capitalismo sobre o socialismo se baseia na premissa que confunde o sistema capitalista com o chamado Estado de Bem-Estar que funcionou na Europa Ocidental a partir do final de Segunda Guerra Mundial é duplamente fraudulenta: em primeiro lugar, porque sugere que as condições econômicas e políticas características desses período são estáticas e, mais ainda, que tendem a melhorar, ainda que seja só para um grupo reduzido de nações privilegiadas e, em segundo lugar, porque se esquecem de que o capitalismo é um *sistema mundial* e, portanto, seu desempenho não pode ser medido somente pela opulência *das nações de desenvolvimento máximo*, mas pelas conseqüências de seu modo de produção para o conjunto da população nele abrangida.

Para compreender a metamorfose do capitalismo contemporâneo, é preciso partir da já mencionada contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, ou seja, a que surge da capacidade que o sistema capitalista tem de produzir mais mercadorias do que as que pode vender, o que resulta na crise de superprodução de mercadorias que ao mesmo tempo é uma crise de subconsumo. Essa contradição foi “resolvida” em três oportunidades na primeira metade do século XX, mediante a destruição em massa das forças produtivas excedentes ocasionada: 1) pela I Guerra Mundial; 2) pela Grande Depressão de 1929 – 1933; e 3) pela II Guerra Mundial. As duas

guerras mundiais foram, ao mesmo tempo, cenários de outros processos históricos que alteraram e condicionaram a atuação do imperialismo: em meio à I Guerra surge a União Soviética – materialização do projeto alternativo ao sistema de produção capitalista – e, no início da II Guerra, o socialismo se converte em um sistema composto por vários países – que irradia influência em direção ao resto do mundo.

Durante o segundo pós-guerra, a economia e a política se combinaram de tal forma que o imperialismo se viu obrigado a estabelecer, especialmente na Europa Ocidental, o “Estado de Bem-Estar”. Do ponto de vista econômico, a destruição em massa das forças produtivas ocasionada pela conflagração, abriu um período de duas décadas de crescimento econômico expansivo, virtualmente ininterrupto, sem que houvesse a ameaça iminente de uma grande crise de superprodução. Nestas condições, gerou-se o incremento constante da demanda da força de trabalho, o que provocou sua valorização e, por conseguinte, uma elevação nos salários, que por sua vez jogaram um papel fundamental no estímulo à demanda das mercadorias e serviços, ou seja, ampliaram o horizonte do mercado e contribuíram para a reprodução do capital. Do ponto de vista político, a expansão do socialismo pela Europa e Ásia obrigava o capitalismo a uma competição ideológica, que o forçava a mostrar uma fachada “democrática” e de “redistribuição”, ou seja, era preciso: 1) estabelecer um sistema de partidos políticos, sindicatos e organizações populares capaz de assimilar o conjunto das demandas dos diversos setores da sociedade; e 2) desenvolver uma vasta rede de serviços públicos e amplos programas sociais.

Além da competição ideológica contra o socialismo em meio à Guerra Fria, a assimilação das demandas sociais e o desenvolvimento dos serviços públicos abrangentes têm também uma fundamentação econômica: em uma fase prolongada e intensa de expansão econômica é lógico que a burguesia encarregue ao Estado – que arrecada os impostos de toda a sociedade – a implantação de programas dirigidos à reprodução de uma força de trabalho cuja demanda se incrementa de maneira constante, pois caso não existissem esses programas, os capitalistas ver-se-iam obrigados a aumentar ainda mais os salários, ou seja, o próprio capital está interessado em que o Estado assuma os custos da capacitação dos trabalhadores, a saúde, a educação de seus filhos, entre outros. Finalmente, em determinada etapa do desenvolvimento do capitalismo, as legislações e as políticas “favoráveis” aos trabalhadores também procuram a concentração do capital, porque, embora os grandes capitais possam pagar salários relativamente mais altos e custear outros benefícios e pensões, as pequenas e médias empresas não podem fazê-lo e isso contribui para sua absorção ou destruição.

No final da década de 70, estando esgotado o período de crescimento expansivo aberto pela II Guerra Mundial, são aguçadas tendências destrutivas do capitalismo, estreitamente ligadas entre si: 1) a superprodução de mercadorias; 2) a superprodução de capitais e 3) a superprodução de população com respeito às demandas do capital. Naquela ocasião, estes males foram agravados pela contradição entre o desenvolvimento da capacidade produtiva alcançada pelas potências industrializadas durante o pós-guerra e o crescimento limitado do mercado

mundial, provocado pela mudança de direção dos fluxos de capitais ocorrida durante o período, ou seja, a nova orientação dos capitais que antes eram exportados às colônias e neocolônias e que, no pós-guerra destinavam-se primeiramente, à reconstrução europeia (Plano Marshall) e depois, para tirar proveito da bonança relativamente prolongada das potências imperialistas. Dessa forma, com o retorno do fantasma da superprodução às potências imperialistas, a Ásia, a África e a América Latina tornam-se incapazes de assimilar os excedentes das mercadorias e dos capitais que transbordam do chamado Primeiro Mundo, processo que contribui para a explosão da crise da dívida externa.

Na década de 70, apesar da ameaça representada pela superprodução de capitais, mercadorias e população a existência da URSS e da Comunidade Socialista, o poder destrutivo acumulado nas armas nucleares e a criação de um espaço econômico transnacional que enlaça num todo único o capitalismo norte-americano, europeu e japonês, determinam que nenhum dos países imperialistas se atrevesse a recorrer, pela terceira vez à força militar para destruir as forças produtivas excedentes, nem a tentar sequer empreender guerras econômicas que possam fugir do controle. Nessas condições, ante a impossibilidade de compensar a tendência decrescente da taxa de lucros através de um aumento constante da produção, o capitalismo entra numa *semi-recessão voluntária e permanente* e

apela para três recursos fundamentais para a valorização do capital, nenhum dos quais é novidade, mas sim suas magnitudes, que determinam mudanças qualitativas no processo de reprodução: *a economia do trabalho vivo, a especulação financeira e a autofagia*, as quais são válidas para o incremento de capitais individuais, mas não para aumentar o capital social em seu conjunto.

A *economia do trabalho vivo*, ou seja, o aumento da produtividade do trabalho destinando a extrair uma maior taxa de mais-valia, a que as empresas monopolistas mais concentradas apelam com particular intensidade nos ramos e setores privilegiados da economia mundial – com sua seqüência de aumento do desemprego e diminuição dos salários – se converte em uma arma do capital que se volta contra ele próprio. Na atual situação, em que a tendência natural do capitalismo à exclusão social já não é mais compensada pelo crescimento geral da economia – que mantinha dentro de determinados limites o chamado “exército de reserva” –, *a reprodução ampliada do capital se dá às expensas da exclusão da população da relação capital x trabalho, o que se torna um círculo vicioso porque, ao se reduzir a quantidade de operários e a massa salarial, reduz-se também o mercado que o capital necessita para se autovalorizar e, por conseguinte, se vê obrigado a deslocar um número maior de trabalhadores e a reduzir novamente a massa capital salarial, com a qual não faz*

*Incapaz de deter a tendência decrescente*

*da taxa de lucros, o capitalismo vê-se numa*

*semi-recessão voluntária e permanente*

outra coisa senão reduzir ainda mais o mercado do qual depende sua subsistência, processo que requer uma explicação teórica que ultrapassa as possibilidades desse trabalho. Se partirmos da premissa marxista de que o capitalista afiança seu domínio sobre a sociedade na medida em que incorpora uma maior população na relação capital x trabalho, podemos concluir que a tendência à exclusão social, que é uma das características fundamentais do capitalismo contemporâneo, aponta para o esgotamento histórico do modo de produção capitalista.

Impossibilitado de concluir o ciclo de sua reprodução ampliada dentro da esfera produtiva, o capital recorre à *especulação financeira*, ou seja, multiplica os títulos de valores e centraliza o controle sobre a massa monetária mundial. Nessas condições, a reprodução se realiza sob fortes estímulos artificiais e com uma tendência crescente à crise geral da produção, colocando em prática um mecanismo de acúmulo de contradições, cujas manifestações mais evidentes são uma *recessão muito prolongada* e a explosão das *crises financeiras*. O predomínio da especulação sobre a produção revela o *grau de parasitismo e decomposição do imperialismo*, pois se converte no recurso fundamental pelo qual os monopólios transnacionais mais concentrados expropriam o trabalho do resto da sociedade, que não é formada só pelos ope-

rários, camponeses e demais setores sociais subordinados mas, de uma maneira crescente e acelerada pelos próprios capitalistas.

A tendência ao esgotamento dos espaços produtivos nos quais se realiza a reprodução do capital obriga às chamadas megafusões, porque somente os monopólios transnacionais mais concentrados são capazes de disputar segmentos do mercado, o que se dá mediante a absorção ou destruição de uma gigantesca massa de capitais menores, do que se depreende que o capitalismo contemporâneo se reproduz de maneira *autofágica*.

Tendência a excluir a população da relação fundamental do sistema capitalista (a relação capital x trabalho); domínio do capital fictício sobre o capital produtivo e reprodução dos monopólios transnacionais por meio da autofagia do modo de produção capitalista. Ainda que possamos mencionar muitos mais, bastam esses elementos para afirmar que o capitalismo contemporâneo está muito distante da ante-sala da situação descrita por Marx como uma etapa de “prosperidade geral”, na qual as forças produtivas desenvolver-se-ão “tão exuberantemente quanto possível”.

Com a super saturação dos mercados de bens, capital e força de trabalho, no decorrer da década de 70 torna-se evidente o esgotamento das condições econômicas que sustentavam o

“Estado de Bem-estar”. Já durante o pós-guerra, o incremento do salário fora o motor da economia, mediante o estímulo à demanda, agora está sucumbida a necessidade de aumentar a taxa de mais-valia. Paralelamente, ao diminuir a demanda da mercadoria força de trabalho e reduzir seu valor, os capitalistas já não tinham “generosos” programas sociais, mas necessitam que tais recursos sejam transferidos para o setor privado, através de cortes impositivos, privatizações, créditos e subsídios. Dessa maneira são criadas as *condições econômicas* e, em certa medida, as condições políticas para a passagem do “Estado de Bem-estar” ao neoliberalismo. Assim, não é antes do final de década de 80 e princípios dos anos 90, com o desaparecimento da Comunidade Socialista Européia e o desmembramento da URSS, que o neoliberalismo alcança sua cúspide como doutrina totalitária e avassaladora, virtualmente em escala mundial.

Embora seja correto afirmar que o capitalismo neoliberal é o capitalismo dos nossos dias, é conveniente enfatizar a diferença entre, um lado, a metamorfose pela qual passa o capitalismo contemporâneo – que é uma consequência inevitável do grau de parasitismo e decomposição alcançado pelo modo de produção capitalista, o que determina que sua própria existência dependa da continuidade e aceleração do processo de concentração transnacional da riqueza, da produção, da propriedade e do poder político – e, por outro, o papel que joga o neoliberalismo como doutrina cuja função é legitimar e estabelecer pautas que regem o agravamento da polarização política, econômica e social em escala mundial. A importância de desvendar ambos os elementos baseia-se no fato de que, se o neoliberalismo

---

*A função da doutrina neoliberal é legitimar e estabelecer pautas que contornem o agravamento da polarização política, econômica e social em escala mundial*

---



fosse só uma “má política”, ou uma “política econômica fracassada”, a “solução” dos problemas do capitalismo contemporâneo só dependeria de uma “mudança política” e esse modo de produção poderia voltar a ser “democrático” e “redistributivo”, como foi durante o pós-guerra e em um reduzido número de países desenvolvidos. Em essência, sob este ou outro nome, em suas variantes mais “ortodoxas” ou “heterodoxas”, *o neoliberalismo é a política necessária para a reprodução do capital financeiro transnacional nesta etapa senil do capitalismo.*

Em suas origens, o neoliberalismo foi uma reelaboração da teoria clássica destinada a adequá-lo ao desenvolvimento experimentado pela sociedade capitalista, com o objetivo de promover o individualismo e a desigualdade, como princípios para a reconstrução da Europa – e da Grã-Bretanha em particular – na etapa posterior à II Guerra Mundial. O texto original *Caminho da servidão*, escrito por Friederich Hayek em 1944, é uma defesa da concentração do capital dirigida a enfrentar as demandas populares, no que ele antecipava como sendo um difícil reajuste pós-bélico. Certamente como Hayek não era marxista, não poderia prever que, depois dos momentos iniciais da reconstrução, a destruição das forças produtivas provocada pela guerra abria uma etapa de *auge* e não de *crise* do capitalismo monopolista de Estado nas condições do pós-guerra. Por conseguinte, não é por acaso que durante um longo período o neoliberalismo se mantivera confinado aos círculos de políticos e economistas ultraconservadores, até que a volta da crise recriou o cenário previsto por Hayek que, na década de 70, desenvolveu as idéias gerais que havia esboçado três décadas antes (2) em *Lei, legislação e liberdade*.

Após duas décadas de neoliberalismo, cujos efeitos sócio-econômicos nem é preciso lembrar, o problema que hoje agonia o imperialismo é como compensar o efeito desestabilizador do processo de concentração transnacional da riqueza e do poder político *do qual depende sua reprodução e, por conseguinte, sua própria subsistência.* À medida que as contradições sócio-econômicas se agravam e cresce a tendência à instabilidade social e política no mundo, diversas correntes políticas e ideológicas trabalham, já há alguns anos em conformidade com um paradigma “pós-neoliberal”: o modo de produção capitalista precisaria encontrar um ponto de equilíbrio entre a concentração transnacional da riqueza e a revitalização parcial de alguns programas sociais compensatórios.

### **O debate sobre “a alternativa”**

O debate sobre o que se convencionou chamar de “a alternativa” – muitas vezes com a definição específica de “alternativa ao neoliberalismo” – se desenvolve sob a influência da crise ideológica e política dos núcleos centrais que foram chamados para preservar, desenvolver e colocar em prática as idéias das correntes históricas fundamentais do movimento operário e popular, o comunismo e a social-democracia. No movimento comunista, a crise conduziu ao desaparecimento físico da URSS – identificada como depositária de sua herança e precursora de seu projeto de construção de uma sociedade superior – embora que na social-democracia a crise se manifesta na formalização do abandono de todo o vestígio da vocação transformadora, protagonizado pela maioria dos principais partidos europeus que controlam a produção teórica e dominam o funcionamento da Internacional Socialista.

O impacto provocado pelo desaparecimento da União Soviética e dos Estados Socialistas da Europa é nefasto, porque o imperialismo ficou sem seu adversário fundamental e o movimento revolucionário sem “sua retaguarda estratégica”. Com relação ao plano subjetivo, o impacto é também muito negativo porque, por um lado, permitiu encobrir o grau de profundidade da crise integral do modo capitalista de produção e, por outro, desacreditar tanto o ideal comunista com o qual – correta ou incorretamente – esses países encontravam-se associados, como a teoria marxista-leninista, único instrumento válido para a compreensão do capitalismo contemporâneo e o desenvolvimento da estratégia e tática da esquerda. Essa derrota, sem similar na história, foi de tal envergadura que poderia perfeitamente ter provocado o refluxo de várias décadas das lutas populares. Qual será a gravidade da crise do capitalismo, que pôde desfrutar de menos de uma década de hegemonia ideológica absoluta e os povos já começam a procurar de novo “a alternativa”?

Na ofensiva para desacreditar a idéia de transformação revolucionária da sociedade e imersa na busca de um paradigma capitalista “neoliberal” encontra-se a maioria dos partidos social-democratas europeus. Esta atuação da coluna cervical da social-democracia em função dos interesses do imperialismo – tão evidente na agressão da OTAN contra a Iugoslávia, em momentos em que os partidos membros da Internacional Socialista governam na maior parte dos países da União Européia – não é nenhuma novidade.

Só para recapitular o passado recente, iniciado o período de pós-guerra, a social-democracia permitiu a continuidade e até impulsionou o “Estado de bem-estar”, implantado pela Demo-

cracia Cristã no alvorecer da reconstrução da Europa Ocidental, esquema que, como já expusemos anteriormente, respondia aos interesses da Guerra Fria. Na medida em que as condições do mundo obrigam o imperialismo a reviver e promover o neoliberalismo em escala universal, durante os anos 80, esse papel passa a corresponder aos partidos social-democratas que governaram a França, a Espanha, Portugal, a Itália e a Grécia. (3) Com a queda da URSS, a social-democracia europeia sentiu-se “liberada” da necessidade de competir pela liderança da luta em prol da “superação histórica”, ou sequer pela “reforma estrutural” da sociedade capitalista. Assim, aqueles que mantinham o apego formal à teoria de Marx sobre o capitalismo, apressaram-se a declarar seu abandono.

Na medida em que setores do próprio imperialismo se dão conta das conseqüências que tem o alcance da “oscilação do pêndulo” em direção à direita, na atualidade, o núcleo dos principais partidos da social-democracia europeia competem entre si, num afã em busca da “Terceira Via” de Tony Blair ou do “Processo Global” de Felipe González, com a pretensão de encontrar uma panacéia capaz de, por um lado, manter a espiral da concentração transnacional da propriedade, da riqueza e do poder político e, por outro, limitar a desestabilização social e política que esse processo provoca de maneira inevitável.

Não se pode descartar que o sistema capitalista esboce uma política “pós-neoliberal” sob qualquer denominação, concebida para evitar a explosão das contradições, mas, nas atuais condições, a menos que se produza uma destruição em massa das forças produtivas – quer seja através de uma nova grande crise econômica ou de uma guerra de grande intensidade

– qualquer esquema que se implante funcionaria, com a diferença do elaborado por Keynes, *contra* os requisitos do processo de reprodução ampliada do capital. Em outras palavras, a busca de uma paradigma pós-neoliberal marcha ao contrário da evidência teórica e empírica existente no mundo de que é impossível manter um esquema de *redistribuição* social da riqueza, que esteja subordinado a um esquema de reprodução do capital cujo fundamento é a *concentração* aguda e acelerada.

Em meio à desorientação política e ideológica resultante da queda da União Soviética e de uma conjuntura na qual a ruptura da ordem institucional vigente – e sua substituição imediata por um poder revolucionário alternativo – não é a característica que durante os últimos anos fortaleceu o possibilismo, que é a forma contemporânea dos postulados clássicos da social-democracia, corrente que se estendeu como um dos ingredientes que condicionam os debates sobre “a alternativa”, dos quais participa um amplo espectro da esquerda – pelo menos que temos conhecimento – na Europa e na América.

O possibilismo é parte da vulgarização da teoria marxista realizada durante as décadas de 60 e 70 pelas duas vertentes ligadas ao seu desenvolvimento e à aplicação prática, por um lado, o *dogmatismo* e o *manualismo* da produção política e ideológica oficialista na URSS e, por outro, as diversas escolas “antidogmáticas” do “marxismo ocidental” que, confundidas e deslumbradas pelo auge do capitalismo de pós-guerra nos países imperialistas: confundiram o “Estado de Bem-estar” transitório e geograficamente limitado com a evolução histórica do modo de produção capitalista; começaram a detectar “erros” e

“buracos negros” na teoria de Marx sobre a crise do capitalismo, a teoria do valor, a luta de classes e outros temas; pretenderam “corrigir” as “limitações” e “insuficiências” do marxismo com a combinação eclética de fragmentos de outras disciplinas; e, alguns terminaram fazendo uma “salada”, enquanto outros se encontram hoje agrupados nas fileiras do *pós-marxismo*.

O *possibilismo* parte das premissas estabelecidas pelos ideólogos do imperialismo contemporâneo, ou seja, as pseudoteorias sobre a “capacidade regeneradora” do capitalismo, o “poder indisputável” do imperialismo contemporâneo e a consumação de uma “mudança civilizadora” que invalida a revolução social, quanto realiza uma interpretação que denigre a história da esquerda e do movimento popular e, subcreve a tese de que o *capitalismo é sinônimo de democracia* ou, ao menos, de que o *capitalismo é o sistema social no qual, em uma perspectiva histórica, é possível construir a democracia*.

O *possibilismo* baseia seus ataques contra o socialismo: 1) nos argumentos utilizados pelo imperialismo na campanha de descrédito lançada desde o triunfo da Revolução de Outubro de 1917; 2) na amplificação exagerada dos erros e desvios antidemocráticos que realmente foram cometidos no chamado socialismo real – ingredientes gratuitos que contribuíram para a perda do prestígio do ideal socialista e para a fragmentação do movimento revolucionário mundial; e 3) na utilização de um “ideal de sociedade” concebido em “condições assépticas de laboratório”, fora do tempo e do espaço, para julgar todos os projetos de construção socialista conhecidos até hoje.

Para o possibilismo, a “democracia” entendida como o *aperfeiçoamento do liberalismo burguês, através das re-*

formas constitucionais e das leis eleitorais, o combate à fraude, a verificação eleitoral internacional e outros aspectos políticos e jurídicos nacionais que fortaleça o respeito à preferência dos eleitores, constitui o objetivo supremo a alcançar, a partir do qual, sem uma transformação radical das relações capitalistas de produção estarão estabelecidas automática e definitivamente as condições para resolver os problemas políticos, econômicos, sociais e ecológicos que agoniam os povos. Através da “democracia”, os eleitores e seus eleitos serão capazes de conjurar as pressões das grandes potências, neutralizar a ação nociva das empresas transnacionais, rebater o poder das elites tradicionais dominantes e avançar em direção ao desenvolvimento econômico e social sustentável, com justiça e igualdade.

Poderia parecer que o capitalismo é o cenário no qual, mediante a “democracia” *possibilista*, podem ser cumpridas as tarefas ainda inacabadas da revolução social, como seria, por exemplo, a erradicação de todo o vestígio de discriminação racial, de gênero, de nacionalidade, religiosa, etária e de condição física ou mental, ou o aperfeiçoamento constante da democracia participativa e representativa, ou a satisfação das necessidades materiais e espirituais, mais complexas e específicas, de indivíduos ou grupos, que surgem como resultado natural do desenvolvimento político, econômico, social e cultural da própria revolução.

Em contraposição com a “severidade” com que “julga” a obra inacabada dos processos de construção socialista, o *possibilismo* fecha os olhos para o fato de que a “democracia”, a que se aspira como objetivo supremo *dentro da* sociedade capitalista, encontra-se em contradição com o fato de que – devido à necessidade vital de

## O dilema, para o imperialismo, é compensar a concentração transnacional da riqueza e do poder político de que depende sua reprodução

concentrar riqueza e excluir a população em uma magnitude e velocidade sem precedentes – o modo de produção capitalista se vê atualmente obrigado a adotar o conteúdo mais antidemocrático de sua história, não só do ponto de vista econômico e social, mas também pelo esvaziamento dos sistemas políticos nacionais, em virtude do que seu funcionamento depende cada dia menos dos mecanismos de participação e representação cidadã – aos quais se rende um culto crescentemente formal (pluripartidarismo, candidatos, eleições, “liberdade de imprensa”, eliminação de fraude etc.) – enquanto o poder político real se desloca em direção aos centros imperialistas, que o exercem diretamente mediante a aquisição de funções – legislativas, executivas e judiciárias – do Estado imperialista transnacional e por meio de organismos supranacionais sob o seu controle, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), entre outros.

No extremo oposto ao *possibilismo* acerca da “alternativa” se encontram os redutos do *voluntarismo*, que tem o mérito de manter seu apego à idéia da revolução, mas se mostra incapaz de captar o caráter dialético da teoria marxista e, por conseguinte, deixa de lado o fato de que a conquista do poder político não é um ato que depende exclusiva ou fundamentalmente da vontade dos

revolucionários. Lênin – a quem com muita freqüência se acusa de haver tido um pensamento dogmático a esse respeito – reitera em suas obras que, para que se possa produzir uma revolução não basta que “os de baixo” não desejem continuar sendo dominados, mas é indispensável que “os de cima” tenham perdido toda a capacidade de exercer sua dominação. (4) Lênin reconhece a existência de diversas formas de luta que correspondem a uma diversidade de situações concretas, mas também compreende que a atividade fundamental de um partido revolucionário seja orientada em função dessa realidade. (5)

Se partirmos de uma perspectiva leninista, fica impossível desconhecer tudo o que, durante a última década, a esquerda e o movimento popular conquistaram em numerosos países capitalista da Europa, da Ásia, da África e da América Latina, pela combinação da conquista de espaços institucionais em governos, legislativo e órgãos dos poderes estaduais e municipais e a acumulação social e política reunida na luta contra o neoliberalismo.

A acumulação política e social constitui, efetivamente, a forma de luta fundamental que – com exceção das situações regionais e nacionais nas quais a crise do capitalismo alcança suas expressões mais críticas – corresponde à situação conjuntural, na qual, de maneira crescente “os de baixo” não querem continuar sendo

dominados e explorados, mas “os de cima” ainda podem manter seu domínio e exploração. Não obstante, o horizonte histórico da esquerda está determinado pelo fato de que as únicas possibilidades que se apresentam ante a humanidade são a destruição do planeta como consequência da explosão das contradições antagônicas insolúveis do modo de produção capitalista, ou a substituição deste último por uma sociedade superior, aquela que Karl Marx batizou com o nome de comunista.

O triunfo do comunismo ocorrerá somente pela intensificação extrema das contradições que, efetivamente também podem conduzir ao fim da civilização humana, e também pela ação consciente e organizada dos povos. É racional pensar hoje em dia que a ação consciente e organizada dos povos seja capaz de destruir o imperialismo? Sim, ainda que em prazos que não possamos precisar, porque tanto a crise econômica quanto a guerra têm o potencial, por um lado, de abrir espaço para que se amplie a vida do sistema de produção capitalista e, por outro, de criar uma nova situação revolucionária e, ainda neste último caso, segundo as palavras de Lênin: “... nenhum socialista, nunca, nem em parte alguma, garantiu que não de ser precisamente a guerra atual (e não a seguinte) e a situação revolucionária atual (e não a de amanhã) as que originarão a revolução.” (6)

Contribuição da representação do Partido Comunista de Cuba ao debate do documento central do IX Encontro do Fórum de São Paulo, realizado em Manágua, Nicarágua, de 19 a 21 de fevereiro de 2000. Tradução de Maria Helena D'Eugenio.

#### Notas

(1) “As lutas de classes na França de 1848 a 1850”, *Obras Escolhidas*, em três volumes, Editorial Progreso,

Moscú, 1973, vol. 1, p. 296

(2) A diferença entre o neoliberalismo clássico e a doutrina de Hayek é que o primeiro advogava que o Estado se abstinhasse de intervir na economia e na sociedade, enquanto que a segunda propunha que se interviesse, de modo a estabelecer regras que beneficiassem a competição em caráter geral, não a indivíduos ou grupos específicos. Em essência, é uma ideologia cuja função é legitimar o fato de que há ganhadores e perdedores dentro da sociedade. Em outras palavras, Hayek proclama que o Estado pode intervir na economia e na sociedade de modo a garantir as condições que favoreçam aos ganhadores, mas não para mudar a sorte dos perdedores.

(3) Segundo Perry Anderson, “a experiência social-democrata foi uma tentativa de criar a equivalência no sul da Europa, daquilo que havia sido a social-democracia do pós-guerra no norte Europeu em seus anos dourados. Porém, o projeto fracassou e, já em 1982 e 1983, o governo socialista na França se viu forçado pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso e reorientar-se para fazer uma política muito mais próxima da ortodoxia neoliberal, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção orçamentária, as concessões fiscais aos capitalistas e o abandono do pleno emprego. Ao final da década, o nível de desemprego na França era mais alto do que na Inglaterra dos conservadores. Na Espanha, o governo González jamais tratou de realizar uma política keynesiana ou de redistribuição. Ao contrário, desde o início de seu regime, mostrou-se firmemente monetarista em sua política: grande amigo do capital financeiro, favorável por princípio à privatização e sereno quando o desemprego na Espanha alcançou o

recorde europeu de 20% da população ativa.” (Perry Anderson, *O avanço do neoliberalismo e suas lições para a esquerda*, em: Renán Veja (Editor). *Marx e o Século XXI. Uma defesa da história e o socialismo*, Edições Pensamento Críticos, Santafé de Bogotá, 1977, pp. 335-359).

(4) A lei fundamental da revolução confirmada por todas as revoluções e, em particular, pelas três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam mudanças; para a revolução é necessário que os exploradores não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando “os de baixo” não querem e os “de cima” não podem continuar vivendo da forma antiga, só então a revolução pode triunfar.” Vladimir Ilich Lênin: *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, em O .C. , vol. 41, pg. 72.

(5) Quando as condições objetivas convertem a luta parlamentar na principal forma de luta, é inevitável que se acentuem os traços do aparato para a luta parlamentar no partido. Pelo contrário, quando as condições objetivas originam a luta de massas em forma de greves políticas de massas, o partido do proletariado deve dispor de “aparatos” especiais, não similares aos parlamentares. Um partido organizado do proletariado que reconhecesse a existência de condições para as insurreições populares e não cuidasse de criar o aparato correspondente, seria um partido de charlatões intelectuais. Vladimir Ilich Lênin. *A Crise do Menchevismo*, em O .C. , vol. 14, p. 168

(6) Vladimir Ilich Lênin. *A Bancarrota da II Internacional*, em O .C. , vol. 26, p. 232

# O processo da revolução bolivariana na Venezuela



Presidente Hugo Chávez

HUMBERTO GÓMEZ GARCIA

*As mudanças políticas que ela envolve interessam a toda a América Latina*

*Desigualdade abissal com os países ricos, dependência acentuada ao capital financeiro internacional, polarização social como não se vê em nenhuma outra parte do mundo – este é o quadro criado na América Latina em decorrência da aplicação da doutrina neoliberal. O documento, que serviu de base aos debates do IX encontro do Fórum de São Paulo, realizado em fevereiro último na Nicarágua adverte que isto ocorre devido aos “interesses econômicos e políticos de quem está disposto a sacrificar e exterminar a maioria da humanidade para manter uma diabólica e vertiginosa corrida de acumulação de riqueza, com amplitudes quase inimagináveis”.*

*Na vastidão do Continente, a realidade insuportável gerada por essa “vertiginosa corrida de acumulação de riqueza” tem sua contraface numa situação socialmente explosiva que provoca verdadeiros levantes populares, como ocorreu na Bolívia e no Equador; avanços eleitorais da esquerda, como atestam o triunfo da FMLN em El Salvador e o crescimento da Frente Ampla no Uruguai; a ampliação e radicalização da luta popular e política no Brasil; a intensificação da luta armada na Colômbia; e a concretização de importantes viragens de regime político como ocorreu na Venezuela, com a vitória de Hugo Chávez, a realização da Assembléia Cons-*

tituinte e a promulgação de uma Constituição de caráter progressista e sentido democrático-popular.

O artigo que publicamos nesta edição sobre o “processo revolucionário” venezuelano e o caráter avançado da Constituição é uma contribuição para o entendimento deste que é sem sombra de dúvidas, malgrado os seus limites, um fenômeno político singular, exemplificador, talvez, de uma nova tendência que se vai formando na luta antiimperialista dos povos latino-americanos. Em seu discurso na tribuna aberta pelo Dia Internacional dos Trabalhadores, na Praça da Revolução, no 1º de Maio em Cuba, Fidel Castro disse que “Revolução é sentido do momento histórico”.

A importância do processo em curso no país vizinho para além dos seus efeitos na vida política dos

países latino-americanos, repercute também no plano ideológico. É, sem sombra de dúvidas, uma entre muitas comprovações da contundente crítica formulada no artigo “O capitalismo Contemporâneo e o Debate sobre a Alternativa” (veja na página 48 desta edição de Princípios) da delegação do PC de Cuba no IX Encontro do Fórum de São Paulo, ao chamado possibilismo adaptativo à onda neoliberal. O que está em curso na Venezuela pode não ser uma revolução, em seu clássico conceito. Mas certamente, aponta para o sentido histórico da resistência ao imperialismo nas complexas e adversas condições em que a luta antiimperialista se desenvolve na atualidade.

José Reinaldo Carvalho

A DINÂMICA do atual processo político venezuelano caracteriza-se pela confluência de fenômenos e particularidades das mudanças estruturais em marcha que conformam os suportes e a base do processo bolivariano revolucionário, pacífico, iniciado em 1998 com o massivo triunfo eleitoral do comandante Hugo Chávez Frías, ideólogo e chefe indiscutível da insurreição militar de 4 de fevereiro de 1992.

A velocidade da ocorrência de mudanças nesse governo, com a presença do povo nas ruas, foi muito grande a partir de 2 de fevereiro de 1999, ou melhor, nos 13 meses do processo revolucionário em marcha, significando o predomínio da luta política como uma estratégia prévia ao processo de refundação da pátria e

construção da V República, colocando em evidência a massiva participação, como novos atores, de novos setores sociais.

Não se pode supor um processo político de tal magnitude sem a confrontação classista dos atores do processo social, o enfrentamentos e a ruptura dos setores que, se ainda controlam o poder econômico, já não têm o poder político nacional e estão a ponto de perder, também, o poder político regional, municipal e distrital.

Naturalmente, o primeiro ano desse peculiar processo revolucionário foi possível graças ao deslocamento e virtual desaparecimento dos atores políticos e das bases do modelo neocolonial da pseudo democracia iniciada a partir de fevereiro de 1959.

Naquela ocasião, uma insurreição cívico-militar havia derrotado a administração militar-policia de Marcos Pérez Jiménez, ditatorial e tirânica, que comandou o país durante 10 anos, desde a queda do escritor e educador Rómulo Gallegos, deposto pelo golpe de Estado em 1948.

Para impor o macartismo e o anticomunismo recomendado pelos norte-americanos, o processo revolucionário e popular de 23 de janei-

ro de 1958, que pôs fim à ditadura de Pérez Jiménez, foi desviado, pela cúpula direitista, dos seus objetivos libertários. Os comunistas e os setores revolucionários do nascente processo democrático foram isolados, sendo desde então impostas eleições inoportunas pelos setores de direita e outros partidos da oligarquia e do imperialismo.

A Constituição que nasceu daquele movimento tinha elementos avançados, pois o movimento revolucionário possuía uma cota parlamentar de certa importância e o radicalismo do movimento ainda era sentido no país. Mas foi uma Constituição imposta ao povo; uma Carta Magna, sem consulta popular, que retrocedeu inclusive com relação ao processo constituinte de 1946, imposta pela Ação Democrática (AD) no poder. O Congresso nascido das eleições de dezembro de 1958 se autoproclamou constituinte e assumiu algumas funções, sem delegação popular para isso, surgindo assim uma falsa democracia representativa, que mascarou o neocolonialismo e freou o desenvolvimento econômico nacional e soberano do país, e a realização da sempre postergada justiça social.

*A idéia de que  
a soberania reside  
no povo é posta  
em prática pela  
primeira vez*

## Do Referendum Consultivo à Assembléia Constituinte e à Constituição Bolivariana

Sem conhecer a dinâmica da política venezuelana e suas peculiaridades, sem um retrospecto, por exemplo, do processo que gerou a insurreição popular de 27 de fevereiro de 1989, de fome e de miséria das maiorias, das políticas antipopulares, pró-imperialistas e oligárquicas dos governos dos anos anteriores, e como resposta às políticas do pacote neoliberal imposto pelo FMI, pela oligarquia nacional e pelo governo de Carlos Andrés Pérez e seu partido, a AD – sem o conhecimento desses e de outros elementos não se pode compreender o processo venezuelano atual.

Quais têm sido os mais importantes elementos deste primeiro ano do processo revolucionário?

Foi considerado exitoso pelo presidente Chávez o dia do plebiscito para saber se o povo queria ou não mudar a Constituição e, também, se queria uma assembléia nacional constituinte. Começou, assim, a ser colocada em prática a promessa feita durante a campanha eleitoral de 1997-98 de convocar um plebiscito para consultar o povo se queria mudar a Constituição e elaborar uma nova, por ele aprovada, ou rechaçada em outro referendum aprovatório ou revogatório.

A 25 de abril de 1999 foi realizado tal Referendum e a absoluta maioria dos votantes aprovou a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para redigir um novo Contrato Social. Essa votação significou uma segunda grande derrota aos partidos das classes dominantes: AD, COPEI, Projeto Venezuela.

Em dezembro de 1998 e nas semanas anteriores eles já haviam produzido um insólito e absurdo processo de erros e desacertos políticos: apenas três dias antes das eleições eles

retiraram as candidaturas presidenciais Alfaro Ucero, da AD e Irene Saez da COPEI, para que ambos apoiassem um oligarca de extrema-direita, que sempre os desprezou e ignorou, Salas Römer, na ilusória esperança de que, assim, freariam o triunfo envolvente do povo através do comandante Chávez. Vencido Salas, com ele foram arrastados, ao fosso, os velhos partidos, iniciando uma nova etapa na vida da Venezuela.

Aprovada, no Referendum, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, foi iniciado o processo eleitoral, no qual a direita tradicional foi outra vez derrotada, em termos ainda maiores do que nas anteriores: dos 130 constituintes eleitos, apenas 7 representavam a direita; o restante filiava-se ao movimento bolivariano, resumindo-se a um grande espectro de revolucionários de distintas épocas, desde militantes do Movimento Quinta República (MVR) a um espectro ainda maior: militantes comunistas, bolivarianos, ex-militares das insurreições de 4 de fevereiro e 27 de novembro de 1992; de independentes progressistas, empresários, jornalistas, defensores dos direitos humanos, ecologistas, escritores e poetas, operários e camponeses até representantes das minorias indígenas – fato absolutamente novo na política venezuelana e um ato de justiça social assombrosamente atrasado.

Em síntese, começou a ser posta em prática, pela primeira vez, conscientemente, a idéia de que a soberania reside no povo.

Um fato digno de ser comentado e ressaltado nesse processo, que surgiu com o Referendum de 25 de abril de 1999, foi o debate nacional iniciado nas comunidades, centros de estudo e de trabalho, praças públicas, quartéis e em todos os locais em que houvesse núcleos minimamente organizados.

## *Jamais houve participação tão massiva do povo num processo de elaboração constitucional*

Nos anais da república venezuelana jamais houve uma participação tão massiva e monumental num processo de discussão e elaboração de um novo texto constitucional como o que ocorreu até meados de dezembro de 1999, quando o novo texto constitucional aprovado foi submetido novamente a um referendum aprovatório.

Educadores, artistas e trabalhadores culturais, profissionais, militares ativos e inativos, grupos de trabalhadores, estudantes, empresários progressistas, clero, grupos protestantes e de outras ordens religiosas, grupos femininos, grupos de defesa dos direitos humanos, ecologistas, etnias indígenas, setores da terceira idade, crianças e jovens, presidiários, partidos políticos da direita, da esquerda revolucionária, absolutamente todos os setores se incorporaram ao processo de discussão desse novo texto constitucional, fazendo novas propostas ajustadas aos interesses que representavam; até mesmo os mais apáticos e indiferentes participaram, tal foi o fervor criado pelo processo constituinte. Nunca a democracia havia se manifestado na Venezuela com tanta força e jamais o povo havia sido tão consultado e opinado tanto sobre algo tão importante e sublime como foi criar uma nova constituição. Era o povo soberano em ação.

Milhares de propostas da sociedade

civil organizada e personalidades chegaram à Assembléia Nacional Constituinte, servindo de base para as discussões, enriquecendo os debates e fazendo com que as pessoas participassem. Claro, não chegou a se concretizar o processo de organizar o soberano; o povo excluído de processos constituintes, agora, estava incluído. O conceito de novo poder não significou depositar de maneira total esse poder no soberano no sentido que a constituinte foi organizada como poder popular desde baixo, da célula fundamental da sociedade: a comunidade, a paróquia, o município, a região, o Estado.

O processo constituinte foi amplamente democrático, participativo; os debates que ocorreram durante ele foram transmitidos publicamente pela TV; além disso, foram organizadas dezenas de videoconferências entre as diferentes comissões da Constituinte e grupos comunitários para discutir aspectos específicos, escutar as opiniões e proposições das comunidades organizadas, e debater com elas. Não poderá ser dito, então, que o povo venezuelano não participou do processo de elaboração da nova Constituição, ou muito menos negar que deram contribuições fundamentais, a ponto de essa participação ter sido decisiva no processo de elaboração do novo texto constitucional que em muito reflete a composição social e classista dos novos atores do processo social venezuelano.

---

## *A oligarquia resiste à derrubada do velho estado neocolonial*

---

### **O desmonte do velho Estado e início da construção da V República**

O processo de mudanças estruturais significou o desmonte do velho Estado neocolonial, que nasceu da deturpação do processo revolucionário e do feito heróico de 23 de janeiro de 1958. Foi, assim, totalmente desmantelado o sistema judicial corrupto que havia deixado a Venezuela sem estado de direito. Igualmente foi dissolvido o parlamento nacional e os regionais; o Congresso Nacional passou a se chamar Assembléia Nacional e foi abolida a Câmara Alta (Senado), sendo o novo congresso unilateral.

Essa política de desmontagem levou à mobilização dos setores de direita afastados do poder, no esforço de bloquear as iniciativas populares e da Assembléia Nacional Constituinte. Eles tiveram livre e aberto apoio de todos os meios de comunicação social onde está consolidada a oposição na Venezuela, depois que os partidos tradicionais foram literalmente desmantelados.

Por decisão da Assembléia Nacional Constituinte foi estabelecida a democratização, por meio de eleições pelas bases, da Central de Trabalhadores da Venezuela, dominada pela social-democracia mafiosa e corrupta dos partidos AD e COPEI, que serviu aos partidos do sistema, à oligarquia e ao imperialismo para conter a classe trabalhadora em suas históricas lutas e apoiar o sistema de dominação neocolonial.

O dia 28 de maio foi designado para a realização do último grande processo eleitoral, ou megaeleições, assim denominadas porque elegerão, novamente, o presidente da República, os governadores de 23 Estados, a Assembléia Nacional, as Assembléias Legislativas, Conselhos e Câ-

maras Municipais, a Prefeitura Maior (a ANC criou a figura de Prefeito Maior para Caracas e a área Metropolitana, eliminando a figura do governador, nomeado pelo presidente da República) e as Juntas Paroquiais. Nessa ocasião, outra vez as forças políticas e sociais venezuelanas vão tensionar-se para tratar de alcançar maiores cotas de poder. A iniciativa política cabe ao Chefe de Estado, comandante Hugo Chávez Frías, ao seu partido, o Movimento Quinta República, e alguns partidos que formam o Pólo Patriótico: Movimento ao Socialismo (MAS), Partido Comunista da Venezuela, Movimento Eleitoral do Povo (MEP) e outras forças. Um importante componente do Pólo, o partido Pátria Para Todos (PPT), permaneceu fora dessa aliança em muitos estados, lançando sozinho seus três candidatos, eleitos nas eleições de novembro de 1998.

As desavenças entre o PPT e o MVR ocorrem desde há meses atrás, tornando aguda, em parte, a raiz da tragédia do estado Vargas, que é governado por um membro do PPT, Alfredo Laya. Apesar disso, em quase todas as circunscrições, o partido conserva intacto o apoio ao Presidente Chávez. Essa solidão eleitoral pode resultar adversa ao PPT.

O próprio processo provocou um conjunto de enfrentamentos entre os setores bolivarianos devido às nomeações de cargos de confiança, inclusive dirigentes do MVR e ex-constituintes, que ao não serem nomeados abandonaram as fileiras partidárias e apresentaram seus nomes a vários cargos com outras siglas ou por iniciativa própria.

Mas, o elemento mais surpreendente de todo o processo foi a aparição em cena do opositor a Chávez, surgido de suas próprias fileiras: o comandante golpista e governador



do riquíssimo estado petrolífero de Zulia, Francisco Arias Cárdenas, um dos fundadores, com Chávez, do Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR 2000). Esta manobra é uma política de alto voo, preparada no Departamento de Estado norte-americano, no Pentágono e na CIA.

### **Francisco Arias Cárdenas é candidato do povo ou da oligarquia?**

A dinâmica dos acontecimentos políticos nas últimas semanas, na Venezuela, teve tal velocidade que os desenlaces parecem surpreendentes mas, a rigor, obedecem a uma estratégia cuidadosamente montada não nas repartições da oligarquia política e econômica em Caracas, mas sim, com toda segurança, pelos estrategistas direitistas e governantes norte-americanos, de setores financeiros preocupados com o desenlace dos acontecimentos venezuelanos, como a estratégia petrolífera e o aumento do valor do barril, por exemplo, ou o enfrentamento ao neoliberalismo, que significou o freio das políticas privatizantes e de livre mercado que vinham sendo implementadas desde 1989, durante o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez.

Se houvesse uma consequência aos acontecimentos desde a renúncia do comandante Urdaneta à chefatura da DISIP (polícia política venezuelana) até o ressurgimento de Arias Cárdenas; desde a informação sobre as supostas irregularidades administrativas e a corrupção no governo, tendo boa parte das mesmas como norte para seus ataques ao Chanceler José Vicente Rangel e o legendário revolucionário Luis Miquilena; o primeiro objetivo político seria separá-los da chefatura revolucionária e do comandante Chávez, e, o segundo, cercar e isolar a Chávez um espectro

conservador, reacionário e direitista.

Por que José Vicente foi um dos centros de ataque dos comandantes?

Certamente, chama a atenção – e aí pode-se perceber o dedo norte-americano – o fato de o ataque mais impiedoso de Urdaneta ter sido dirigido ao chanceler e líder político que, com grande firmeza e dignidade, defendeu a soberania venezuelana e enfrentou a prepotência, a ingerência e a soberba dos governantes norte-americanos. Desde a não-aceitação dos vôos de reconhecimento norte-americanos em nosso espaço aéreo até as respostas ao magistrado da CIA, embaixador John Maisto, e a qualquer funcionário do Departamento de Estado norte-americano que tivesse ousado provocar a dignidade venezuelana.

Nunca, antes, a Venezuela havia visto alguém defender a dignidade, a soberania e a honra de seu povo como o fez o atual governo – correspondendo a José Vicente Rangel, hábil político e firme patriota, bolivariano, levar essas bandeiras de decoro nacional bem mais adiante das nossas fronteiras.

Todavia, em praticamente todo o primeiro ano de governo houve ingerência, aberta ou fechada, de funcionários norte-americanos nos assuntos venezuelanos. Ora mais, ora menos, sempre os poderosos sócios criavam situações, deputados republicanos vinham dizer que os norte-americanos poderiam nos invadir com sua marinha, e sempre foi José Vicente Rangel quem lhes deu a firme e contundente resposta. Foi contra essa voz da dignidade – antiimperialista de formação – que o trio de apostatas alinhou suas baterias. Casualidade? Certamente, não; o pensamento dos comandantes é rígido, conservador, anticomunista e se insere numa estratégia supranacional, ultra-reacionária e direitista, por eles

## *A estratégia*

### *da reação*

### *norte-americana*

### *e de setores*

### *da oligarquia é*

### *desviar o processo*

### *renovador de seus*

### *objetivos iniciais*

controlada se não ela os controlará. O discurso anticomunista evidencia que cederam à tentação ou às pressões exteriores ou fazem o jogo delas.

Igualmente brutal foi o ataque a Luis Miquilena, revolucionário de longa data, com quem podemos concordar ou não, mas é difícil não perceber sua dignidade, honradez e seu espírito bolivariano e venezuelano. O ataque não expressou o ponto final ou as práticas políticas empregadas pelos partidos do *status* – que realmente não o representam – se não por suas posições de defesa da integridade e da soberania nacionais. Ainda não havia nascido nenhum dos comandantes e o velho Luis já possuía um longo caminho percorrido na defesa da classe trabalhadora e do povo, e não foram poucas as suas contribuições ao processo venezuelano de liberdades, inclusive no presente.

Mas, esse foi o pretexto inicial – quase nem se lembram disso –, o alvo de Arias Cárdenas, Joel Acosta Chirinos (um péssimo organizador político que quase destruiu o MVR quando o dirigiu) e do comandante Urdaneta Hernández (ex-diretor da DISIP) foi, e é, Chávez e a Revolução Bolivariana. Uma estratégia longamente preparada pela reação norte-americana e setores

da oligarquia para tentar desviar o processo de seus objetivos iniciais, freá-lo, mutilá-lo, destruí-lo e retornar, novamente, ao passado com caras novas. O esforço é inflar, fabricar um líder nacional, como Arias Cárdenas. E as mentiras da contra-revolução encontraram eco nas ambições do comandante que fez seu o vil discurso anti Fidel Castro, anti-revolução cubana.

O ambicioso ex-governador pensa, seriamente, que poderá derrotar Chávez eleitoralmente, ou por outra via. Já se percebe o espaço a ele dedicado nos meios de comunicação e o apoio de Petkoff e Andrés Velásquez, renegados da revolução e inimigos de Chávez, os mesmos que naquele 4 de fevereiro se abraçaram ao cadáver de CAP, contra quem Arias lutava, junto com Chávez.

A campanha para o 28 de maio será de mentiras e de desrespeito em relação ao presidente; mas isso nada adiantará, pois capitularão ante a força da V Revolução, da Constituição Bolivariana e do processo em marcha; de nada servirá o anticomunismo inoportuno tipicamente ianque, e um anticubano e anticastrismo, desnudado pela máfia de Miami ao apoiar Arias; ele se arreventará, inteiro, contra o muro do povo que apóia, e apoiará, Chávez à Presidência; o processo de mudança e da revolução social.

A temeridade de Arias Cárdenas chama-se suicídio na primavera. Nos muros de todas as cidades do interior venezuelano e da sua capital, Caracas, pode-se ler: "Arias Cárdenas: Judas", "Arias Cárdenas: traidor". O povo percebe um vulgar traidor, que se vendeu à direita, servindo-lhe como instrumento em sua cruzada contra-revolucionária, com um discurso anticomunista totalmente defasado e obsoleto. É preciso considerar a obtenção, cada vez maior, do apoio dos poderosos meios de comunicação; e pelo fato

de grupos oportunistas se somarem à direita política, afastada do poder, percebe-se claramente a precariedade de uma candidatura artificial, que representa o passado, independentemente de utilizar em sua linguagem elementos ou clichês revolucionários.

É peculiar a esse grupo o fato de todos os seus candidatos aos mais diferentes cargos serem ex-militares. Em todo caso, o processo de decantação e depuração do processo revolucionário bolivariano, uma das características venezuelanas da luta de classes, foi surgindo à medida que a revolução nacionalista, latino-americana e caribenha se dirigia às políticas do governo e à crescente participação do povo no processo; e à medida que eram alinhadas as políticas econômicas e sociais que dinamizam a revolução.

O processo de fortalecimento da nossa identidade nacional, latino-americana e caribenha se fortaleceram; um lento processo de reencontro do homem e da mulher venezuelanos consigo mesmos e com seu próprio destino, marca um novo processo no qual o Exército saiu às ruas empunhando pás e picaretas, manejando escavadoras para abrir estradas; desenvolvendo programas médico-assistenciais por intermédio do Plano Bolívar 2000. Os militares, agora, têm direito ao voto, mesmo quando não puderem candidatar-se à eleição popular – como ocorreu certa vez – mas, se algum deles pensar nisso deverá renunciar previamente às suas funções militares.

Três heróis e pensadores do século passado são os autores intelectuais desse formidável processo: Simón Bolívar, o libertador; Simón Rodríguez, o ideólogo da revolução de independência e seu mestre; Ezequiel Zamora, o gênio militar da Batalha de Santa Inês durante a guerra federal, que iniciou o processo de igualdade social entre os venezuelanos em 1865. Os seus

ensinamentos políticos para a construção de uma pátria nova, contemporâneas a essa realidade do novo milênio, unidas ao mais avançado pensamento universal, representam o marco do caminho político venezuelano atual.

Dentro dessa estratégia se encaixa a verdadeira unidade bolivariana dos nossos povos americanos e caribenhos. "Para nós a pátria é a América", disse certa vez o pai da nossa pátria. Esse sonho, sob a revolução bolivariana em marcha na Venezuela, cobra maior vigilância. Uma integração entre povos e nações irmãs, sem interferências norte-americanas ou de outras potências. Os povos unidos do Continente na busca de mercados que tornem potentes suas economias, integrados econômica, política e socialmente; solidária e irmãmente. Na luta pela paz na irmã Colômbia e contra a ingerência norte-americana nesse país ou qualquer tentativa de invadi-lo para frear o triunfo das forças revolucionárias insurgentes.

O peculiar processo revolucionário da Venezuela, na atualidade, é um grande exemplo, e uma grande esperança, para os povos da América Latina e do Caribe. Seguí-lo de perto é fundamental pois dele sairão muitas das mudanças que o continente requer. Não deixar seu povo abandonado é fundamental. Levantar as bandeiras de solidariedade à revolução e ao povo da Venezuela é imprescindível neste momento. Os seculares inimigos dos nossos povos, os imperialistas norte-americanos, os grandes monopólios, conspiram de diversas maneiras para tentar abortar e frustrar esse processo; o manejo e a manipulação da candidatura de Arias Cárdenas tem esse objetivo. 

Humberto Gómez García é jornalista, escritor, analista político e membro fundador da Associação Civil do Congresso Bolivariano. Este trabalho foi elaborado para o Encontro Juarista Bolivariano, México, março de 2000. Tradução de Maria Lucilla Ruy.

# Enver Hoxha Destacado dirigente revolucionário

JOÃO AMAZONAS

*A grandeza da sua atividade e a contribuição  
que deu à causa do socialismo no mundo deve ser reconhecida*



Enver Hoxha em ato público

Há quinze anos, no dia 11 de abril, morreu o camarada Enver Hoxha, fundador do Partido Comunista da Albânia (mais tarde denominado Partido do Trabalho) e seu dirigente principal durante cinco décadas, estadista que se pôs à frente da construção do socialismo em seu país e figura proeminente do movimento comunista internacional. A nova geração de lutadores socialistas no Brasil talvez não conheça suficientemente quem foi o dirigente que conduziu o povo albanês de vitória em vitória rumo à conquista da independência nacional e à construção de um regime político e de uma sociedade progressista, sob a bandeira do socialismo científico. Mas nós que o conhecemos e tivemos a oportunidade de ombrear com ele combates e batalhas nos terrenos político e ideológico contra o imperialismo e o oportunismo, temos o dever de testemunhar sobre a grandeza da sua atividade e de prestar-lhe homenagem pela contribuição que deu à causa do socialismo na Albânia e no mundo. E também por gratidão, pela solidariedade que sempre hipotecou ao nosso Partido.

OS ALBANESES são um povo antigo e milenar. Sua história é multifacetada e ao longo de muitos séculos teve de se bater contra inúmeros inimigos em renhidas batalhas pela liberdade e a independência. Com a pena e o fuzil, como se diz em poemas que retrataram essas epopéias, fez ingentes esforços pelo progresso e a emancipação. Muitos homens célebres se colocaram à frente desses esforços. Skenderbeg, no século XV, foi o fator de unidade na luta contra a dominação otomana. Os irmãos Frasheri, renascentistas, se distinguiram no século XIX, impulsionaram a luta pela cultura e o movimento autonomista. Ismail Qemal e Isa Boletini proclamaram a independência no ano de 1912, no ocaso da dominação otomana nos Bálcãs. Eles deixaram as marcas de sua atividade e de sua obra na história secular desse povo.

Enver Hoxha, encarnando as virtudes desses próceres, distinguiu-se en-

tre eles. Foi ele quem, ao herdar o ideário da luta nacional, soube fundi-lo com a teoria científica do marxismo, o que lhe deu a inspiração e o necessário instrumental metodológico para se colocar à frente de um extenso e profundo movimento de libertação nacional e social que no seu começo lançou as bases para a construção da nova Albânia e na continuidade efetivamente soergueu um país de face nova.

Em boa parte, a obra de Enver Hoxha está ligada à luta antifascista de libertação nacional. Desde a invasão da Albânia pelo exército fascista italiano, em 7 de abril de 1939, até a completa libertação do país das hordas hitleristas, em 29 de novembro de 1944, Enver Hoxha se dedicou por inteiro a organizar o movimento antifascista. Trabalhou incansavelmente para despertar o patriotismo popular, mobilizar a juventude, organizar a Frente Antifascista de Libertação Nacional e o Exército Po-

pular. Foi essa luta que, uma vez vitoriosa, trouxe ao país a verdadeira liberdade e a genuína independência e criou as condições para a instauração do poder popular.

Essa conquista abriu uma nova época na trajetória do povo albanês. Uma época que vai durar quase cinco décadas de grandes transformações políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, em que a Albânia se torna dona dos seus destinos, constitui-se de fato como nação soberana, digna, respeitada e ouvida na arena internacional. Durante essas décadas, sob a direção de Enver Hoxha, a Albânia sai das trevas à luz. Um país de analfabetos, de cânones retrógrados, do véu cobrindo o rosto das mulheres, das vendetas em querelas por terras e pela honra, da coluna vergada perante o estrangeiro, se torna numa nação culta, com ensino diversificado, até mesmo superior universitário e, embora as modestas con-

dições materiais, alcança rapidamente um índice de desenvolvimento humano segundo reconhecidos padrões de dignidade nos domínios da saúde, da alimentação, etc.


O prestígio e a autoridade de Enver Hoxha não vêm do nada. Resultam do seu inegável papel à frente da revolução vitoriosa em 1944 e da construção do socialismo no pequeno país às margens do Adriático.

O nome de Enver Hoxha está ligado também à sua atividade na arena internacional, como combatente antiimperialista, como dirigente partidário e estatal solidário com a luta mundial pelo socialismo, o combate dos países dependentes contra a dominação neocolonialista e, principalmente, a luta contra o oportunismo revisionista. Em muitos aspectos, a luta do PTA, sob a direção de Enver Hoxha, contra o oportunismo, teve para a Albânia caráter de salvação nacional, uma vez que foi a plataforma ideológica para se contrapor às tentativas dos revisionistas iugoslavos de anexar o país e, mais tarde, de Krushev, que tinha em mente transformar a Albânia num dócil instrumento para sua política hegemônica nos Bálcãs. Mas, o alcance geral da luta contra o oportunismo e o revisionismo encetada por Enver Hoxha foi histórico e seu sentido internacionalista. Cons-

tituiu um inestimável aporte à defesa dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo.

Homem modesto, Enver Hoxha fez jus às palavras do ex-presidente francês, o general De Gaulle : “ninguém mais do que Enver Hoxha merece os dizeres: a glória vai na direção de quem não a procura”. O dirigente albanês sempre encarou com serenidade as homenagens que lhe cumularam seus pares na direção do Partido e do Estado albanês e os trabalhadores daquela pequena nação, quando estava no auge do esforço revolucionário e construtivo. Os trágicos acontecimentos do início dos anos 90, a traição aos ideais revolucionários pela direção do PTA, a contra-revolução insuflada pelo imperialismo trouxeram no leito da destruição do regime socialista e do aniquilamento da Albânia como nação independente, uma furiosa campanha contra a memória de Enver Hoxha, na qual se denegriu sua imagem de dirigente partidário e estatal. O revanchismo anticomunista chegou a tal ponto que turbas enfurecidas e instigadas por uma direita que passou anos adormecida atacou monumentos, prédios públicos e museus evocativos dos seus feitos. Seus familiares foram perseguidos, sua viúva, em avançada idade, foi condenada a 11 anos de prisão, numa farsa judici-

al, e, ignomínia das ignomínias, seu túmulo foi violado, episódio horripilante que restaura uma atitude de bárbaros que, vencedores numa guerra, lançavam mão desse recurso para desmoralizar os vencidos. Mas, nada como o tempo. Não se passou sequer uma década desde a derrota do socialismo na Albânia e, mesmo que a campanha contra a figura de Enver Hoxha não tenha chegado ao fim, ele foi apontado numa pesquisa de opinião pública realizada recentemente na Albânia como a “personalidade do século”.

Como todo dirigente partidário e estatal atuando em condições complexas e sob muitos condicionamentos, Enver Hoxha não foi infalível. Tanto quanto foi o principal artífice da libertação da Albânia e da edificação do socialismo naquele país, recaem sobre ele responsabilidades por eventuais erros cometidos. Mas, seguramente, deve fazer falta ao povo da Albânia martirizada dos dias atuais, a lucidez política, a capacidade de tomar decisões difíceis, a clareza de propósitos e a ousadia de Enver Hoxha. Que a recordação do seu nome neste 11 de abril seja como uma inspiração para retomar, nas complexas condições atuais, a luta por uma Albânia independente e socialista. 

João Amazonas é presidente do Partido Comunista do Brasil.



Acompanhe de  
perto nossa luta

Assine as publicações do MST

4 edições – R\$ 25,00

8 edições – R\$ 46,00

**Revista Sem Terra** – Al. Barão de Limeira, 1232  
Campos Elíseos - cep 01202-002 - São Paulo - SP  
**fone/fax:** (011) 3361-3866  
**e-mail:** semterra@mst.org.br  
**homepage:** <http://www.mst.org.br>

# Conservar a esperança!



Henri Alleg e o diário argelino *Alger Republican* na década de 60

## ENTREVISTA COM HENRI ALLEG POR JOSÉ REINALDO CARVALHO

*O jornalista francês Henri Alleg, 77 anos, – veterano comunista, ex-diretor do diário argelino Alger Republicain durante a guerra de libertação, ex-secretário de redação do l’Humanité, autor do livro La Question (A Tortura, na edição brasileira) – esteve recentemente no Brasil, onde deu esta entrevista para Princípios.*

*O senhor escreveu recentemente um livro, O grande salto atrás, (I) de reportagem e análise sobre a Rússia atual. Quais as causas mais profundas da queda do socialismo?*

**Henri Alleg** – Pode se falar em enormes dificuldades encontradas na construção da União Soviética, primeiramente, das que vinham do exterior, em seguida, das questões internas – embora estejam dialeticamente ligadas.

Não é inútil lembrar – mesmo que se tratem de coisas que nós, revolucionários, conhecemos, mas que estão hoje

esquecidas ou passadas para segundo plano – da situação extremamente difícil em que surgiu a União Soviética. Mal a revolução triunfara, houve uma verdadeira união de todos os países capitalistas para esmagá-la. Viu-se, então, a Europa capitalista inteira – com o apoio e a participação dos Estados Unidos e do Japão – fazer guerra à Revolução socialista. Evidentemente, para o jovem país que se erguia, criou-se uma situação terrível do ponto de vista econômico, já que o que existia e havia sido deixado pelo regime czarista foi destruído pelos exércitos “brancos”, ou melhor, os exércitos estrangeiros. No plano político, isso reforçou a idéia de que era uma batalha fatal entre o capitalismo, que queria estrangular a revolução, e o socialismo. Conseqüentemente, era preciso para os comunistas solidificar o máximo de forças para poder continuar a revolução. A possibilidade de vencer e de construir o socialismo dividiu as pessoas dentro do próprio Comitê Central do Partido. Algumas diziam ser possível construir o socialismo num único país, e outros, particularmente os trotsquistas, diziam não sê-lo, mesmo num país tão grande quanto o antigo Império russo.

É sempre necessário lembrar que nem por um único dia a União Soviética pôde ter relações “normais” com os outros países não socialistas. Assim que a I Guerra Mundial terminou, começou a guerra e o bloqueio contra a jovem revolução que nascia. Foi preciso construir e fazer tudo num país quase destruído, sem quadros, sem recursos intelectuais. Uma tarefa gigantesca, que muitos imaginaram impossível. O escritor inglês George Wells, especialista em ficção que teve o privilégio de discutir com Lênin, ficou impressionado com o dirigente bolchevique e opinou que Lênin era um sonhador por pensar em eletrificar, fazer estradas, ferrovias num país atrasado, de analfabetos... Fazer o que

Lênin acabara de dizer, mesmo a Wells, uma pessoa aberta às idéias, parecia algo tão descomunal! Os governos dos outros países também não acreditavam. Construir o socialismo num país tão atrasado e ladeado de inimigos parecia uma aposta impossível de ser sustentada. É preciso pensar nisso. A direção do Partido Comunista da URSS, com homens como Lênin, em condições de terríveis adversidades começou a criar as bases, primeiramente materiais e de defesa do país,



para a construção da nova sociedade.

Assim que esta começava a ver o dia, pois finalmente se diz que a guerra civil terminou em 1922/23 – o que não é verdade, pois lutou-se até 1935/36 com os brancos na Ásia –, num espaço de tempo exíguo de menos de 20 anos, constituíram um país capaz de derrotar o mais poderoso exército de todos os tempos, o exército hitleriano. Isso teve enorme peso nos acontecimentos seguintes. A II Guerra Mundial, mesmo vencida pela União Soviética, gerou milhares de cidades destruídas e infinitas perdas materiais à nova sociedade. Aproximadamente 3/4 dos quadros se per-

deu, haviam sido enviadas ao *front* da guerra as pessoas formadas – nessa época a palavra-de-ordem era “os comunistas na primeira fileira”. Ideológica, política e materialmente, tudo tinha sido direcionado à guerra – e a União Soviética saiu dessa guerra enfraquecida materialmente.

No plano ideológico, as questões relacionadas com o desenvolvimento da União Soviética e das idéias comunistas no mundo tomaram certo impulso após a II Guerra. Parecia que o socialismo tinha vencido o lado mais reacionário do capitalismo. E o fato de a União Soviética existir estimulava em todos os países oprimidos pelo colonialismo-imperialismo o movimento de libertação. É claro que a revolução chinesa também desempenhou um papel extraordinariamente importante no quadro mundial.

Mas, ao mesmo tempo, esse desenvolvimento e essa força no exterior era causa de dificuldades e de enfraquecimento interno da União Soviética, porque as somas para ajudar os outros povos não iam para a construção de coisas dentro do próprio país. Houve problemas internos que se acumularam sobre as dificuldades criadas pelo mundo capitalista exterior, com a guerra fria, com a idéia de que poderia haver uma III guerra mundial contra a União Soviética. Jamais, mesmo até o último momento, o Estado Soviético esteve completamente tranqüilo, sempre houve a pressão e ameaça dos países imperialistas.

Há também outras razões para a queda da União Soviética. A necessidade de armamento e de defesa impediu ao regime dar tudo o que o socialismo poderia dar ao seu povo. Os norte-americanos gastavam bilhões de dólares em armamentos, era preciso que a União Soviética também gastasse o suficiente para ter a possibilidade de se defender. Até o período de Krushev essas questões não eram muito perceptíveis internamente.

Havia dificuldades, lutava-se, não era tudo como se queria, mas o Partido Comunista tinha a confiança das massas, e pensava-se que se estava avançando. Em seguida, as coisas começaram a mudar e os que iam à União Soviética percebiam, mas não tiravam conclusões; pensavam que era uma fase que passaria. Falando com os soviéticos, os comunistas, percebíamos haver cada vez mais uma distância entre a massa e o Partido – e mesmo dentro do Partido, entre os que dirigiam e os militantes. A democracia no interior do Partido, a possibilidade de participação dos membros em fazer a política, foi pouco a pouco esvaçada. Parece-me, que, em um momento anterior, em circunstâncias históricas totalmente particulares, o Partido era dirigido de maneira quase militar e, pouco a pouco, mesmo em circunstâncias que teriam permitido um alargamento da discussão política, isso não foi revertido. Dentro do Partido, uma das razões fundamentais do retrocesso foi a perda da democracia no sentido verdadeiramente comunista do termo, isto é, chegou-se a uma situação em que se esperava tudo do alto, da direção. Quando a situação piorou, pessoas como Gorbachev tomaram uma direção contrária aos interesses do Partido e do socialismo, e mesmo as pessoas que se opunham não diziam nada, pois esperavam as diretivas do alto. Mas como é possível que tenhamos chegado a uma situação em que pessoas que não estavam absolutamente interessadas na construção do

socialismo assumiram postos de direção? No Ocidente, historiadores e políticos anticomunistas que condenam irrestritamente a URSS pregaram a idéia de que se o regime soviético desmoronou, isso se deu de dentro para fora, porque todo o povo soviético queria se livrar desse regime.

*Há correntes de opinião e forças políticas que dizem não ter existido socialismo na URSS, que era um regime de monstruosidades, de crimes, que negam todas as vitórias e conquistas do socialismo...*

**Henri Alleg** – Monstruosidade, mesmo, é dizer tal coisa. Quaisquer que tenham sido os defeitos profundos do sistema, não podemos negar suas realizações. Segundo esses “especialistas”, o povo soviético não queria mais o socialismo, queria outro regime; e os 100 povos da União Soviética, não apenas o russo, queriam sair dessa União Soviética e ser independentes. Mas as coisas não são tão simples. São duas visões completamente falsas. Podemos prová-lo com muitos exemplos, mas darei apenas duas referências. Primeiro, quando Gorbachev fez a *glasnost* e a *perestroika*, e até mesmo Yeltsin, quando lhes perguntavam o que queriam fazer, sempre respondiam: não queremos menos socialismo, queremos que o socialismo seja renovado. Diziam isso porque sabiam que se fossem confrontar diretamente o povo soviético, a imensa maioria se recusaria a segui-los, com a exceção de

um punhado de pessoas. A maioria das pessoas mesmo passivas, sabiam o que o regime soviético, o socialismo, lhes tinha proporcionado. Que eram filhos de camponeses, de analfabetos, e que tinham se tornado um povo avançado. Para mostrar a que ponto a psicologia não é simples, um escritor dissidente que partiu para a Alemanha escreveu a propósito da reação do povo soviético, dos russos, em relação a Stálin, disse: “minha família era de *kulaks* e minha mãe uma pobre camponesa. Ela sofreu muito: tinha duas vacas e lhe tomaram, a reforma no campo tomou seu pedaço de terra, depois lhe disseram que tinha de ir embora...”. Mas ele disse também que, quando sua mãe morreu, tinha sobre a mesa, ao lado da cama, a foto de Stálin. E dizia, quando lhe falavam do passado: “sim, sofremos muito, mas tenho três filhos e uma filha – um é general, outro cirurgião, e outro é professor. Se não tivesse havido o regime de Stálin, meus filhos seriam camponeses iletrados como o pai, o avô”. Conseqüentemente, é absurdo crer que o povo soviético, no seu conjunto, pudesse esquecer isso, causa das referências constantes de Gorbachev à defesa do socialismo.

A segunda, a propósito das nações. Acredita-se que esses povos – do Cazaquistão, da Bielorrússia, do Azerbaijão etc –, em analogia com o colonialismo, conseguiram se libertar. Isso é absolutamente falso também. E a melhor demonstração que podemos fazer é que, quando Yeltsin chegou ao poder, todos os países da antiga União Soviética já tinham tido um referendo, organizado por Gorbachev. A pergunta era: “você quer conservar a União Soviética?”, isto é, “você quer conservar o socialismo?”. A resposta foi de quase 78% de **Sim**, apesar da formidável pressão e campanha feitas pela imprensa ocidental. Apesar de tudo isso, quase 78% votaram contra a dissolução da União Soviética, que foi consumada à maneira dos

*Num momento histórico particular,  
o PCUS foi dirigido de maneira quase  
militar, e isso se manteve mesmo  
quando o alargamento da discussão  
política se tornou possível*



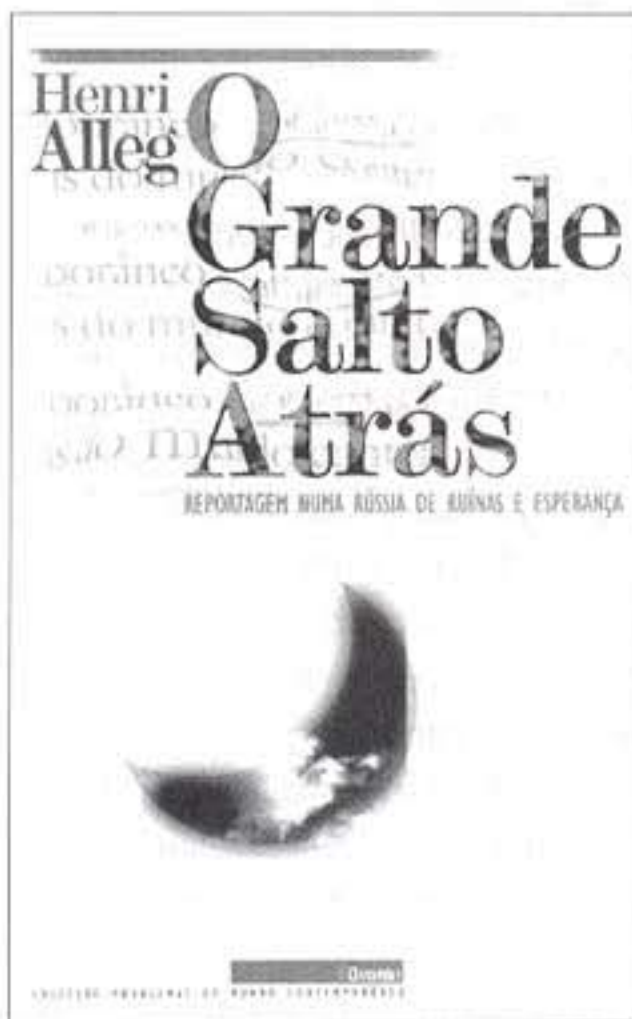
gangsters num golpe: Yeltsin fez um acordo com o novo presidente da Bielorrússia e o da Ucrânia, se encontraram quase clandestinamente numa floresta na Bielorrússia – um disse “vou me retirar da União Soviética”, os outros também... e assim ela foi dissolvida!

Falei do enfraquecimento do Partido, de suas ligações com as massas populares e, no seu interior, do enfraquecimento das ligações entre a direção e a base. Mesmo que isso não se manifestasse abertamente na época de Stálin, creio que já havia diferenças. Desenvolvia-se dentro da União Soviética uma camada que não tinha interesses ligados à consolidação do socialismo, que ficaria melhor em um regime que lhes permitia adquirir bens e possibilidades maiores que as de um país socialista. Mesmo sendo russos e patriotas, queriam uma parte maior na repartição das riquezas do país. Pouco a pouco, pessoas abandonavam o entusiasmo e devoção própria dos comunistas, isto é, de pensar em todo mundo antes de pensar em si. Na medida em que se abandona o ideal do engajamento comunista e o Partido não faz direito o seu papel, cria-se uma situação em que todas essas pessoas vão se reunir, pouco a pouco, e dizer: “esse regime não nos dá a liberdade de movimento”. Portanto, havia uma camada que tinha interesse na derrubada do socialismo. Abriram-se as portas para a recriação ultra-rápida das camadas que podiam se tornar exploradores, e permitiu-se o que um norte-americano chamou de “maior assalto da história”.

*E qual é a responsabilidade das direções?*

**Henri Alleg** – É evidente que a ditadura do proletariado, absolutamente necessária numa época, deve ter se desviado em certo momento, tornando-se a autoridade de alguns homens – mesmo revolucionários com grandes méritos,

por exemplo, Stálin. A sociedade vivia sob punhos rígidos, e parecia que se não houvesse isso, em certo momento histórico, talvez a União Soviética não se consolidaria. Mas essa situação permitiu a criação de direções nas quais os quadros não eram bem escolhidos. No fim, quando vemos homens como Gorbachev e Yeltsin, membros do Bureau Político percebemos que algo estava errado. Por causa da falta de democracia viva no interior do Partido, os escolhidos muitas vezes o eram por que tinham certas qualidades, por exemplo, de organização – parece que Yeltsin era um excelente organizador. Mas do ponto de vista político e da devoção revolucionária à causa comunista... O fato das direções não serem realmente direções políticas com pessoas escolhidas e com a confiança da base, e sim pessoas que têm qualidades, digamos, práticas, criou uma situação de fraqueza ideológica e de fraqueza na prática política, o que permitiu esse revertério que parece não ter nenhuma resistência. O Partido tinha tomado a forma de uma direção que parecia poderosa mas que, interiormente, no plano ideológico, estava fragilizado.



*Qual sua opinião sobre o papel do XX Congresso do PCUS?*

**Henri Alleg** – Na época, estávamos tão ocupados com nossa própria luta na Argélia – o combate armado e clandestino – que não compreendemos tudo o que continha o famoso Relatório Krushev no XX Congresso. Depois começamos a refletir sobre essas questões. Primeiramente, sobre o modo leviano como as coisas foram feitas. Mesmo com a revolução socialista vitoriosa, é justo os comunistas indagarem “será que tudo foi feito como deveria?”, ainda mais quando há contestações. Se houve coisas ruins, é justo que se discutam os problemas para que os que vêm depois não repitam os erros. Há pessoas hoje que se recusam a fazer a menor crítica a esse período da União Soviética dirigida por Stálin e que, no conjunto, foi vitoriosa a exemplo da luta contra Hitler. A outra posição, infelizmente, a de muitos partidos comunistas europeus, alguns se tornaram totalmente social-democratas, começou criticando Stálin e chegou a Lênin, Marx e Engels. No fim das contas, se alinham com posições anticomunistas da burguesia, o que permite fazer a ligação com a social-democracia, que sempre condenou a Revolução Soviética.

Voltando ao relatório de Krushev, primeiro ele foi extremamente superficial, com coisas ridículas – por exemplo, dizer que Stálin seguia a batalha de Stalingrado por um mapa mundi e que nada entendia de estratégia. Mesmo os inimigos dizem que isso é completamente falso e que ele era um homem prestigioso do ponto de vista da luta armada. É a idéia absurda de reduzir a personalidade de Stálin a nada, quando na verdade tratava-se de uma personalidade extremamente complexa, com aspectos contraditórios, um produto de sua época, com traços de caráter muito duros, e outros, revolucionários.

Quando as tropas alemãs invadiram a URSS, ele desempenhou um papel fundamental na mobilização do povo para a luta em defesa da pátria e da revolução. Que em seguida tenha havido coisas ruins, inclusive criminais, isso também é verdade. Mas creio que hoje, 50 anos depois, é preciso que os comunistas tenham uma atitude não epidérmica em relação aos problemas, mas que saibam tirar uma lição, como em relação à Comuna de Paris e às outras revoluções. O essencial é seguir adiante.

*Mas o fato é que essas questões dividiram o movimento comunista internacional.*

**Henri Alleg** – Sem dúvida. Formaram-se tendências opostas. Será que alguns estavam totalmente errados e outros tinham toda a razão? Certamente não. Creio que, nessa oposição, houve uma espécie de dialética da polémica do lado soviético e do lado dos chineses. Todos os erros não estão de um lado ou do outro. No plano ideológico, creio que quando comparo Krushev em sua atitude em relação à solidariedade do internacionalismo proletário com o que aconteceu depois, com Gorbachev e Yeltsin, é como a noite e o dia. Pois no que nos diz respeito, na Argélia, Krushev ajudou. Mesmo se havia essa política de coexistência pacífica com os países capitalistas, com a França, Krushev enviou armas à Argélia. Mas ao mesmo tempo, ele proclamou que “o comunismo estará construído em 1980” e que o Partido não seria mais apenas o da classe operária, mas de todo o povo, que a luta de classes estava terminada na Rússia – orientação seguida depois por Brezhnev. Infelizmente, os acontecimentos posteriores mostraram que as coisas não eram assim. Havia uma orientação, uma opção, que não correspondia a uma visão justa e real.



*Há setores do movimento comunista que consideram as orientações emanadas do XX Congresso como a origem de uma transição, de caráter oportunista ou revisionista, que durou cerca de 30 anos e que resultou nesse fenômeno negativo que foi a perestroika de Gorbachev.*

**Henri Alleg** – Sim e não. Sim, porque efetivamente algumas das teses tomavam como certo que o progresso do socialismo, do movimento de libertação nacional, da luta da classe operária dos países desenvolvidos estava forçosamente avançando. Conseqüentemente, nessa situação a força do socialismo era tal que podia se permitir abrir as portas e não mais ficar nas posições dos princípios de antigamente. Por exemplo, considerou-se que se podia abrir mão da ditadura do proletariado e do papel proeminente do Partido Comunista como partido da classe operária, o que era uma análise falsa. Não, ao mesmo tempo, porque é falso pensar que a partir do XX Congresso tudo na URSS seguia essa linha.

*Na atualidade, depois da derrota do socialismo na União Soviética e no Leste europeu, surgiram novas abordagens sobre o conceito de transição do capitalismo ao socialismo. Como você as considera?*

**Henri Alleg** – Na minha opinião essa é a questão mais difícil. Quando estive na China, estava se trabalhando com a idéia de que para reforçar a economia socialista, ainda fraca no mundo, é necessário apelar não apenas às técnicas, mas também, se for possível, às finanças e eventualmente à possibilidade de participar do mercado capitalista. É sedutor, mas será que não é perigoso? Tive oportunidade de discutir com camaradas chineses e lhes perguntei se não achavam que a existência de camadas de pessoas ricas não constituiria um perigo porque, se são fortes no plano econômico, poderão se reforçar no plano político. Eles responderam: “estamos atentos e muito conscientes disso, porque não queremos o que aconteceu com a União Soviética.”

Não se pode ter a pretensão de dizer se eles têm ou não razão ou estão errados. O nível de vida dos chineses – de todos os chineses, mesmo das pessoas que moram no campo – aumentou consideravelmente. Evidentemente, se vêem obrigados a enfrentar algumas contradições não superadas até hoje. Na época em que estive lá (2), 90% da produção estava nas mãos do Estado. Agora ouvi dizer que é 80%, talvez mais, talvez menos. O problema é que a partir do momento em que o setor privado entra, não é mais possível haver fábricas que, mesmo deficitárias, sejam mantidas pelo Estado. Há uma questão de rentabilidade a partir do momento em que se abre para o mercado. Portanto, os problemas são enormes. Os números são evidentemente fantásticos,

há dezenas de milhões de trabalhadores que saem das fábricas porque estas são fechadas. Eles se esforçam para que essas pessoas não se tornem sem-teto, moradores de rua. É mesmo uma situação extremamente difícil. Mas não digo, como o fazem algumas pessoas mais apressadas, que não é mais um país socialista. Não. Acho que é uma batalha extremamente complicada. No mundo de hoje é necessário fazer uma análise realista da situação, mantendo a direção do Partido Comunista. A questão é: “será possível?”.

*Como você avalia as consequências da queda da União Soviética?*

**Henri Alleg** – Os dirigentes chineses consideram que foi uma catástrofe, mas não dizem: “Vocês estão vendo? Nós tínhamos razão!”. Acreditei que iríamos ouvir discursos assim por lá, mas isso não ocorreu. Ao contrário, eles dizem “é preciso que não nos aconteça o que ocorreu com a União Soviética”. Consideram que foi uma catástrofe para o mundo socialista, para as aspirações socialistas, mesmo com as acusações, de chauvinismo, que foram feitas. No plano prático, ouvi: “tínhamos milhares de construções sino-soviéticas e de repente os quadros soviéticos, mesmo com o coração partido porque queriam continuar a empreitada, tiveram de ir embora”.

No que diz respeito aos países do Terceiro Mundo, primeiramente, os revolucionários, ainda que não comunistas, apoiavam-se na ajuda prática, técnica e financeira da União Soviética para não ceder ao imperialismo. Deram-se conta de que não têm mais essa possibilidade. Do ponto de vista da resistência desses povos ao imperialismo, mesmo para os que não eram comunistas ou que eram anticomunistas, também foi uma ca-

tástrofe. Então quando se ouve, infelizmente, na França, comunistas dizendo: “estou feliz que a União Soviética não exista mais, pois ela criou uma má imagem do comunismo que nós queremos”, sempre respondo: “como podemos ouvir comunistas dizendo tais coisas, quando ouvimos feudais milionários do Golfo árabe dizer: “para nós, foi uma desgraça!”? Quer dizer, mesmo sendo anticomunistas, achavam positivo haver esse contrapeso que impedia aos norte-americanos, aos imperialistas, fazer tudo o que quisessem. Quantas vezes, ao pensar em todas as guerras atuais, inclusive na Iugoslávia e no Iraque, se ainda houvesse a União Soviética, é pouco provável que os imperialistas tivessem podido fazer o que fizeram. Como perspectiva, evidentemente, o fim da União Soviética age sobre os movimentos comunistas na destruição, por desânimo, por social-democratização, por abandono dos pontos de vista marxistas.

*Isso continua? Já se passaram dez anos...*

**Henri Alleg** – Constatamos que há também reações muito estreitas, sectárias de pensar que só os comunistas marxistas-leninistas estão certos, há aqui e ali a resistência de grupúsculos extremamente sectários. Há ainda o renascimento de partidos trotsquistas, que praticamente não existiam e que ganharam uma certa força sobre uma base teórica muito rápida e simplista: “dissemos que Stálin ia conduzir o país à ruína, Trotsky tinha dito que

não era possível construir o socialismo num único país”. As consequências da ação desses grupos são negativas, pois impedem a reflexão dos comunistas e a união das forças revolucionárias reais em torno do Partido Comunista. Na França, por exemplo, há um grupo trotsquista que pregou a abstenção quando ocorreu o referendo de Maastrich. Se não tivessem pregado a abstenção, se tivessem apoiado a posição correta, a França teria rejeitado o Tratado de Maastrich, pois a luta entre os que eram favoráveis e os que eram contra, naquele momento estava equilibrada. E sobre que bases? Sobre bases pretensamente ideológicas e que representam uma velha idéia trotsquista de que a questão nacional não se reveste de interesse.

Evidentemente, a queda da União Soviética é a causa indireta da desagregação. São suas consequências no plano teórico, no plano prático, o desânimo de um grande número de lutadores. Será que as coisas poderiam ter ocorrido de maneira diferente? Acho que sim, não estava escrito na História, – contrariamente ao que dizem os inimigos do comunismo – que a União Soviética iria desaparecer.

*Não era inevitável...*

**Henri Alleg** – Não, não era inevitável! Mas, evidentemente, os erros no interior da União Soviética e as pressões do imperialismo, no exterior, se conjugaram e, pouco a pouco, o complô de gangsters das novas camadas que se criaram tornaram a resistência ideológica e política muito frágil.

---

*A consequência do fim da URSS é o desânimo, a socialdemocratização, o abandono do socialismo e do marxismo*

---

*Esse quadro criado pela derrota do socialismo teria aberto espaço para a chamada Terceira Via?*

**Henri Alleg** – Na verdade, estou um pouco surpreso com essa expressão, porque a Terceira Via era compreendida, não faz muito, como uma via intermediária entre o socialismo e o capitalismo. “Queremos o socialismo mas não tal como foi construído nos países socialistas”, diziam. Isso pareceu um absurdo para os marxistas. O socialismo é a supressão da exploração da classe burguesa e a tomada, pelas massas populares e pelos trabalhadores, não apenas do poder político mas também da direção econômica. Então, dizer que vamos encontrar algo entre os dois é estranho. A própria idéia que falamos há pouco, na China, não é para permitir ao capitalismo se impor, é para reforçar, dentro da perspectiva do socialismo estabelecido, o próprio socialismo.

Conseqüentemente, a expressão Terceira Via não quer mais dizer isso, a partir do momento em que se vêem todos os que enterraram a União Soviética e os países socialistas dizerem: “só há uma via, é a via do capitalismo”. Então se pode dizer: “mas há, em cada um dos países capitalistas, pessoas que não concordam com o capitalismo e que, conseqüentemente, pregam uma Terceira Via”. Se formos empregar uma expressão nesse sentido, não se trata de uma Terceira Via, e sim da adaptação ao capitalismo. É interessante ver, por exemplo, os social-democratas explicarem que é preciso lutar pela melhoria das condições de vida, para permitir que os trabalhadores e as massas populares participem mais. Mas acrescentam imediatamente: “sim, mas isso não é possível, agora”. No fim das contas, o que propõem é a gestão, pela social-democracia, dos negócios da burguesia e do capitalis-

mo. Não sei o que é isso que se chama Terceira Via, mas sei que não é uma via contra o capitalismo. É uma adaptação do capitalismo para torná-lo mais atraente àqueles que, hoje, são desencorajados a crer no socialismo, mas que também não podem aceitar as injustiças do mundo de hoje.

*Que caminho trilhar para reconstruir a verdadeira esquerda?*

**Henri Alleg** – Temos uma longa e dura batalha pela frente, não apenas na França, mas no mundo inteiro. Os comunistas devem, primeiramente, refletir e se reagrupar. Tal batalha deve ser de maneira muito aberta, mas, primeiramente, entre comunistas. Digo isso porque na França há também um fenômeno de tentativa de “entrismo” dos trotsquistas. Há um grupo que compreende todo mundo: socialistas, comunistas, trotsquistas, anarquistas. Em segundo lugar, creio que não devemos nos fechar em abstrações ou em cenáculos fechados. O reagrupamento e a luta dos comunistas por um verdadeiro Partido Comunista só pode se dar na ação com as massas, com os trabalhadores. Conseqüentemente, é preciso que os comunistas não discutam a perder de vista somente sobre o passado e não percam de vista o fato de que há uma luta em curso – é nela que vamos avançar. Portanto, é sobre essa base, trabalhando fortemente com as massas populares, com os trabalhadores, com os sindicatos, contra os reformistas e contra a supressão da soberania da França, que poderemos reformar um verdadeiro partido. Não é fácil, porque não podemos, hoje, dizer: “em 1917 é que havia o verdadeiro Partido, o Partido Bolchevique, vamos fazer como eles”. Não estamos mais em 1917, precisamos levar em conta as coisas de hoje, mas não liquidando tudo o que é verdadeiro. Não pode ha-

ver movimento revolucionário se não houver uma teoria revolucionária, e não pode haver vitória revolucionária se não houver um partido revolucionário. Tudo isso continua completamente verdadeiro e podemos trabalhar com todos os que estão de acordo com essas idéias. Mas não vamos trabalhar com os que dizem “o socialismo morreu, ultrapassemos o capitalismo”, é impossível. Há muitas idéias falsas e há camaradas que sequer sabem o significado de certas palavras do leninismo. É preciso reintegrar na luta revolucionária as posições que foram testadas e que são verdadeiras.

*Um personagem real de seu livro diz que é “um conservador da esperança”. É também o seu caso?*

**Henri Alleg** – Hoje se considera que tudo o que é novo é bom. É como nos grandes magazines, se compra algo novo achando que é bom e depois se percebe que o produto antigo era melhor. Ridicularizam-se os camaradas, jovens ou velhos, que falam de comunismo, de revolução, de luta contra o imperialismo. Sou conservador disso, e esse personagem, do qual falei em meu livro, diz: “É assim que nos chamam, nos chamam de conservadores. Mas digo que somos os conservadores da esperança! E como dizia alguém antes, ‘o comunismo é a esperança do mundo’, portanto, penso que conservamos a esperança.”

José Reinaldo Carvalho é jornalista e secretário de Relações Internacionais do PCdoB. Degravação e tradução de Lúcia Leal Ferreira

#### Notas

(1) *O grande salto atrás*, Lisboa, Ed. Avante!. (Disponível na Editora Anita Garibaldi em São Paulo. Fone: 11 289-1331 e e-mail:

livraria@anitagaribaldi.com.br)

(2) Em 1993. Dessa visita resultou o livro *O século do dragão* de reportagem sobre a experiência de construção do socialismo na China.

# O impacto das políticas neoliberais na organização das cidades

INÁCIO ARRUDA

*A produção de riquezas nas grandes cidades brasileiras agrega em torno de si os principais problemas do povo*

A globalização tem um impacto fulminante no problema da urbanização. Segundo Paul Singer e Celso Furtado, o mundo não só acelera o seu processo de urbanização, mas a vida urbana está mais próxima de todos em qualquer lugar do Planeta, independente de estarmos na cidade ou não. Observa-se assim uma situação de urbanização quase completa nas regiões mais desenvolvidas do capitalismo e um dos problemas que se coloca é a possibilidade ou não do planejamento nas cidades.

O LADO benéfico da globalização é questionado num trabalho da própria ONU, que mostra a concentração de riqueza, em que apenas quatro senhores no mundo dispõem da riqueza superior ao PIB de 31 nações. Entre eles está o dono da Microsoft. Outro levantamento mostra que se os 400 mais ricos do mundo dedicassem 4% da sua riqueza ao longo de 20 anos investindo em habitação, saneamento e educação, a humanidade teria resolvido esses problemas sediados nas cidades e áreas urbanas. O significado do discurso ideológico da globalização e seus resultados é o impacto dessa concentração brutal da riqueza mundial.

Como resultado desse acúmulo de riqueza fantástico, num país continental como o Brasil, temos o exemplo de São Paulo, e região, que concentra a riqueza nacional. Outra evidência é o fato do país ser obrigado a mandar mais de 50% da riqueza produzida anualmente para os grandes centros do mundo, os grandes centros financeiros. É uma brutalidade imensurável, o povo é obrigado a trabalhar o ano todo e o resultado do esforço de toda a nação, já superconcentrado internamente, – pois a nossa é a maior concentração de renda do mundo – é massivamente desviado.

Isso agrava sobremaneira os problemas urbanos e estamos assistindo, hoje, à barbárie. Ao chegarmos aos 6 bilhões de habitantes no mundo, desse total 2 bilhões sequer servem para ser explorados. Para mostrar a gravidade da concentração da riqueza imperante no sistema capitalista contemporâneo, com a chamada globalização e o “fim da história”, surgem teses defendendo que a população do mundo tem de parar de crescer. O professor Milton Santos diz que não, pois o mundo com o conhecimento acumulado hoje na área da ciência, da biotecnologia, da produção de riqueza, suportaria tranquilamente 150 bilhões de seres humanos. O maior problema é o sistema político, econômico e social. Ou seja, o siste-

ma capitalista é que impede que se possa atender às necessidades dos seres humanos com o mínimo de dignidade.

Celso Furtado, considerando que a globalização vai engolir o Brasil, chegou a declarar que o nível do comprometimento do país no ritmo que FHC vem impondo desde 1994, em pouco tempo levará a que o endividamento externo e interno brasileiro absorva toda a riqueza produzida.

Nos exemplos das cidades brasileiras mais fortes economicamente, a produção de riquezas também vai agregando em torno de si os principais problemas, a exemplo da violência urbana. As professoras Raquel Rolnik e Ermínia Maricato têm tratado o tema. Os dados entre 1989 e 98 mostram que foram assassinadas mais de 60 mil pessoas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nos primeiros seis meses de 1999, foram assassinadas 6 mil pessoas no município de São Paulo e sua região metropolitana.

O Estado brasileiro, ao longo do tempo, tratou de enfrentar de diversas formas os problemas urbanos. Um dos mecanismos foi o de liquidar parte de direitos dos trabalhadores brasileiros, fazendo nascer o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Chegamos em 1998 a acumular no FGTS recursos da ordem de 13 bilhões de reais. Em 98 ainda havia um mínimo de paridade com a lógica monetarista do governo Fernando Henrique – tínhamos lá 13 bilhões acumulados no FGTS. O

## *Os planos diretores*

*sempre foram*

*baseados em*

*princípios genéricos*

*e sem aplicabilidade*

*concreta*

Conselho Monetário Nacional decidiu então contingenciar os recursos desse Fundo destinados à aplicação em saneamento, problemas sanitários, em tratamento do lixo, ampliação da rede de água, construção de novas moradias etc. Contingenciaram-se, assim, recursos destinados a atender a população brasileira em áreas fundamentais que representam a maior parte dos problemas urbanos. Para os sistemas de transportes, hoje praticamente não existem recursos e financiamentos razoáveis.

Ao mesmo tempo o governo brasileiro é capaz de dar empréstimos vultosos para a privatização das empresas estatais ou para empreendimentos como a construção de montadoras de automóveis. Ou seja, o Estado brasileiro dispõe de bilhões para financiar a venda de empresas estatais e impede que os recursos vinculados sejam efetivamente usados para a sua finalidade principal. Os governos municipais e estaduais estão impedidos de usar o dinheiro público por um ato do Conselho Monetário Nacional, vindo do FMI, que obrigou o Conselho a bloquear o uso desses recursos que, ao contrário de serem aplicados nas áreas urbanas de nosso país, estão sendo destinados para as negociações da dívida brasileira.

Outro aspecto importante está ligado à batalha que o povo brasileiro vem travando há muitos anos pela reforma urbana. Além de estar exigindo medidas legais, leis municipais, estaduais, federais, o povo vem tentando fazer a reforma urbana – que tem sido envolvida de muita violência. Para garantir direitos mínimos a um pedaço de chão para morar, levantar um barraco, às vezes na margem dos córregos, ocupando terra, a população enfrenta a polícia e os proprietários. É uma luta até mais renhida que a batalha da reforma agrária, embora não tenha o mesmo impacto na mídia.

O governo federal não discute o problema do déficit de 5,5 milhões de mora-

dias como um problema nacional; o problema do fornecimento de água tratada para o conjunto da população brasileira como um problema de saúde pública vital; nem mesmo o problema do esgotamento sanitário – questão gritante de saúde pública; ou os lixões espalhados pelo Brasil. Ainda são tratados como um problema municipal – o município que se vire, que cobre mais uma taxa do lixo, do esgoto, pois esse é um problema eminentemente local e que não exige portanto liberação de Fundo de Garantia ou outra forma para sua solução.

A população, a seu modo e diante das suas necessidades, foi fazendo a reforma urbana possível, que significou em grande parte das regiões urbanas brasileiras, das metrópoles principalmente, a ocupação de áreas que consideramos como de preservação ambiental.

Na década de 80 o problema urbano é pouco citado do ponto de vista legal. Anteriormente tivemos o Plano Diretor; depois, planos que trataram da questão urbana. No período do governo Goulart tivemos mecanismos e fóruns nacionais para tratar desse assunto. Com a ditadura militar implementou-se a criação do BNH, para tentar resolver esse dilema habitacional. Não se conseguiu, pois das 27 milhões de habitações que foram construídas no Brasil nesse período, o BNH foi responsável pela construção de apenas 7 milhões.

Foi nesse sentido que a Confederação Nacional de Associações de Moradores, CONAM, foi à Assembléia Nacional Constituinte com muitas emendas populares, num esforço coletivo da sociedade brasileira – milhões de assinaturas, com a participação ativa do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Associação dos Geógrafos, da FASE Nacional, e várias entidades sindicais – para fazer com que constasse na nova Constituição brasileira o Capítulo do Desenvolvimento Urbano, que colocou o Plano Diretor como um grande instrumento para debate na

municipalidade através da Câmara de Vereadores. Quem vai decidir sobre o Plano Diretor são os vereadores. Os planos diretores recentes têm sido alvo de grande debate na maioria dos municípios brasileiros, com a ação do movimento social organizado. Tem fervilhado o debate sobre as questões da cidade, o que começou a exigir a lei federal de regulamentação desse Capítulo na Constituição Federal.

Foi assim que surgiu o projeto do Estatuto da Cidade (ver *Princípios* 56), que já vinha sendo tratado desde antes da Constituição e que se transformou num projeto de lei, de autoria do senador Pompeu de Souza, que foi o primeiro a ser aprovado: agrupando assim, outros 17 projetos que tratavam da regulamentação do capítulo da questão urbana na Constituição. O projeto do ex-senador Pompeu de Souza (PL 5.788/90) está na Comissão do Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados (hoje já aprovado).

A questão crucial da reforma urbana e também da reforma agrária é o problema da propriedade. As cidades se transformaram em reféns do instrumento mais explosivo do capital imobiliário que ganhou dimensão nos anos 80. É preciso enfrentar o capital que dispõe da cidade no seu conjunto e das vantagens enormes que vão surgindo com os empreendimentos. Uma cidade que consegue ter 100% de água, por exemplo, representa uma vantagem espetacular que o poder público – toda a cidade – ofereceu, e a cidade pagou; mas só que uns poucos especuladores vão ganhar – com engordas de glebas, por onde passam esses empreendimentos. O setor não colocou nenhum centavo, mas pode auferir rendas fabulosas daquele pedaço de chão. É uma mais-valia coletiva que a cidade oferece a esses especuladores imobiliários, porque é fruto do esforço de todos, transmitido pelo poder público, em serviços e benefícios que a cidade toda auferirá a par-


tir de pressões e contrapressões da sociedade. Essas glebas de engorda nas médias e grandes cidades, e até mesmo nas pequenas, passam a ser instrumentos espetaculares nas mãos de meia dúzia de capitalistas do setor imobiliário.

O artigo 7º do projeto trata da questão do IPTU progressivo no tempo e de uma série de instrumentos para coibir a existência de glebas que não cumpram sua função social. Isso foi colocado no substitutivo do Estatuto, mas sabemos que vamos enfrentar resistências na votação de um texto como esse. O próprio Fórum Nacional de Reforma Urbana, que tem mediado o debate na Câmara dos Deputados ao longo dos últimos 10 anos, tem buscado um ponto de consenso entre as diversas correntes. Os dois substitutivos anteriores tanto da Comissão de Economia quanto da Comissão de Meio Ambiente eram substitutivos acordados entre o movimento social organizado, associações de moradores, IAB, FASE e o capital especulativo urbano. O capital imobiliário esteve presente em todas essas negociações. Embora fosse minoria nesse Fórum, sempre deixou claro o seu peso na Câmara dos Deputados. Por isso, as resistências que iremos enfrentar na votação do substitutivo (Estatuto da Cidade) só poderão ser eliminadas se também contarmos com uma pressão significativa do movimento social.

Alguns pontos são centrais no substitutivo: garantir a regulamentação do art. 182 da CF; garantir os instrumentos de penalidade para a subutilização de áreas consideradas fundamentais para moradia, principalmente, nas cidades; dar velocidade às ações de usucapião. Criamos uma série de outros instrumentos, muitos deles já em pleno uso por algumas administrações. Outro capítulo trata da gestão democrática, porque as cidades em geral não aprovaram uma legislação regulamentando plebiscito e referendo. Esses dois instrumentos foram

colocados como importantes para serem utilizados pelos gestores públicos municipais.

Surge então uma questão chave: será possível melhorar a vida nas cidades só com estes instrumentos diante do governo neoliberal no plano nacional?

Se for possível ampliar tais mecanismos de participação que são mais próximos do município, onde a pressão é mais sensível, com instrumentos mais eficazes e próximos da cidade, no município, se não permite solucionar esse dilema nacional, pelo menos é possível ancorar algumas reivindicações do movimento popular. Procuramos, assim, fazer avançar a luta pela reforma urbana e enfrentar a especulação desenfreada das políticas neoliberais. 

Inácio Arruda é deputado federal pelo PCdoB-CE e ex-presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. Este texto reproduz parcialmente sua intervenção no II Encontro Nacional de Parlamentares do PCdoB, realizado em novembro de 1999 em Brasília.

## FLÁVIO VILLAÇA

A globalização não é nada mais do que a mais recente etapa de transformação do capitalismo – o neoliberalismo é a sua face política – e a manifestação econômica dessa última etapa de concentração e expansão do capital transnacional. Há algumas diferenças com relação ao velho imperialismo que merecem destaque.

Uma delas é que hoje não é mais o capital industrial que domina, mas sim o capital financeiro – são os bancos e não a empresa multinacional. Há uma “politização” do capital financeiro internacional, que se traduz no fato desse capital financeiro internacional dominar, ou procurar dominar, diretamente os estados nacionais. Enquanto o velho imperialismo trabalhava mais na esfera econômica pela expansão mundial da empresa produtiva multinacional, o capital financeiro hoje, representado pelo

FMI e pelo Banco Mundial, trata diretamente com os governos nacionais. É o FMI que dita as normas de políticas públicas, particularmente política econômica, para México, Indonésia, Brasil... e assume a posição política.

Outra diferença é a ideologia, pois com o fim da União Soviética e sua experiência socialista, o capitalismo reina incontestemente praticamente sem oposição. A oposição existe, sempre existirá, mas está fragilizada e o socialismo atravessa uma crise, que se manifesta de maneira forte no campo intelectual. A ideologia é a idéia dominante produzida pela classe dominante para facilitar a dominação, que hoje chamamos de marketing e que visa dar à sociedade uma imagem dos fatos. Diz-se que o que interessa é a imagem dos fatos e não os fatos realmente como são – e a ideologia, então, é essa imagem.

A classe dominante universal, no caso multinacional, produz uma imagem positiva da globalização – tida em parte como inofensiva, tem seus problemas mas é inevitável, veio para ficar, não adianta lutar contra. Já o velho imperialismo tinha uma imagem negativa e a classe dominante não falava dele – quem falava era a esquerda. Hoje, não, todo mundo fala de globalização com a maior tranquilidade.

Isso é um dos efeitos perversos desse império tranquilo do capital multinacional financeiro e dos Estados Unidos. Sem oposição, aparece como sendo eterno, e, se é eterno, a História não interessa – a história diz respeito exatamente à mudança, aos movimentos do capitalismo e da oposição a ele. E o fim da História decreta o fim do futuro e da esperança. É sintomático que se viva no mundo de hoje só com referências ao passado: um mundo pós-socialista, pós-marxista, pós-industrial, pós-moderno; não temos futuro. Essa é a outra característica da globalização.

Por outro lado, se a globalização não é senão a mais recente manifestação da

expansão do capitalismo, seus efeitos, inclusive sobre a cidade, não são assim novidade. Claro que aos novos o desemprego atinge níveis nunca antes manifestados, mas há uma coisa que permanece: a produção da desigualdade – a produção do abismo entre os mais ricos e os mais pobres tem se destacado.

O Brasil é o país de maior desnível de distribuição de renda do mundo. Mas há muito mais que isso, há o desnível cultural e o político, que provoca então o fortalecimento das forças do atraso. Essa manifestação do neoliberalismo, da globalização, no sentido de continuar produzindo o abismo entre ricos e pobres, particularmente no Brasil, é o traço comum desde o velho imperialismo nos últimos 150 anos de capitalismo.

Nesse percurso se estabelece a ponte com os nossos problemas urbanos, pois a rigor, eles, nestes tempos de globalização, continuam sendo aqueles decorrentes dos grandes desníveis de riqueza e de renda que há no Brasil. Deve-se, assim, invocar a História para penetrar no campo dos temas do planejamento urbano, particularmente do Plano Diretor, e depois o Estatuto da Cidade.

Uma rápida história diz respeito a como a classe dominante tem lidado com os problemas urbanos, e como isso desemboca no chamado Plano Diretor de que trata o artigo 182 da Constituição atual e muito do que está no projeto do Estatuto da Cidade. Esses problemas, podem ser resumidos em aspectos muito simples: habitação, transporte, saneamento e meio ambiente.

A década de 1910 é o período que marca o início da consciência popular dos problemas urbanos. A classe dominante até essa época não se preocupava, pois não precisava lidar com eles, que vão continuar se acumulando. Nossa classe dominante vai continuar despreocupada até a década de 30 mais ou menos, quando então a reação da classe operária,

as greves, embora não ainda por questões urbanas, demonstram que a classe dominada começa a se manifestar na sociedade brasileira. A nossa burguesia fica então na obrigação de dar resposta aos problemas urbanos que começam a se agravar.

A sociedade inicia a se debruçar sobre os problemas urbanos como transporte, habitação, saneamento. A elite responde com o Plano Diretor por volta das décadas de 30 e 40, e desde então tem procurado iludir a classe dominada com tal plano – com a idéia de que o caos urbano não é decorrente da injustiça, da desigualdade de renda ou da pobreza, e sim da falta de planejamento. O primeiro plano a propor leis foi o plano de um francês para o Rio de Janeiro exatamente na década de 30, pois os planos antigos eram só de obras de embelezamento. Este tipo de esforço continuou.

Na década de 1980 as massas populares se aglutinam em torno dos grandes temas das cidades e têm propostas como a emenda popular em torno da reforma urbana. Os movimentos populares por habitação e terra urbana crescem e há pressão sobre os nossos legisladores para aprovar questões fundamentais da reforma urbana. Porém, as forças reacionárias ligadas ao capital imobiliário acabam encaixando um artigo em lugar daqueles referentes à reforma urbana na CF de 1988. Esse artigo coloca novamente, depois de 50 anos, o Plano Diretor como a grande arma para se enfrentar os problemas urbanos.

As respostas a essa determinação da nossa Constituição, de que as nossas cidades com mais de 20 mil habitantes estão obrigadas a ter Plano Diretor, se deram por tentativas de renovação do Plano Diretor em várias cidades brasileiras administradas por forças progressistas, e nenhuma delas conseguiu sucesso. Os planos diretores aprovados a partir das décadas de 70 e 80 são puro discurso, um alinhavar de princípios gerais, nenhum



deles com aplicação prática concreta possível. São princípios gerais, mesmo os aprovados (por exemplo em São Paulo) por Câmaras Municipais não representativas. E mesmo esses planos diretores nunca foram usados. Eles não têm o que cumprir porque apenas contém princípios gerais que nunca foram invocados para dirimir qualquer polêmica.

Porém, houve, no final dos anos 80 tentativas de administrações progressistas para elaborar e tentar aprovar planos diretores com dispositivos autoaplicáveis.

Nesse período, nos anos 80, surge um novo personagem muito importante na cena urbana brasileira: é o capital imobiliário – especificamente aquele capital que tem interesse muito particular na cidade, na localização dos melhoramentos públicos, o que vai ser uma novidade.

Que capital tem interesse na localização dos melhoramentos urbanos? É aquele capital que vai tirar partido da segregação que é um processo que ocorre em toda cidade brasileira média ou maior. A segregação que vai ocorrer na cidade não é por bairro, pois o bairro é segregado uniformemente de uma mesma classe social. A segregação que se desenvolve há muito tempo na sociedade brasileira é por grandes regiões da cidade. Não é uma segregação absoluta e essa grande região da cidade é socialmente misturada. É o advento do capital imobiliário que tem interesse na localização da obra. Então ele vai querer, por exemplo, túneis e aterro para a zona sul no Rio de Janeiro. Para a empreiteira é indiferente se o aterro é em Niterói, no fundo da Bahia ou na zona sul. Mas para o capital imobiliário não. O capital imobiliário vai surgir como a grande facção do capital interessada na legislação urbanística, em zoneamento e em Plano Diretor. Esses planos que não conseguiram aprovação no início dos anos 90, que foram elaborados por administrações progressistas, colocaram limitações que não eram acei-

táveis ao capital imobiliário.

E o capital imobiliário surge então como o grande interessado no chamado planejamento urbano, no zoneamento e no Plano Diretor.

Não é à toa, por exemplo, que na comissão de zoneamento de São Paulo o capital imobiliário tenha uma participação constante, atuante, efetiva, e os seus representantes não mudam quando muda o prefeito. Os representantes do setor são os mesmos há 15 anos e conhecem a legislação urbanística na palma da mão, e em grande parte colaboram para “aperfeiçoar” a legislação urbanística.

Mas toda luta tem suas brechas e a dialética nos diz que há sempre possibilidade de oposição. Se não houver oposição advém a estagnação, não há movimento nem transformação. Então, a própria reação, o próprio conservadorismo, as próprias forças do atraso trazem, pela luta do oposto, o germe do seu próprio combate. O artigo 182 da CF, com todas as restrições, é um artigo que tem um potencial de transformação urbana, de reforma urbana impressionante: dá ao Plano Diretor uma chance de transformação. Porque tal artigo simplesmente diz que é o Plano Diretor quem vai falar sobre a função social da propriedade urbana, o que é algo que chega a surpreender. Não é à toa que há mais de dez anos não se consegue aplicar esse artigo. Talvez a estratégia da direita seja essa de conceder, de protelar, de não viabilizar. Mas parece que o Estatuto da Cidade, que é a lei necessária para viabilizar esse artigo, está para sair.

O conceito de função social do artigo 182 é algo muito nebuloso e tem sido usado para se postergar o uso anti-social da propriedade. Juridicamente é complicado dizer quando se atende ou não a função social, que a propriedade tem de atender a sua função social. Estão invadindo edifícios no centro de São


---

## *Regulamentar a função social da propriedade ainda é um desafio para os setores populares*

---

Paulo com base nisso. Os edifícios estão abandonados e a propriedade abandonada não preenche sua função social. Mas pode se entrar na justiça contra as ocupações. Em seguida vem o obstáculo. Diz: “É facultado ao poder público municipal mediante lei específica para a área incluída no Plano Diretor exigir, nos termos da lei federal, que o proprietário do solo urbano não edificado subutilizado, ou não utilizado (é o caso dos edifícios que estão invadindo no centro de São Paulo, são propriedades não utilizadas.) que promova seu adequado aproveitamento, sob pena sucessivamente de... (então vêm aí três tipos de sanções)”.

A lei tem, assim, uma grande abertura para posições progressistas.

Por outro lado, é preciso tomar cuidado porque nem sempre as possibilidades oferecidas pelas leis são efetivamente aproveitadas mesmo pelas forças progressistas. Precisamos ficar atentos para a efetiva utilização dessa lei, com potencial revolucionário tão grande, que é possível antecipar batalhas ferozes no âmbito das cidades para aprovar esses planos diretores. Pois se vê uma possibilidade dos planos diretores deixarem de ser peça de retórica, de ser puro discurso para incorporar o controle do uso social da propriedade urbana. 

---

Flávio Villaça é arquiteto e Professor de Arquitetura e Urbanismo da USP. Este texto reproduz parcialmente sua intervenção no II Encontro Nacional de Parlamentares do PCdoB, realizado em novembro de 1999 em Brasília.

# Do Código Florestal para o Código das Biodiversidades – uma exigência da inteligência

AZIZ AB'SABER

*O chamado Código Florestal deve ser ampliado para tornar-se um Código de Biodiversidades*

**O novo Código Florestal – a construção de uma proposta**  
A revisão do Código Florestal (Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965), é a oportunidade que temos para adotar mecanismos legais que permitam combinar a preservação do meio ambiente com a instalação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico e social. A opção que fizermos agora sobre a forma de nosso relacionamento com as áreas ricas em biodiversidade, conterà os parâmetros que balizarão o futuro do meio ambiente no Brasil.

No rumo da revisão do Código Florestal, há duas propostas que tramitam no Congresso Nacional: a Medida Provisória (MP) 1.956-48, de 30 de março de 2000, que dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro Oeste; e (2) o

substitutivo, apresentado pelo senador Jonas Pinheiro e pelo deputado Moacir Micheletto, que, além de tratar sobre a conversão de áreas florestais em áreas agrícolas, introduz novas modificações na Lei 4771/65.

O ponto polêmico refere-se ao percentual de reserva legal às áreas relativas às florestas e demais formas de vegetação consideradas de preservação permanente. Na MP, a área de preservação na Amazônia é de 80% da propriedade e no cerrado o percentual de preservação é de 20%. O substitutivo altera esses percentuais: na Amazônia cai para 50% da propriedade, reduzindo-se para 35% quando se tratar de área coberta por cerrado nos estados do Acre, Amapá e Amazonas, e mantém-se o limite de 20% nos estados do Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Goiás.

É oportuno, nas circunstâncias, o debate que a revis-

que, ao fim do período de aluguel de espaços para o desenvolvimento de plantações homogêneas comerciais, as empresas que utilizaram a gleba para a produção de espécies homogêneas terão de devolvê-las com a extensiva liberação de raízes e tócos, em um processo ético de devolução de solos reutilizáveis.

Devem ser listados subsídios especiais, viáveis, para a implantação das técnicas de cultivo direto em áreas de solos reconhecidamente inférteis e problemáticos. Para evitar degradações cumulativas e irreparáveis, deve-se proibir o uso agrícola de escarpas e vertentes de relevo com declividade superior a 20 ou 30%.

No que concerne ao domínio dos chapadões centrais, recobertos por cerrados extensivos e dotados de espaçadas drenagens perenes, o rol de posturas específicas vinculam-se à proteção das estreitas florestas galerias biodiversas e às limitações de uso de agrotóxicos desnecessários e encarecedores da produção agrária (custo Brasil). É indispensável ainda uma proteção rígida das florestas orográficas biodiversas, existentes em escarpas de *cuestas* ou nas serranias fronteiriças. A liberação de espaços dos cerrados para fins de agricultura comercial mecanizada, deve pressupor limites percentuais e modelos não agressivos à biodiversidade *in situ*. E, uma proteção especial, obrigatória, para as cabeceiras em *dales* (anfiteatros rasos de cabeceiras de florestas galerias) circundadas por veredas. As posturas genéricas devem especificar, em algum momento, as limitações de uso de adubos químicos ou eventuais agrotóxicos nas bacias ou sub-bacias de rios que vão ter ao pantanal matogrossense. Sendo que a depressão pantaneira – ela própria – deve receber um tratamento específico e rígido de proteção ambiental induzida.

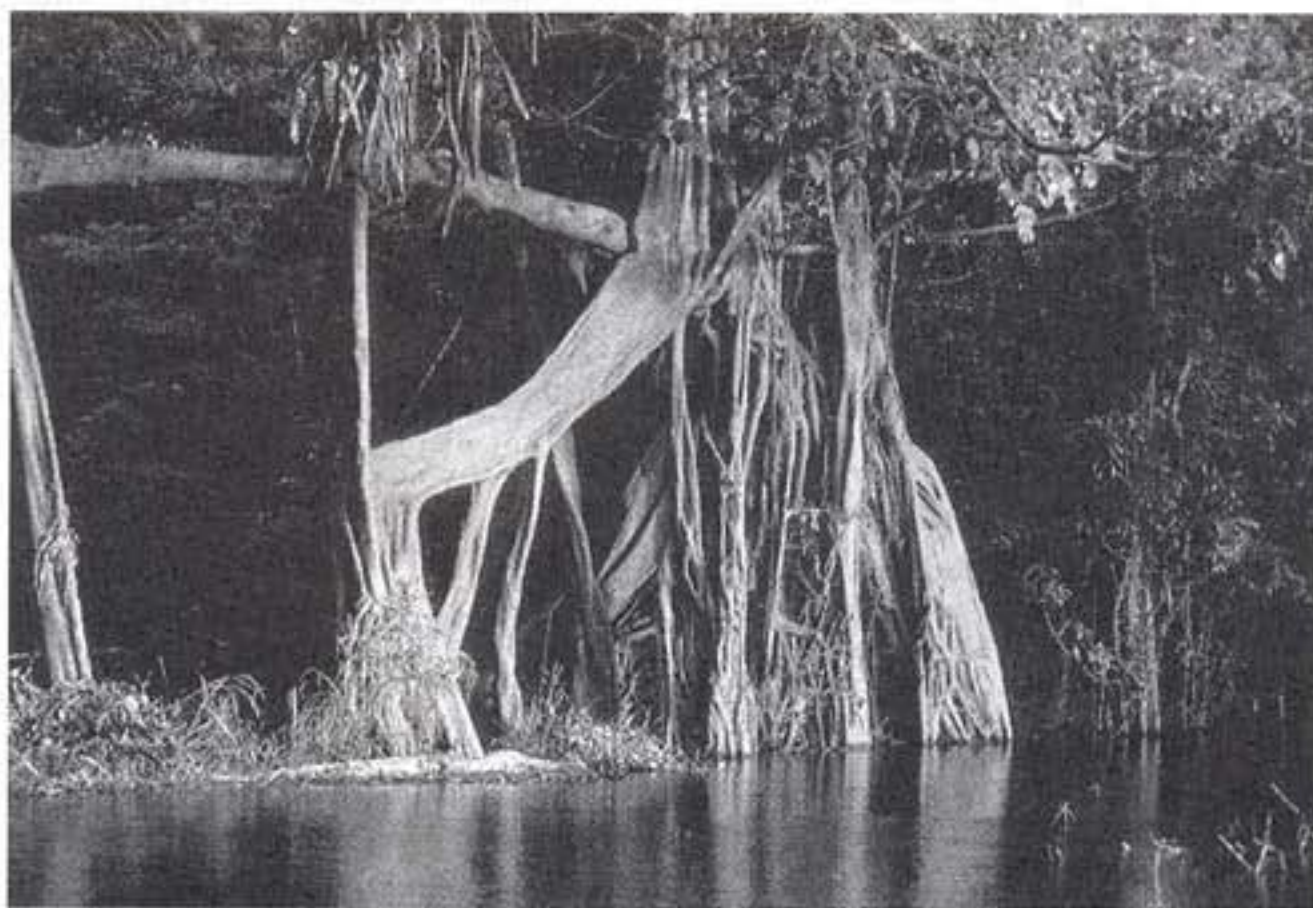
A inovação introduzida pela técnica do pivô, por meio de canhões d'água, obriga a uma nova proposta de gerenciamento dos setores em que vem se multiplicando o aludido processo de irrigação. Procurando favorecer os produtores rurais, deve ser explicitado que, entre os grandes círculos de irrigação, as interseções dos espaços em atividade restam em poiso, visando proteger parte da biodiversidade natural.

No conjunto dos espaços do domínio das caatingas, é aconselhável a defesa radical dos leitos secos dos rios e ribeiras para proteção da qualidade da água represada abaixo das areias, por entre soleiras de rochas duras. Para tanto, deve se proibir totalmente o uso de agrotóxicos e adubos químicos nas culturas de vazantes. Urge, ainda, gerenciar os diferentes espaços sertanejos em relação ao manejo agrícola baseado em produtos químicos para evitar o envenenamento das águas remanescentes nos leitos dos rios intermitentes sazonários. Deve ficar bem definido que, em qualquer projeto de transposição de águas que implique na eliminação dos espaços tradicionais das vazantes de leito de rios, seja

internalizada a exigência de reformas agrárias para compensar os tradicionais agricultores das vazantes. Há de (re)educar a população ribeirinha de rios e açudes que secam, assim como as autoridades municipais, a fim de que não sejam construídos *decks* para sanitários nas margens de rios que “cortam”, mesmo porque a defesa quanto a resíduos fecais é o complemento da defesa da poluição por agentes químicos. É um fato básico a ser considerado na infra-estrutura sanitária dos núcleos urbanos sertanejos.

Passando das posturas de defesa da sanidade das águas de rios e açudes para o manejo dos espaços agrários sertanejos, há de reunir diferentes conhecimentos sobre o manejo agrícola ou agro-pastoril dos sertões, a fim de elaborar posturas adequadas para produzir sem predação ou degradar. Encontrar e elaborar tais posturas para atender as peculiaridades mais notórias de uso tradicional dos espaços regionais, sob o contexto de uma rígida estrutura agrária, não é uma tarefa para observadores distantes e despreparados.

No que diz respeito às antigas “ilhas” de matas tropicais inseridas



em setores locais do domínio sertanejo, é indicada a postura de limitação ou diversificação de culturas extensivas, evitando-se a expansão desmesurada de monoculturas que possam eliminar extensivamente as velhas matas biodiversas dos “brejos” nordestinos.

Na área dos “agrestes”, totalmente ocupadas por pequenas propriedades, há de exigir duas obrigações: proteção da estreita faixa da chamada mata da ribeira, localizada nos diques marginais de córregos e pequenos rios; e ampliação das cercas vivas das quadras que alternam setores de pecuária e terrenos agrícolas, constituindo-se na mais importante paisagem agrária popular do País. As mudas de árvores de caatingas arbóreas ou de matas secas, destinadas a triplicar as numerosas cercas vivas, deverão ser fornecidas por hortos municipais a ser instalados nos próximos 10 anos (2000-2010).

Se é que nas terras do semi-árido brasileiro, as posturas de um código de proteção à natureza tenham a obrigatoriedade de cuidar da proteção das biodiversidades regionais, incluindo um tratamento inteligente sobre os recursos hídricos e o endereço social dos espaços de vazantes, no Brasil Atlântico multiplicam-se as posturas e exigências legais... Nas áreas de “mares de morros”, depenados de

*Um verdadeiro  
Código de  
Biodiversidades  
deve cuidar dos  
inúmeros ambientes  
ecológicos*

suas florestas primárias por manejos inadequados e inconseqüentes, há de induzir (re)vitalizações dos espaços agrários à custa de estratégias dinamizadoras, internalizadas nas próprias posturas e exigências legais. Para tanto, já existem estudos básicos e propostas consensuais incluídas no Projeto FLORAM, elaborado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP).

No que tange às notáveis escarpas tropicais da Serra do Mar, Serra da Mantiqueira e bordos atlânticos do Planalto Sul-baiano e Borborema Oriental, deve ser indicado um estatuto de proteção integrada e permanente, nos moldes do estatuto do tombamento – já aplicados nos estados de São Paulo e Paraná. Ressalvadas, é claro, umas poucas ligações entre Litoral e Planalto, dirigidas para finalidades econômicas e sociais indispensáveis e atividades culturais e de lazer de reconhecida validade. Nunca, certamente, para atender os apetites daqueles que se acostumaram a grandes expectativas de lucros com a mercadoria “terra”. Ou por construtivismos tão lucrativos quanto inconseqüentes.

Em muitos casos, as paisagens de exceção ocorrentes no território brasileiro possuem sutis variáveis ecossistemas a serem considerados num Código de Biodiversidades. Nesse sentido, enquadram-se os casos dos “pães de açúcar”, *inselbergs*, mini-refúgios de cactáceas estabelecidas em lajedos e mares de pedras, campos ou vertentes íngremes de chapadas e escarpas rochosas. Na grande maioria de tais feições geomorfológicas ocorrem coberturas vegetais de gramíneas ou agrupamentos de cactáceas e bromélias. Portanto, além da predominância de fatos geológicos superficiais, existem rupestres-biomas, ou sejam, ecossistemas espe-

ciais e localizados, nos quais se inserem fatos bióticos, incluindo-se refúgios faunísticos locais.

Um verdadeiro Código de Biodiversidades deve cuidar de tais ambientes ecológicos, protegendo complementarmente paisagens de exceção, evitando agressões pelo estabelecimento de pedreiras ou por tinturas ou letreiros propagandísticos. Evidentemente, deve se dar o máximo de atenção ao Pão de Açúcar (RJ), ao Penedo (ES), extensivos aos pontões rochosos, “dedo de Deus”, pedras tortas, ocorrentes desde Pancas (ES) à Serra do Mar paranaense. Lajedos de cimeira de serras, como é o caso da Serra do Jardim, com suas cactáceas, bromélias e mini-fauna de lagartos, devem ser simplesmente tombados (Valinhos - Vinhedo – SP).

Com base nesses comentários prévios, que envolvem considerações sobre as peculiaridades e exigências da maior parte dos domínios naturais do Brasil (à exceção da zona costeira, que merece um código especial de gerenciamento e posturas diferenciadas de utilizações), sugere-se que o chamado Código Florestal seja ampliado para a condição de um Código de Biodiversidades Regionais e Recursos Hídricos, a ser elaborado por personalidades dignas e competentes, entre as que compõem a consciência técnica, científica, social, ética e jurídica de um Brasil inteligente e democrático. De uma sociedade que exija que se ouça as aspirações e expectativas de todos os segmentos de sua pirâmide social. Visando atender tudo aquilo que for razoável e factível, aperfeiçoando os estatutos e posturas que se dirigem para um tempo infinito, relacionado à proteção da vida no planeta Terra. 

Aziz Ab' Saber é presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

ta *Princípios* abre com o texto do professor Aziz Ab'Saber. Este, defende um Código Florestal com leis obrigatórias, democráticas e funcionantes para a previsão dos impactos em projetos que interfiram no ambiente físico, social e ecológico. O novo Código, em sua opinião, deve ser ampliado para além dos limites da região Norte e parte norte da região Centro Oeste, estendendo-se para a proteção ou manejo de todas as áreas de biodiversidades regionais do País. Compartilho da opinião do professor Aziz quanto à necessidade de uma revisão mais geral do Código, visto que sua origem remonta a quase meio século.

EXISTEM códigos que possuem uma relevância total em relação ao futuro do país. Não se trata, porém, de um futuro aleatório, pensado apenas em função de viventes atuais, interessados em transformar todos os espaços em “mercadorias” para favorecer alguns em detrimento de todas as atuais e futuras gerações. Determinados códigos, em suas posturas, têm responsabilidades com o futuro, a diferentes profundidades de tempo. É esse exatamente o caso do Código Florestal. Um documento legal, elaborado para induzir a um melhor equilíbrio na organização dos espaços herdados da natureza, e sujeito às mais esdrúxulas formas de utilização, por ações antrópicas, historicamente cumulativas.

É fora de dúvida que muitos códigos, de tempos em tempos – não muito curtos – possam sofrer revisões para aperfeiçoamentos, adequação à inteligência; respeitando a evolução dos conhecimentos sobre determinados setores... Tais como a saúde pública, sistema educacional, saneamento básico, proteção de biodiversidades; conciliação entre desenvolvimento e proteção ambiental e ecologia; estratégias corretas para a inserção dos excluídos; exigências para avaliações periódicas sobre o metabolismo urbano de grandes aglomerações do mundo urbano-industri-

al. E, sobretudo, leis obrigatórias, democráticas e funcionantes para a previsão dos impactos em projetos que interfiram no ambiente físico, social e ecológico. Posturas que nos são cobradas por todos os grupos esclarecidos do mundo. E que, por outro lado, pela sua inexistência e incorreção, nos são assacadas por inimigos potenciais de nossa soberania.

O Código Florestal brasileiro – elaborado há quase meio século – funcionou como documento legal endereçado ao gerenciamento da organização imposta pelos homens sobre os espaços naturais, herdados de um longo processo geológico, fitogeográfico e biológico. Pela evolução dos conhecimentos científicos, no contexto do fim do século e do milênio, o clássico documento elaborado pelas elites culturais do passado carece de adaptações a novas circunstâncias. E, sobretudo, ampliações que o estendam para a proteção ou manejo de todas as áreas de biodiversidades regionais do país: Amazônia, Caatinga, Brasil Tropical Atlântico, Cerrados, Planalto das Araucárias e Pradarias Mistas do Rio Grande do Sul. Sem esquecer, evidentemente, a fachada atlântica inter e subtropical brasileira. Para interferir no Código que possuía aparentemente um endereço para **florestas**, há de se exigir a presença e as opiniões téc-

*O debate está lançado. Precisamos avançar no sentido de construir uma proposta que leve em consideração as discussões existentes no meio acadêmico e nas diversas entidades que representam os anseios mais avançados dos diversos segmentos sociais e, sobretudo do país. Assim, na busca da prosperidade social, caminharemos no sentido de estabelecer uma forma mais racional e menos agressiva de relacionamento com o meio ambiente, voltados para as gerações futuras e para um Brasil de todos os brasileiros.*

Vanessa Graziotin (deputada federal pelo PCdoB-AM e vice-presidente da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional)

nicas e científicas de personalidades ilibadas, conhecedoras do país em seu todo. Técnicos e cientistas conhecem as sutilezas e vocações de todas as regiões naturais e tipos de espaços geográficos e econômicos. Evidentemente que – para elaborar um novo Código Florestal – não basta apenas o conhecimento da organização natural dos espaços (domínios morfoclimáticos e fitogeográficos); mas torna-se imprescindível conhecer em profundidade a realidade dos cenários e defeitos da organização (ou desorganização) criados pelos homens e pela natureza sobre as velhas heranças da natureza.

Convém lembrar que os três códigos, transformados em leis, endereçados à proteção dos recursos naturais, foram editados entre 1965 e 1967: **Código Florestal** (15/9/1965); **Código de Caça** (03/1/1967); e **Código de Pesca** (27/2/1967). A estes, foram acrescentadas anotações remissivas da Divisão de Proteção de Recursos Naturais (DPRN), de 05/01/1985. E, além disso, uma portaria mais abrangente, editada em 24/05/1985, seguida de uma Resolução do Conselho Nacional do Meio-Ambiente (CONAMA), de 18/09/1985, da qual constam definições fisiográficas e fitogeográficas esclarecedoras, e detalhadas posturas para a proteção de Reservas Ecológicas.

A tarefa de revisar o Código Florestal vigente até o ano 2000, é extremamente delicada e responsável. Para reestruturá-lo com inteligência e racionalidade, é necessário, em primeiro lugar, dominar o conhecimento de todas as assembleias regionais de ecossistemas, assim como todas as faixas de transição e contato existente entre elas (ecótonos), além de todos os “enclaves” eventuais de vegetação ocorrentes nas áreas de nossos domínios fitogeográficos (“ilhas” de matas no domínio das caatingas; cerrados na Amazônia e no entremeio das matas atlânticas; araucárias nos altos campos da Bocaina e Campos de Jordão/Monte Verde; mini-redutos de cactáceas no litoral fluminense, nas coxilhas da Campanha Gaúcha e setores rochosos de serranias do Brasil Tropical Atlântico). Entre outras anomalias para as quais somente a “Teoria dos Refúgios” foi capaz de oferecer explicações.

Entretanto, seria ilusório reconhecer o mapa da vegetação primária, esquecendo o cenário real de uso ou degradação dos espaços ecológicos tal como se apresentam ao final do século XX, no território brasileiro. Daí porque é absolutamente imprescindível um bom conhecimento do quadro regional vigente de agro-ecossistemas e ecossistemas urbanos dispostos em rede no “espaço total” de áreas ou sub-áreas do território.

A proteção ecológica e ambiental das terras baixas florestadas da Amazônia Brasileira é, certamente, a mais complexa e responsável. Ditar normas para incentivar desenvolvimen-

tos sub-regionais cruzados com o máximo de florestas-em-pé (vale dizer biodiversidade primária total, é tarefa quase impossível. Indicações genéricas de que é necessário preservar no mínimo 50% das florestas em cada propriedade – sejam elas pequenas, médias, grandes ou muito grandes – é um convite irreparável para engendrar o caos no cenário previsível para a Amazônia do século XXI. Em relação a propriedades de 100.000 a 2 milhões de hectares no interior das imensidões amazônicas, é necessário restringir ao mínimo possível a abertura de clareiras para agropecuária ou manejos de exceção. E, quando essas enormes glebas fundiárias forem parceladas para venda em lotes de 50 a 100 hectares, devem responder legal e contratualmente pelo gerenciamento das mesmas para evitar a desfiguração ecológica e o caos total no uso dos espaços outrora florestados. Restrições específicas devem ser inseridas no código em reelaboração para evitar a desperenização das cabeceiras de igarapés em projetos de rodovias interfluviais, de comprovada interferência negativa para os setores de origem da hidrografia.

No domínio das pradarias mistas, outrora interpenetradas por florestas galerias e ecossistemas típicos de planícies aluviais, existem considerações especiais baseadas no mosaico de ecossistemas das coxilhas, e no estado de predação da cobertura das planícies de inundação. O fato de a rizicultura gaúcha ter se estendido pela maior parte das largas planícies

e banhados regionais, acarretou uma pronunciada devastação da antiga cobertura vegetal de tais compartimentos do território gaúcho. Razão pela qual deve ser rigorosamente proibida a remoção de florestas beiradeiras de sangas, remanescentes em qualquer setor da Campanha Gaúcha.

A forte erodibilidade dos solos arenosos das coxilhas esculpidas em arenitos Botucatu, na Campanha de Sudoeste obriga a posturas que induzam a uma ocupação agrária dotada de menor agressividade (erosividade). Aliás, trate-se do Nordeste semi-árido ou das pradarias úmidas do Rio Grande, o reconhecimento de solos frágeis e erodíveis, sujeitos a erosividades arrasadoras por processos inadequados de manejo, os mesmos devem ser motivo para estratégias indutoras, em qualquer código de vegetação destinado a substituir o velho e aplicável Código Florestal que honrou a geração técnico-científica responsável por sua elaboração.

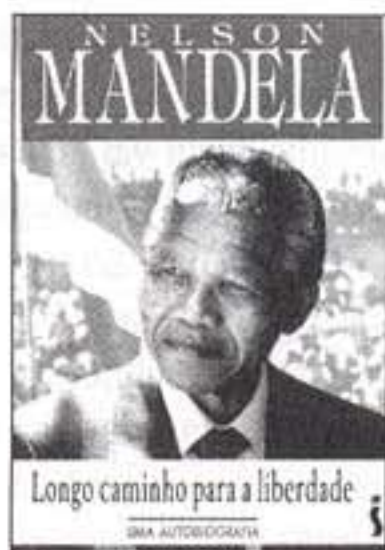
As indicações para o Planalto das Araucárias obedecem ligeiramente à somatória das posturas sugeridas para os domínios tropicais do País. Com a diferença fundamental, centrada no fato de que em menos de 60 anos as atividades madeireiras e a fantástica expansão da agricultura comercial mecanizada, redundaram na eliminação quase total dos antigos bosques subtropicais e suas araucárias emergentes. O modelo de silvicultura adotado para os solos menos férteis, no segundo e terceiro planaltos do Paraná e de Santa Catarina, deve pressupor mosaicos de plantações em que se entremeiam atividades agrárias permitidas: plantio direto, pastagens restritas para gado estabulado ou atividades horti-granjeiras de garantida comercialização. Fica estabelecido

## *Revisar o Código Florestal*

*vigente até o ano 2000 é tarefa extremamente delicada*

## Longo caminho para a liberdade

*Nelson Mandela: longo caminho para a liberdade*, Nelson Mandela, São Paulo, Siciliano, 1995, 524 pp.



A autobiografia de Mandela é antes de tudo um relato histórico da luta dos negros e do povo sul-africano para construir uma pátria livre e democrática – tarefa incompleta ainda hoje, como ele mesmo relata no final do livro, quando diz: “já percorri esse longo caminho da liberdade. Procurei não vacilar e dei muitos passos em falso no percurso. No entanto, descobri que depois de subir num monte alto a gente apenas verifica que há muitos a escalar”.

Mandela nasceu numa pequena aldeia, em Umtata, capital do Transkei, segundo ele, “um distrito minúsculo e afastado dos grandes acontecimentos”. Recebe de seu pai o nome de Rolihlahla (encrenqueiro). Sempre fez questão de preservar sua identidade racial e cultural. Recebe o nome inglês de Nelson, no primeiro dia na escola, costume entre os africanos por influência britânica. Enfrenta toda a dificuldade das demais crianças no ensino fundamental. Como todo jovem aspira a um futuro promissor, mas vai compreendendo ser impossível alcançar isso num país extremamente racista – onde as elites dominantes impõe seu regime de exploração e opressão. Por ter sido “adotado” por uma família que, embora negra, gozava de alguns privilégios por sua posição hierárquica na comunidade tribal, consegue estudar direito. Em Joanesburgo luta com enormes dificuldades para exercer a profissão. No início, acredita ser possível fazer justiça e prosperar socialmente, mas vai compreendendo que “ser africano na África do Sul significa ser politizado desde o dia em que se nasce, tenha-se ou não consciência disso. Uma criança africana nasce em um hospital só para africanos, é levada para casa num ônibus só para africanos, mora em área só para africanos e frequenta escolas só para africanos, se é que frequenta alguma”.

Aos poucos vai compreendendo não restar outro caminho aos negros a não ser a luta para derrotar o regime opressor. Participa de mobilizações, conhece Walter Sisulu, dirigente do Congresso Nacional Africano (CNA) e passa a integrar a organização. Conclui ser o único instrumento para se conseguir mudar a África do Sul – esperança para

as aspirações dos negros. Posteriormente participa da fundação da Liga da Juventude, por discordar da posição legalista e imobilista do CNA, naquele momento. Mas a Liga tem uma postura limitada. “Nosso grito de guerra era o nacionalismo africano e nosso credo consistia em criar uma nação a partir das tribos, derrubar a supremacia dos brancos e estabelecer uma forma de governo verdadeiramente democrática”. Acreditava que a libertação nacional dos africanos seria conseguida pelos próprios africanos.

A Liga estava extremamente precavida contra o comunismo, mas contribui, juntamente com os comunistas e indianos, para mudar os rumos do CNA, que na Conferência anual de 1949 muda sua direção e aprova um programa e convoca o povo à conquista de direitos políticos por meio de greves, desobediência civil e não cooperação, e sugere a convocação de um dia nacional de suspensão do trabalho e de protesto. Mesmo com o avanço da luta de massas, Mandela continuou cético em relação à aliança com os comunistas e indianos. Por orientação destes últimos é convocada uma greve geral para o 1º de maio. Mandela se opõe e apresenta queixa em reunião executiva do CNA, mas depois a retira.

Devido ao empenho dos comunistas na luta, sua oposição foi se desfazendo. Moses Kotane, secretário geral do Partido Comunista freqüentava sua casa e em várias ocasiões lhe dizia “todos estamos lutando contra o mesmo inimigo no contexto do nacionalismo africano”. Mandela sentiu então a necessidade de conhecer a teoria marxista. “O materialismo dialético parecia oferecer uma luz para a noite escura da opressão racial e um instrumento capaz de dar um fim à opressão (...) se quiséssemos que a luta tivesse êxito, precisaríamos transcender às cores (...) a idéia de que o valor dos bens tinha por base a quantidade de trabalho gasto para obtê-los parecia adequada à África do Sul”. A partir daí, Mandela muda radicalmente sua postura e, muito embora não tenha assumido publicamente sua filiação ao Partido, trabalha sob sua direção e nunca deixou de ressaltar sua imprescindível contribuição.

Nos primeiros momentos da luta pela libertação, o CNA adota a forma de resistência pacífica, devido às condições objetivas e à necessidade do acúmulo de força. Mandela é preso e, com seus companheiros, faz da defesa um libelo contra os exploradores, obtendo grande vitória com sua absolvição.

Chega o momento em que a luta pacífica já não corresponde mais às necessidades. Os opressores recrudescem mais sua ação, chegando a colocar o CNA na ilegalidade e Mandela passa a organizar a resistência arma-

da, com o exército popular (MK), que vai desempenhar importante papel. Já na clandestinidade, estuda clássicos da arte militar.

Em 1962 percorre vários países africanos para conseguir apoio político e material e é preso no retorno à África do Sul. Começa a enfrentar um dos mais longos períodos de prisão e, durante o processo, ocorre uma ofensiva da repressão em que são presos vários membros do MK e seu nome é ligado à resistência armada. Condenado à prisão perpétua, cumpre pena na ilha Roblen, mas em momento algum perde a perspectiva da luta. Faz da prisão um local de resistência – participa de greves de fome e outras formas, e chega a organizar um curso de formação.

As classes dominantes não conseguem mais impor sua vontade, a luta recrudescer e, em 1985 o então presidente Bhotá oferece a liberdade sob condições a Mandela. Em discurso lido por sua filha num comício ele diz: “Sou membro do CNA e continuarei a sê-lo. Estou surpreso com as condições que o governo quer impor. Não sou violento. Lutamos armados somente quando todas as outras formas de resistência já não nos estavam mais abertas. Diga ele que quer dismantelar o apartheid, que revogue as proibições impostas ao CNA, que liberte os presos, banidos e

exilados porque se opuseram ao apartheid, que garanta liberdade de atividade política de modo que o povo possa decidir quem vai governá-lo. Tenho apreço por minha liberdade, mas tenho apreço ainda maior pela de vocês”.

Após muitos acontecimentos, Mandela conclui ser hora de negociar. Fazia 3/4 de século que combatiam o governo da minoria branca e 20 anos de luta armada. O inimigo era forte e resoluto, mas não conseguia derrotar o povo e estava na contramão da história; o CNA estava certo, mas não tinha forças para impor uma derrota aos opressores. Continuar a luta armada significava mais mortes e continuar feridas que impossibilitavam construir uma nação.

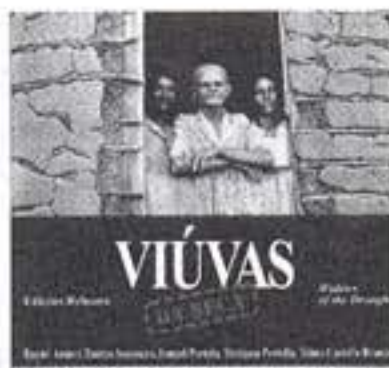
As negociações constituíram um processo longo e difícil, mas finalmente chegou-se à libertação de Mandela e às eleições que deram a vitória ao CNA e puseram fim ao apartheid – não sem antes do duro golpe do assassinato de Chris Hani, secretário geral do Partido Comunista e herói do povo sul-africano.

É importante frisar que os reacionários e racistas da África do Sul sempre tiveram o apoio do imperialismo e que a vitória de Mandela e do povo sul-africano possui um grande significado para a luta dos povos do mundo inteiro.

**Vital Nolasco**

## Trabalho invisível

*Viúvas da seca*, Tarciana Portella (coord.), Recife, Edições Rebenato, 1999, 106 pp.



Até há pouco tempo as trabalhadoras rurais eram vistas por órgãos governamentais apenas como mães e encarregadas pelo bem-estar da família, e esta é uma das principais razões pelas quais tiveram reconhecido o direito à aposentadoria só a partir da Constituição de 1988. Nos últimos tempos a consciência e a ação das sertanejas se ampliou e, hoje, elas se fazem mais presentes, participando de debates para formulação de políticas públicas para o enfrentamento da seca; das comissões municipais de saúde, educação e infância; lutam por água e desenvolvimento sustentável; discutem as questões de gênero – dentre outras formas de luta.

Ao mesmo tempo, o trabalho e o papel da mulher trabalhadora rural na produção familiar é ainda desconhecido e as estatísticas oficiais têm pouco ou mesmo nenhum co-

nhecimento dele – mesmo sendo importante gerador de renda, equilíbrio e sobrevivência das unidades familiares pobres do sertão nordestino.

Por esses motivos uma equipe começou, a partir de 1993, a sistematizar informações sobre as inúmeras atividades e participação da mulher sertaneja na produção agropecuária e na organização da vida da família do sertão. Entrevistas, reuniões e diversas atividades de observação e registro, especialmente na microrregião de Araripe (PE), estão apresentadas em *Viúvas da seca*, uma obra coletiva com a poio da SUDENE que expressa um pouco desse esforço para trazer à tona o *trabalho invisível* dessas mulheres.

*Viúvas da seca* reúne fotografias de Daniel Aamont, desenhos de Dantas Suassuna, esculturas de Ismael Portela, poemas de Tarciana Portella e textos de Telma Castello Branco. No conjunto, forma uma obra bela, sensível e de agradável leitura, que presta uma justa homenagem àquelas que assumem o papel de chefe de família – porque lá permanecem quando os homens migram –, e administram a porção de comida nos pratos quando não têm alimento suficiente para todos.

**Edvar Luiz Bonotto**



# João Amazonas é condecorado com a Medalha da Inconfidência



O presidente do Partido Comunista do Brasil, **João Amazonas**, 88 anos, foi condecorado com a Medalha da Inconfidência no ato político realizado dia 29 de abril em Ouro Preto (MG), que marcou as comemorações do 1º de Maio e do dia da Inconfidência. João Amazonas tem se destacado pelo esforço na construção de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho.

O governador Itamar Franco e importantes lideranças políticas nacionais estiveram presentes, dentre elas, Luis Inácio Lula da Silva, do PT, e outras do PCdoB, PDT, PSB, PV e PMDB. Os oradores deram um tom

marcadamente oposicionista e progressista ao evento, que se tornou um representativo protesto contra a truculência do governo Fernando Henrique Cardoso sobre cidadãos, índios, estudantes e populares que foram violentamente impedidos de participar das comemorações dos 500 anos em Porto Seguro. O presidente FHC foi comparado a Joaquim Silvério dos Reis, o delator de Tiradentes.

O deputado federal **Sérgio Miranda** (PCdoB/MG), líder do PCdoB na Câmara Federal, também foi agraciado com a Medalha da Inconfidência, juntamente com personalidades populares, estudantis (UNE e UBES), indígenas, negras, sindicais (CUT) e sem-terra.

## Aziz Ab'Saber é Professor Emérito da USP

A Universidade de São Paulo (USP), em solenidade realizada no salão nobre da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, outorgou, no dia 23 de março último, o título de Professor Emérito ao professor Doutor **Aziz Nacib Ab'Saber**.

O professor, cientista e geógrafo Aziz Ab'Saber, além de presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), é um dos mais respeitados membros da comunidade científica e referência para os estudantes e a juventude do país. Contribuiu ativamente nas grandes discussões nacionais, dentre elas as

do desenvolvimento, da ecologia e biodiversidade, dos centros urbanos, e subscreve o manifesto *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*.

Ao conferir o título de Professor Emérito, a Universidade de São Paulo referenda o reconhecimento que o conhecido cientista brasileiro já havia conquistado perante significativos setores da sociedade brasileira, participando ativamente na luta pela soberania nacional, autonomia científico-tecnológica e na denúncia da política neoliberal submissa do governo de Fernando Henrique Cardoso.

## Sete luas de sangue

"Parabéns pela publicação do encarte *Sete luas de sangue*, de Tereza Costa Rêgo, extraordinária artista que emprestou à *Princípios* ângulos tenazes de seu talento.

Sou brasileiro, poeta guerreiro  
 Mas tenho medo, do arremedo  
 de fazer parte deste triste enredo  
 que leva à bancarrota a nação  
 Medo ainda rondando o coração  
 As sete luas de sangue  
 De Tereza Costa Rêgo...  
 O Ovo da Serpente, O Problema da Terra  
 Tinta de sangue a gleba  
 Batalha dos Guararapes,  
 Zumbi dos Palmares,  
 Massacre dos Índios  
 Pátria nua, sofrer infindo  
 A Guerra do Sol, travada por Virgulino  
 Antônio Conselheiro não se rendeu em Canudos  
 Velho, moço, homem feito, mulher e criança,  
 Tudo expugnado palmo a palmo  
 No entardecer da última esperança  
 As sete luas de sangue  
 Importantes movimentos libertários  
 Deste triste itinerário  
 Na história do nordeste brasileiro"

Isaac Soares de Souza  
 Itirapina/SP

## Outros 500

"(...) A maneira como as classes dirigentes administram o poder e a ideologia, dando ênfase às aparências e superficialidades culturais, ao crescimento do sentimento religioso alienante, ao racismo dissimulado, demonstra o quão distantes estamos da solução de problemas estruturais como a distribuição de renda e o acesso aos produtos culturais formativos. Temos exemplos: na economia, o desprezo ao trabalhador e ao trabalho humano (enquanto elementos essenciais para a sociedade); no plano jurídico, a negação hierarquizada dos direitos sociais de idosos e demais excluídos (...)"

Dermeval Corrêa de Andrade  
 São Paulo/SP

## Vozes humanas

"Desejo continuar recebendo a renomada revista *Princípios*. Nestes tempos de incertezas e grandes contradições político-ideológicas, vozes que refletem, contestam e propõem alternativas humano-sociais ao que aí está precisam ser levadas adiante. Tentamos fazer isso aqui no meio rural, abandonado pelas políticas públicas.

Saudações cordiais da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab)."

Sergio Zamberlan  
 Anchieta/ES

**Princípios**

Revista Teórica, Política e de Informação

**Diretor e Jornalista Responsável:** João Amazonas

**Editores:** Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira e José Carlos Ruy

**Comissão Editorial:** Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

**Conselho Editorial:** Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

**Colaboradores:** Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

**Secretários de Redação:** Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes - e-mail: princip@ruralsp.com.br

**Projeto Gráfico:** Gilberto Maringoni

**Diretor de Produção e Comercial:** Divo Guisoni

**Administração:** Márcia Regina Viotto

**Departamento de Circulação:** Claudia de Medeiros

**Editoração Eletrônica:** Random Design Ltda

**Fotolitos:** Digitexto

**PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi**

**R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010  
 São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331 e  
 3266-4312**

**E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br**

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**Pontos de Venda:** SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de Julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. Rua Manoel Gaia, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madeirense). ARACAJU: Banca S. Francisco - Pça Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins II, 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Minuano - Didática II (UFS). CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226. FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R Gastão Penalva, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181. GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhangüera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonetax 465-5919, Shopping Tacaruna, fonetax 421-6460 e Shopping Guararapes, fonetax 468-4426; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-6667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Potylivros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodler - Aeroporto dos Guararapes, fone 326-0883; Bazaar 494 - R. da Hora, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonetax 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quiosque 132. PORTUGAL: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 6 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.

# VISITE A EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES

De 1926 a 1960, o Palácio Tiradentes foi sede da Câmara Federal. Nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Carlos Lacerda ajudaram a construir ali a História do Brasil. A exposição permanente

**Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro** permite ao visitante conhecer com maior profundidade os principais episódios ocorridos no espaço onde hoje está instalada a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Um espaço com muita história para contar.



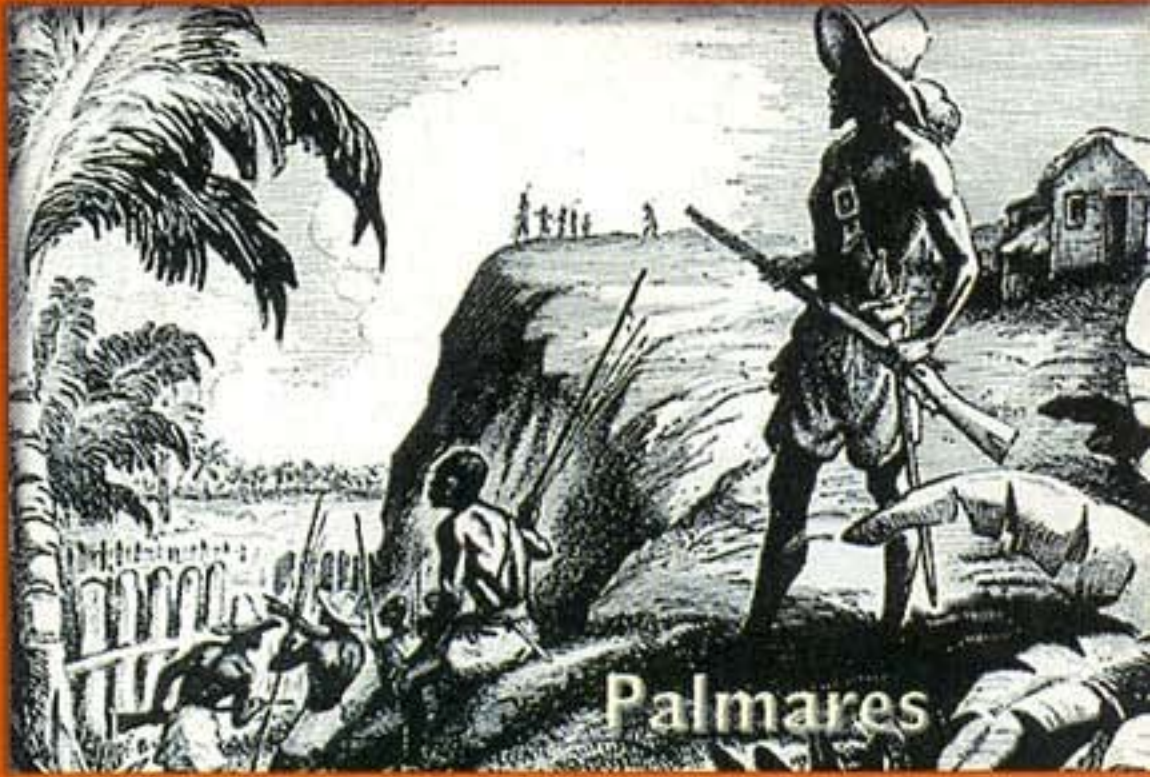
- Painéis fotográficos
- Multimídia
- Charges históricas
- Maquetes
- Depoimentos

Rua Primeiro de Março, s/n, Centro.  
De terça a sexta *10h às 20h* • Sábado *9h às 19h*  
• Domingo *9h às 14h*  
Entrada Franca

Visite a home page da Assembléia:  
<http://www.alerj.rj.gov.br>



Luta dos índios



Palmares



Luta pela independência



Contestado



Canudos



13 do Forte



Fundação do Partido Comunista



Luta grevista